

Uma base de confiança para o futuro

Naturalmente, e por razões da sua própria natureza, os trabalhadores e os seus direitos mereceram por parte do Partido um empenhamento mais destacado. Porque também foram eles os mais fustigados pela política do Governo PS.



■ Jerónimo de Sousa Pág. 18

«Valorizar o trabalho dignificar os trabalhadores»

CGTP abre o debate para o IX Congresso

Págs. 24 e 25



A geopolítica do império configura uma ameaça à humanidade

A guerra de agressão contra a Jugoslávia contribuiu para tornar transparentes aspectos da geopolítica imperial dos EUA que não eram ainda muito claros para amplos quadrantes das forças progressistas que em todo o mundo identificam na globalização neoliberal uma ameaça à humanidade.

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 19 a 21

Mais integração europeia? Não contem com a Inglaterra... Nova batalha da Grã-Bretanha

■ Manoel de Lencastre Págs. 22 e 23

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 21 de Outubro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1351 • Director: José Casanova

Reuniu o Comité Central do PCP

Pela esquerda lutar, construir crescer

Declaração de Carlos Carvalhas Pág. 5
Comunicado do Comité Central Centrais

LUÍS SÁ

Págs. 6 e 7

«Guardaremos sempre do Luís a memória e o exemplo»

– Carlos Carvalhas no funeral



EDITORIAL

Um exemplo vivo

Com seriedade, serenidade, determinação e confiança travámos a importante batalha das eleições legislativas. Fizemo-lo num quadro particularmente difícil e tendo como pano de fundo um mar de profecias que, estribadas no decretado «declínio irreversível do PCP», nos condenavam a um inevitável afundamento eleitoral. As efectivas perdas eleitorais dos últimos dezasseis anos, avaliadas pelos que as difundiam e se congratulavam com elas não a partir de uma análise minimamente séria e rigorosa da realidade mas essencialmente na base dos seus desejos, enfeitavam o cenário aparentemente propício ao ansiado afundamento. Aos profetas do fim eleitoral do PCP, cegos e surdos por dever de profissão à realidade concreta que é este Partido, passou despercebida a postura assumida pelos comunistas nesses dezasseis anos, nomeadamente a sua determinação resistente, a sua persistência na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país; a sua vinculação permanente às grandes causas democráticas e de esquerda; a sua intervenção responsável, construtiva, séria e firme na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas Autarquias Locais. Ou seja: ao decreto do «declínio irreversível do PCP» respondemos com a resistência e a luta e acabámos por demonstrar que, também no plano eleitoral, não há «declínio irreversível» se um partido comunista se mantém fiel aos seus ideais, aos seus valores essenciais, aos seus princípios, à sua natureza de classe. E, verificado o veredicto popular na noite de 10 de Outubro, a verdade impôs-se inequívoca e incontornável.

E foi com grande e natural alegria que festejámos os resultados obtidos, resultados que entendemos como um promissor sinal de inversão de uma tendência negativa que há vários anos se verificava.

Esta alegria foi, súbita e inesperadamente, interrompida pela notícia da morte do camarada Luís Sá. Notícia violenta, brutal, daquelas em que começamos por não acreditar, depois passamos a não querer acreditar e, finalmente, acreditamos sem querer acreditar. A tristeza, a amargura, a dor – de dimensão impossível de traduzir em palavras – sentidas profundamente por todos nós face a esta terrível ocorrência, marcaram-nos indelévelmente. De facto, estamos habituados a lutar contra injustiças visíveis, localizadas, tangíveis – que vencemos ou nos vencem nas múltiplas batalhas que travamos; mas não sabemos mover-nos neste espaço cerrado da injustiça evidente mas inexorável, brutal mas consumada e onde desde o primeiro momento estamos inexoravelmente vencidos.

«O Luís deixa-nos na força da vida, na plena maturidade das suas capacidades, saberes e experiências, quando conosco acabava de, empenhada e entusiasticamente, participar numa importante batalha cívica e política – as eleições – para cujo positivo resultado muito contribuiu. E quando, para enfrentar as tarefas e desafios do nosso país e do nosso tempo, muito havia a esperar da sua contribuição enquanto comunista e destacado dirigente do Partido, enquanto cidadão empenhado, enquanto intelectual prestigiado e respeitado» – afirmou Carlos Carvalhas na comovida e comovente intervenção proferida no funeral de Luís Sá – assim sintetizando exemplarmente o pensamento não só de todo o colectivo partidário mas também de muitas e muitas pessoas que, não sendo comunistas, tinham pelo Luís uma muito grande

admiração e respeito e amizade e, por isso, juntaram à nossa a sua dor nestes momentos de profunda tristeza.

A vida de Luís Sá, nos últimos 25 anos, está indissolivelmente ligada à vida e à actividade do Partido Comunista Português. A sua militância intensa, dedicada, qualificada, esteve presente e marcou impressivamente todos os momentos da intervenção do Partido no decorrer deste quarto de século de lutas exaltantes, de vitórias e de derrotas, de sonhos concretizados e de sonhos desfeitos – mas em que, fosse qual fosse a situação vivida, permanecia viva e de pé a confiança no futuro; permaneciam vivos e sempre actuais os ideais comunistas, os valores, os princípios, as características essenciais que constituem, ao fim e ao cabo, a fonte de força fundamental do PCP.

Indispensável é sublinhar e destacar devidamente, nessa múltipla e muito rica intervenção militante de Luís Sá, o valiosíssimo contributo que ele, qual operário em construção, deu para a edificação do Poder Local Democrático – importante conquista da Revolução de Abril e, por isso mesmo, componente indispensável da democracia avançada à qual o Luís dedicou muito da sua vida e pela qual lutou com toda a sua inteligência, com todo o seu saber, com todo o seu entusiasmo, com toda a sua tenacidade. É

generalizadamente reconhecido e por isso incontestável que o nome e a intervenção de Luís Sá estão e ficam para sempre ligados ao que de melhor, mais positivo, mais avançado, mais democrático existe no conteúdo do nosso Poder Local Democrático.

Para além de tudo isso, a sua postura de homem solidário, generoso, inteligente, fraterno – e sempre disponível para oferecer aos seus camaradas, aos seus amigos, a toda a gente, a expressão concreta dessas qualidades – permanecerá perenemente nas memórias de todos os que tiveram o privilégio de o conhecer e com ele conviver.

Pelo seu exemplo de militância, pela sua prática vivencial, pela qualidade e quantidade da multifacetada obra que produziu, Luís Sá foi um semeador do futuro e lega-nos um testemunho que nos coloca a imperativa responsabilidade de dar continuidade entusiástica à luta que, com ele, travámos nestes últimos 25 anos.

Foi tudo isso que, logo que conhecida a terrível notícia da morte de Luís Sá, fez acorrer uma multidão de pessoas – militantes e simpatizantes comunistas e homens e mulheres de todas as condições e das mais diversas opções políticas e ideológicas – quer à capela da Igreja de S. Vicente de Fora quer ao cemitério de S. Paio de Antas. E que, nessa derradeira homenagem, quiseram deixar expresso que, como Carlos Carvalhas viria a afirmar, «com a morte prematura de Luís Sá, o PCP perde um dos seus mais qualificados, promissores e destacados militantes e a democracia portuguesa perde um dos seus empenhados construtores». Com efeito, pelo seu exemplo de militância, pela sua prática vivencial, pela qualidade e quantidade da multifacetada obra que produziu, Luís Sá foi um semeador do futuro e lega-nos um testemunho que nos coloca a imperativa responsabilidade de dar continuidade entusiástica à luta que, com ele, travámos nestes últimos 25 anos, de prosseguirmos a nossa caminhada por este «caminho áspero mas esperançoso» por que optámos, de respondermos a este «grande desafio colectivo de transformar a vida e o mundo e de construir um futuro melhor para o povo português».

Com o exemplo do Luís bem vivo nas nossas memórias, a luta continua.



Milhares de pessoas no último adeus a Luís Sá

RESUMO

13
Quarta-feira

Carlos Carvalhas em audiência com o Presidente da República Jorge Sampaio, mostra-se disposto a apoiar o Governo, sempre que este adopte medidas positivas ■ Pina Moura gasta três milhões de contos por mês!.. para travar o preço dos combustíveis ■ Socialistas à guerra em Leiria, pedem demissão de responsável ■ O CNRT convida Sampaio a visitar Timor-Leste, em Dezembro, antes da conclusão do processo de construção do novo Estado ■ O presidente Habibie quer Wiranto como número dois para cativar o exército e garantir assim, a sua reeleição como Presidente da Indonésia ■ Michel Barton, porta-voz das Nações Unidas em Timor-Leste, diz que não existem provas de massacres ■ Violência nas ruas de Barcelona obriga intervenção da polícia para impedir confrontos entre centenas de jovens antifascistas e ultradireitistas ■ O general paquistanês Musharraf, acusa o deposto Sharif de ter posto em causa os alicerces do país.

14
Quinta-feira

O Comité Central do PCP reúne para analisar os resultados eleitorais de domingo. Carlos Carvalhas congratula-se com os resultados da CDU e garante que o PCP vai rerepresentar o projecto de lei do aborto na Assembleia da República ■ O Ministro das Finanças, Sousa Franco, considera a actual política de Pina Moura «irracional» ■ Os representantes do Exército e da Força Aérea decidem acções de protesto dia 23 no Entonamento ■ Bruxelas multa os produtores de leite portugueses por excesso de produção ■ Xanana Gusmão espera pela chegada da fragata Vasco da Gama para entrar em Díli ■ O chinês vai passar a ser a língua dominante no território de Macau ■ Os candidatos Maragall e Pujol, disputam voto a voto a liderança da Catalunha ■ O primeiro-ministro inglês Tony Blair lança cruzada patriótica pelo euro, para convencer os britânicos dos «benefícios» da moeda única.

15
Sexta-feira

Luís Sá falece aos 47 anos vítima de um colapso cardíaco ■ João Jardim ordena estudos para saber se a Madeira é viável em termos financeiros e económicos no quadro da União Europeia ■ O constitucionalista Gomes Canotilho considera que nada impede que a Assembleia da República reabra o dossier do aborto ■ O prémio Nobel da Paz é atribuído aos Médicos sem Fronteiras ■ A União Europeia lança uma nova política de controlo de imigração ilegal e combate ao crime organizado ■ O general Musharraf assume a liderança no Paquistão ■ O tribunal de Luanda, solta quatro deputados da UNITA detidos em Janeiro.

16
Sábado

Em Esposende, milhares de camaradas e amigos participam no último adeus a Luís Sá ■ Em Darwin, Xanana adverte que o CNRT tem que ser revisto ■ Confrontos entre a INTERFET e as milícias indonésias fazem mais três feridos nos arredores de Balibó ■ O Partido Comunista Francês reúne milhares de manifestantes em Paris, contra o aumento do desemprego e pela defesa das trinta e cinco horas de trabalho semanal ■ Os Estados Unidos ameaçam com sanções limitadas o Paquistão.

17
Domingo

A JCP reúne a Direcção Nacional e compromete-se a fazer regressar a questão do aborto à Assembleia da República ■ O CNRT prepara um governo de unidade nacional e reivindica uma máxima participação de todos os timorenses ■ António Guterres é o único candidato à presidência da Internacional Socialista ■ Jordi Pujol vence à tangente os socialistas nas eleições regionais da Catalunha elegendo mais deputados, embora com menos votos ■ O presidente chinês Jang Zemin inicia visita à Europa ■ O general Musharraf promete democracia para o Paquistão.

18
Segunda-feira

CGTP-IN marca Congresso para os dias 10 e 11 de Dezembro, na Fil ■ Professores do Politécnico da Guarda iniciam greve duma semana ■ Santana Lopes ameaça provocar eleições autárquicas antecipadas na Figueira da Foz ■ Joaquim Chissano da FRELIMO e Afonso Dhlakama da RENAMO, são os únicos candidatos às presidenciais moçambicanas ■ O general Wiranto recusa o cargo de vice-presidente da Indonésia; os deputados indonésios reconhecem resultados do referendo em Timor-Leste ■ Num artigo publicado na «Times», Kofi Annan escolhe Nelson Mandela como personalidade do século.

19
Terça-feira

A greve dos trabalhadores da Vimeca atinge os noventa e cinco por cento de adesão ■ Aumentam os casos de BSE em Portugal ■ O presidente Jorge Sampaio inicia visita a Trás-os-Montes ■ A OCDE recomenda privatização da Caixa Geral de Depósitos e critica crescimento das despesas públicas ■ São libertados os três portugueses raptados no Irão ■ A INTERFET descobre mais uma vala comum com vinte cadáveres em Liquiçá ■ Dezenas de milhares de funcionários públicos alemães, incluindo polícias e professores, manifestam-se em Berlim contra os planos de austeridade anunciados pelo governo de Schroeder.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
— 1600 - 196 Lisboa - Tel. 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa
Tel. 781 71 90 - 781 71 91.
Fax: 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A.
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A.
— 1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Os «ses» de Assis

Com louvável magnanimidade, Francisco Assis, em entrevista ao «Independente», fez o favor de considerar que o PCP «é uma força política com a qual se deve contar para o futuro de Portugal». E acrescenta, esclarecendo-se: não porque o PCP seja portador de «um projecto político e cultural capaz de gerar grande atracção na sociedade» mas porque «pode ser útil numa solução governativa».

A concretização desta «utilidade» do PCP passa, no entanto – e sempre segundo Assis –, por alguns ajustamentos, digamos assim, na prática, no projecto e nos objectivos do PCP. Assis explica, aconselha, avisa e promete: «Se o PCP alterar as suas posições em duas ou três matérias, nomeadamente em relação à economia de mercado e à participação de Portugal na União Europeia»; se o PCP se tornar um partido «mais aberto, que compreenda e se adapte melhor às realidades do nosso tempo, sem prejuízo de continuar a ser uma voz mais crítica à esquerda do PS»; se, enfim, o PCP «compreender o que outros partidos comunistas europeus já entenderam» - «se» tudo isto, então o PCP «pode ser útil» - útil ao PS, obviamente.

Não há dúvida que este pacote de «ses» constitui um autêntico programa político - com a curiosidade de, sendo ele concebido e decidido por um dirigente do PS, se pretender que o PCP o adopte e o tome como seu. Ao fim e ao cabo, bastaria ao PCP desfazer-se do seu projecto e do seu programa e aceitar como essencialmente bom o sistema em que vivemos (embora sempre susceptível de ser «aperfeiçoado»

do», naturalmente, porque nada nem ninguém é perfeito, não é verdade?), para ter entrada garantida no purgatório. Após o que, cumprida a pena temporal decorrente dos pecados em má hora cometidos, seria admitido, enfim, no reino do céu. Com cunha de Assis, evidentemente, já que, a avaliar pela fala autorizada do líder parlamentar do PS, também no reino do céu os jobs estão destinados, apenas e só, aos bons boys. Nisto se resume, afinal, a «adaptação às realidades do nosso tempo» que Assis aconselha ao PCP - não deixando de sublinhar - pudera! - a «utilidade» da existência de «uma voz mais crítica à esquerda do PS» e - vejam bem o que são «as realidades do nosso tempo»! - chegando mesmo a incitar o PCP a deixar de pensar e a optar por uma prática seguidista em relação a «outros partidos comunistas europeus».

Louve-se em Assis o desplante de ter sido tão claro e frontal na explicitação do que ele quer que o PCP venha a ser. Aplauda-se-lhe o atrevimento de ter traçado minuciosamente os caminhos que o PCP deve seguir para deixar de ser o que é e passar a ser o que Assis quer que seja. Enalteça-se-lhe o descaro de atribuir ao PCP um preço e de publicamente se apresentar como comprador interessado. E perdoe-se-lhe a franciscana pobreza de espírito patente em toda a sua inteligência, garantindo-lhe que, por isso mesmo, dele será o reino dos céus.

■ José Casanova

O castigo da desfeita

Já que tem de ser, escreva-se então que o texto da autoria de José António Lima, e publicado na última revista do «Expresso», de análise detalhada dos resultados eleitorais de 10 de Outubro mostra que, ali para os lados da Duque de Palmela, há quem resista heróica e galhardamente à onda de positivas apreciações que a generalidade dos órgãos de comunicação social partilham sobre o resultado da CDU.

É assim. Há quatro anos, a CDU travava a descida em votos (obtinha mais dois mil que em 91, com uma abstenção idêntica) mas perdia 3 décimas de percentagem. Para o «Expresso», o que contou então foi a descida da percentagem, que testemunharia a erosão lenta mas inexorável da base eleitoral da CDU.

Agora, a CDU sobe em percentagem, elege mais dois deputados, mas, no quadro de um sério aumento da abstenção, tem menos 20 mil votos que em 95 (o PS menos 200 mil, o PSD menos 250 mil, o PP menos 80 mil). Mas mudam-se os tempos, mudam-se os critérios, e assim para o «Expresso», para avaliar os resultados da CDU, agora o que conta já é a «perda» de votos, certamente debaixo do sensato e

inteligente pressuposto de que há eleitores que teriam a especial obrigação de não ser tocados nem ao de leve pelo aumento da abstenção.

Mas não se fica por aqui o rigor e a isenção da análise de J. A. Lima. Com efeito, na legenda de um mapa sobre a «variação de voto PCP», anota-se que «acaba por obter o melhor reforço do seu peso eleitoral em concelhos do interior e acima do Tejo». Mas logo abaixo, na legenda de outro mapa sobre «o peso do voto PCP» já se afirma contraditoriamente que o PCP se apresenta «como um partido cada vez mais regionalizado - confinado ao Alentejo, Setúbal e Grande Lisboa», o que constitui uma valente enormidade sobre uma força política que, em 10 de Outubro, sobe, por vezes expressivamente, em votos e percentagem em 11 círculos (que são todos fora das zonas do «confinamento» decretado por J.A. Lima), sobe em percentagem em 17 círculos eleitorais e, oito anos depois de o ter perdido, volta a eleger um deputado em Braga.

E se houvesse dúvidas de que, em análises como esta, os números contam menos

que as simpatias e antipatias, basta reparar que J. A. Lima consegue inventar o facto de, em Aveiro, «Marques Mendes ter travado um pouco a descida nacional do partido», quando, pelas nossas contas, a acentuou uma vez que, em Aveiro, o PSD perdeu 7% da sua influência, enquanto a nível nacional perdeu 5%.

E ainda mais que as simpatias e antipatias contam as opções políticas de quem analisa os números. Com efeito, J. A. Lima avisa logo no preâmbulo do seu trabalho que «o novo ciclo da governação exige uma mudança de estilo» (!!!) e, mais à frente, também postula que o PCP não vai riscar nada «pois as reformas do Governo exigirão alianças à direita e não à esquerda».

É isto para não lembrar que, a duas e a uma semana da votação, o «Expresso» estampou em primeira página as suas «clássicas» sondagens que davam 5% à CDU e sempre atrás do CDS-PP, e que, por isso, quem faz ao «Expresso» a desfeita de ter tido 9% e à frente do CDS-PP, já devia contar com o respectivo castigo.

■ Vítor Dias

TIMOR
Solidariedade
e eleitoralismo

A luta do povo timorense prossegue apesar dos holofotes do mundo se terem virado para outras paragens. Os ataques das milícias continuam a fazer dezenas de vítimas. A ajuda humanitária não chega como devia chegar. Prosseguem as manobras para colocar no terreno à frente das tropas da ONU amigos incondicionais da Indonésia. O Primeiro Ministro da Malásia assume a defesa de Suharto - Habibie e da execrável ditadura e a vontade de comandar as tropas da ONU, o que é insustentável. Nestas circunstâncias a pressão para desarmar as FALINTIL é inaceitável.

A batalha de Timor não está ganha. É preciso prosseguir a todos os níveis a pressão para que não se recomponha a velha ordem solidária das grandes potências com a Indonésia. Foi a luta do povo timorense e o aumento da solidariedade internacional que quebrou aquela aliança. Com o abrandamento da pressão internacional a tendência será para se refazer. Aos portugueses cabe um papel muito especial nesta luta em defesa de uma verdadeira causa nacional, que o PS e o seu Governo nem sempre têm tratado como tal. O certo é que parar a solidariedade só favorece a Indonésia e todos os seus amigos no terreno. É, por isso, importante manter a solidariedade a Timor na primeira linha das preocupações, independentemente da conjuntura nacional e das campanhas eleitorais. Vale a pena trazer à superfície (e a propósito da visita de Xanana Gusmão) um chocante exemplo do descarado eleitoralismo por parte do PS e do Governo para mostrar que há um fosso enorme entre a proclamada causa nacional e os interesses partidários. A visita de Xanana logo que se tornou conhecida criou uma enorme expectativa entre os apoiantes da causa timorense. A Comissão Coordenadora com sede na FENPROF tinha convocado uma manifestação para o dia 30 de Setembro, para assinalar 30 dias depois da vitória do povo timorense e levantar de novo o protesto contra a brutal repressão que se abateu sobre o povo timorense. Ao saber da visita de Xanana, a Comissão iniciou de imediato os seus contactos com o CNRT para organizar uma manifestação de saudação ao povo timorense e ao seu mais legítimo representante, para a qual convergiram, trabalharam um conjunto de organizações sociais que já tinham organizado as manifestações de 7 e 13 de Setembro, com o apoio dos principais partidos, a Câmara Municipal de Lisboa e um vasto número de sindicatos e organizações sociais. A ideia era simples: prosseguir a pressão a nível institucional apoiada pelo máximo possível de portugueses, independentemente das suas opções políticas.

Só que esta base mínima de acordo não teve nem o apoio do Governo, nem do partido do Governo. E, por isso, para o Governo e o PS a Comissão Promotora não poderia aparecer com Xanana numa concentração nos Restauradores, nem a própria Comissão na própria varanda da Assembleia da República.

Esta atitude só tem um qualificativo: **sectarismo e eleitoralismo**. O resto fala por si. Alguns momentos depois de a Comissão saber que não poderia organizar a recepção popular a Xanana (um dia antes da sua chegada), aparecia um Apelo, de umas tantas organizações que estavam em perfeita sintonia com o Governo (algumas delas convidadas a estarem presentes nas iniciativas da Comissão Promotora, a que responderam negativamente) que levou escassos milhares de portugueses à Assembleia da República. Seriam mais, se em vez de subtrair, se somasse. Há quem fale de causa nacional e confunda Governo e partido do Governo com nação. Mas de facto Timor é causa nacional, porque para além das direcções de certos partidos estão os portugueses e esses sentem que a solidariedade tem de prosseguir para manter a Indonésia isolada e assegurar a concretização da vontade expressa pelo povo timorense: a construção de um Timor livre e independente. A solidariedade é sempre precisa, mesmo nos momentos em que a sua necessidade pode não ser tão compreendida. O movimento nacional de solidariedade com a luta do povo timorense continua a ser necessário para derrotar as manobras, as pressões da Indonésia e dos seus amigos.

■ Domingos Lopes



Foto: Jorge Caria

A espera - do mau tempo

SEMANA

Lares clandestinos encerrados no Distrito de Santarém

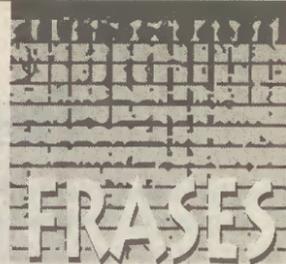
Onze lares clandestinos de idosos vão ser fechados no distrito de Santarém até ao final do mês por determinação do Serviço Sub-Regional de Santarém da Segurança Social, devido à total falta de condições de saúde, higiene, segurança, etc., em que funcionavam. A decisão foi tomada na sequência de uma acção de fiscalização em profundidade desencadeada pelos serviços estatais de Segurança Social em cooperação com as autarquias e os centros de Saúde do distrito ribatejano, para se fazer um levantamento rigoroso da situação dos lares de idosos neste distrito. As conclusões foram «assustadoras», segundo os técnicos responsáveis. Antes deste estudo, supunha-se que havia cerca de 22 lares de idosos com fins lucrativos a funcionar clandestinamente na região e descobriram-se perto de 80. Mas, pior que isso, foi a constatação de que os idosos viviam, em muitos desses lares, em condições

infra-humanas, encontrando-se lares clandestinos a funcionar em apartamentos, em sótãos, em celeiros, em garagens, com a detecção de situações de «verdadeira calamidade humana», como afirmou o director do Serviço Sub-Regional de Santarém da Segurança Social, José Brilhante, que pormenorizou: «Para além de os equipamentos não terem as mínimas condições físicas, com situações de insalubridade e sobrelotação, havia muitos idosos sem cuidados médicos e muito mal alimentados, alguns só com umas papas, outros apenas uma vez por dia». Perante este escândalo, esta estrutura da Segurança Social decidiu encerrar imediatamente 11 destes autênticos «depósitos de idosos» e, não exis-



tindo camas alternativas para alojar o total dos 150 residentes, desencadeou um programa de emergência em articulação com as instituições locais. José Brilhante admite que este surto vertiginoso de lares clandestinos de idosos no distrito de Santarém pode resultar da desloca-

ção para a região de «estabelecimentos» do género entretanto encerrados pela fiscalização na região de Lisboa, hipótese aparentemente confirmada pela detecção de vários idosos oriundos da região de Lisboa nos «lares» agora encerrados no distrito de Santarém.



“Ou o engenheiro Guterres julga que ainda está em campanha eleitoral e não se deu conta de que se votou no passado domingo, ou, por não ter atingido o seu objectivo de maioria absoluta, demonstra agora mau perder e agarra-se ao fantasma da instabilidade.”

(Carlos Carvalhas, *Jornal de Notícias*, 15.10.99)

“Não julgue o PS que o PCP se deixará intimidar pelas ameaças ou chantagens do PS, ou que deixará de actuar em conformidade com a sua avaliação da real política do Governo.”

(idem, *Público*, 15.10.99)

“Sejamos claros, e deixem-se de sofismas. As reformas necessárias e mais urgentes não se fizeram na anterior legislatura basicamente porque o Governo do eng. Guterres não queria “desagradar” determinados interesses para procurar obter o “jackpot” nas eleições que se realizaram no passado dia 10. O Governo apostou mal, o bilhete que comprou não foi premiado.”

(Octávio Teixeira, *Público - Economia*, 18.10.99)

“Não podem agora, o PS e o eng. Guterres continuarem a fazer a mesma aposta, protelarem reformas que já deveriam ter sido realizadas. O Governo continua a ter condições para as realizar, e os interesses nacionais exigem-no. O Governo não poderá “impor” essas reformas (como desejaria), terá de as realizar em debate com as oposições. São estas as regras da democracia.”

(idem, *ibidem*)

“Se tivesse conquistado votos à esquerda, eliminando-a do mapa político como esperava, Guterres poderia continuar a sua política de tergiversação mesmo que tivesse perdido alguns votos para a direita. Mas foi exactamente o contrário que aconteceu.”

(Manuel Villaverde Cabral, *Diário de Notícias*, 15.10.99)

“E como alguém já disse, as dificuldades estão no próprio Guterres, que desde 1995 se recusa obstinadamente a aceitar o sentido das votações.”

(idem, *ibidem*)

“Das duas uma: ou António Guterres precisa absolutamente de maioria absoluta para governar bem, e então governou mal nos últimos quatro anos, ou então governou bem nos últimos quatro anos e não se compreende o que o impede de fazer o mesmo nos próximos quatro.”

(Rúben de Carvalho, *idem*)

“O maior inimigo da democracia não é o confronto, é o conformismo - não é a inquietação, é a resignação.”

(Alfredo Barroso, *Expresso*, 16.10.99)

“Mais do que votar a favor (neste caso do BE), votei contra o “status quo”, o “establishment”, o “grande centro” ou lá o que lhe queiram chamar. Para ver se o PS espavita!”

(idem, *ibidem*)

União Europeia reúne na Finlândia

Os chefes de Estado ou de Governo dos 15 países que integram a União Europeia reuniram na Finlândia durante alguns dias para debaterem o futuro da União neste limiar do novo século. Questões como a segurança comum ou o alargamento da União a outros países europeus, nomeadamente vários que integravam o antigo bloco de Leste, mobilizaram governantes e políticos reunidos nesta

cimeira. Em relação à segurança comum, a Comissão Europeia obteve um mandato dos chefes de Estado ou de Governo presentes para elaborar uma proposta de guião com as medidas legislativas necessárias à criação de um «espaço de liberdade, segurança e justiça» durante os próximos cinco anos. Trata-se de uma matéria delicada, nomeadamente porque a harmonização ou «política conjunta» nesta

matéria da segurança comum mexe com questões de soberania nacional e de legislações nacionais. Este guião, mais conhecido na comunidade pela palavra inglesa «scoreboard», será acompanhado de um calendário para a concretização dos objectivos fixados e para a avaliação dos resultados, devendo ser aprovado pela cimeira a realizar em Dezembro próximo, em Helsínquia. O comissário portu-



guês, António Vitorino, encabeça este grupo de trabalho no quadro das suas funções comunitárias no âmbito da Segurança. Quanto ao alargamento da

União a mais países europeus, não se encontrou consenso, havendo quem defenda um alargamento a mais seis países e outros a mais 12.

Javier Solana novo «Sr. PESC»

O ex-secretário-geral da NATO, o espanhol Javier Solana, foi esta semana escolhido pelos responsáveis da União Europeia para desempenhar o cargo de alto representante da Política Externa e de Segurança Comum, conhecida pela sigla PESC. Trata-se de uma função de grande responsabilidade na União Europeia em matéria de Defesa e Forças Armadas, sobretudo numa altura em que os países mais poderosos da União insistem na con-

cretização de um projecto de Forças Armadas comuns e do reforço da capacidade militar da União no seu conjunto, numa perspectiva de competição belicista com o «grande aliado» do outro lado do Atlântico, os EUA. A escolha de Solana beneficiou largamente do seu empenho belicista, como secretário-geral da NATO, na agressão perpetrada por esta organização tutelada pelos EUA contra a Jugoslávia a pretexto do Kosovo.

Forças russas cercam Grozni

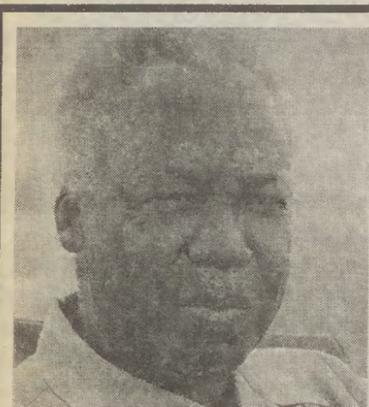
As forças russas actualmente empenhadas numa ofensiva militar em larga escala contra os independentistas da República rebelde da Tchetchénia, no Cáucaso, já ocuparam vários pontos estratégicos à volta de Grozni, a capital, havendo rumores de que se prepara a tentativa de assalto à cidade, enquanto prosseguem os bombardeamentos aéreos e de artilharia sobre alvos económicos da República. Recorde-se que esta ofensiva surgiu a pretexto de erradicar da Tchetchénia os fundamentalistas islá-

micos que, segundo Moscovo, terão estado por trás dos atentados bombistas que, recentemente, causaram cerca de 300

mortos civis em Moscovo e noutras cidades russas. Outra motivação para esta ofensiva, não assumida pelo Governo

russo mas presente em todos os comentários sobre a situação, é a «reconquista» desta república rebelde que, ainda há dois anos,

travou e venceu uma guerra contra o exército russo, tendo depois declarado unilateralmente a independência.



Morreu Julius Nyerere

Morre em Londres, vítima de leucemia, Julius Kambarage Nyerere, fundador e primeiro presidente do Estado da Tanzânia em 1964, resultante da união entre o Tanganica e Zanzibar. Tinha 77 anos de idade. Julius Nyerere afastara-se voluntariamente, há 14 anos, da presidência da Tanzânia e da vida política activa no seu país, mas nem por isso deixou de intervir politicamente no continente africano, nomeadamente no empenho em mediar conflitos. Filho de um chefe tribal, Nyerere frequentou o ensino secundário em Tabora, antigo centro de comércio de escravos no interior de Tanganica, frequentando depois o ensino universitário, sucessivamente, no Uganda e na Escócia. De regresso à pátria na década de 50, leccionou em Dar-es-Salam, então capital de um território sob administração britânica, fez parte do Conselho Legislativo da colónia e fundou a União Nacional Africana do Tanganica (TAMU), para lutar pela independência. Em 1961 tomou posse como primeiro-ministro de transição e em 1962 assumiu a presidência da nova República que, em Abril de 1964, agregou o Estado de Zanzibar (constituído pelas ilhas de Zanzibar e Pemba), nascendo assim a República da Tanzânia. A sua governação pautou-se pelos ideais do socialismo de inspiração marxista, que procurou adaptar ao seu país. Foi, igualmente, um apoiante de sempre às lutas pela independência travadas em Angola, Moçambique e Rodésia/Zimbabué.

Declaração de Carlos Carvalho

Melhores condições para prosseguir a luta

Na quinta-feira passada, ainda decorria a reunião do Comité Central, o Secretário-Geral do PCP fez uma declaração à comunicação social onde divulgou algumas das conclusões a que já se havia chegado (ver documento aprovado pelo CC nas páginas centrais). Em resposta a questões colocadas pelos jornalistas, Carlos Carvalho esclareceu que em relação ao Orçamento do Estado, o PCP só se pronunciará depois de conhecer a proposta do Governo mas, no que respeita ao aborto – como adiantou –, vai de novo apresentar um projecto visando a sua despenalização.

Carlos Carvalho começou por sublinhar o facto de a CDU ter atingido os seus objectivos eleitorais em 10 de Outubro, «pondo fim a um longo período de decréscimo eleitoral» e «abrindo novas e estimulantes perspectivas de acrescida afirmação e intervenção do PCP como grande força de esquerda em Portugal».

Um resultado tanto mais de realçar «quanto é certo que as eleições se realizaram num

quadro que integrava factores favoráveis ao Governo» e foi acompanhado «pelo insucesso da aspiração expressa pelo PS e pelo Primeiro-Ministro de obtenção de uma maioria absoluta». Agora, diz, estão criadas melhores condições políticas para a intensificação da luta por uma «política de esquerda, pelo combate às orientações neoliberais do Governo do PS e pela adopção de medidas positivas de resposta a importantes recla-



Carlos Carvalho adiantou aos jornalistas as linhas gerais das conclusões da reunião do Comité Central

mações de diversificados sectores e camadas sociais».

Segundo o Comité Central,

os resultados do PCP e da CDU «são indissociáveis do seu insubstituível papel e

intervenção na defesa dos interesses dos trabalhadores, das camadas médias e do povo em geral, bem como de todas as grandes causas democráticas», ficando claro, por outro lado, a rejeição pelos portugueses do «perigo de uma maioria absoluta do PS» e a sua desconfiança na «previsível actuação de um Governo do PS que dispusesse do poder absoluto».

Mas o PS «parece não se conformar com os resultados». Pois, a ser verdade que o seu Secretário-Geral alertou para a possibilidade de eleições legislativas antecipadas dentro de dois anos, das duas uma: «ou o eng. Guterres julga que ainda está em campanha eleitoral», ou sabe que houve eleições mas, «por "mau perder" e agarrado ao fantasma da "instabili-

dade», está a querer retaliar em relação aos eleitores que precisamente frustraram o objectivo do PS da maioria absoluta».

Em qualquer caso, «uma atitude que não lhe fica bem e soa a manobristo e a pouco respeito pelos eleitores».

Pelo seu lado, o PCP adverte o PS de que «manterá a atitude responsável da última legislatura» mas «não se deixará intimidar» pelas suas ameaças ou chantagens, nem deixará de actuar «em conformidade com a sua avaliação da real política do Governo PS».

Afinal, a «instabilidade política» de que o eng. Guterres fala «para acenar desde já com eleições antecipadas» depende fundamentalmente das políticas que venham a ser prosseguidas pelo Governo PS, ou seja, é da sua res-

Medidas prioritárias

Carlos Carvalho divulgou ainda, na conferência de imprensa de quinta-feira passada, as iniciativas que o PCP e o seu Grupo Parlamentar consideram prioritárias.

O PCP orientará a sua acção pela concretização dos compromissos que na campanha eleitoral assumiu perante os portugueses e, nessa perspectiva, bater-se-á para que se sejam adoptadas políticas que tenham «como objectivos prioritários o trabalho com direitos, o combate eficaz ao desemprego, o emprego com qualidade e uma mais justa repartição do rendimento nacional em benefício dos trabalhadores».

O PCP tomará as iniciativas político-parlamentares adequadas à concretização de uma reforma fiscal visando aliviar «a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e a justa tributação dos rendimentos e mais-valias do capital (nomeadamente do capital financeiro e especulativo)», como base indispensável a «uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde» e à promoção de «mais e melhor Segurança Social aos reformados e aposentados».

Do mesmo modo, o PCP «prosseguirá a luta pela concretização do direito das mulheres à igualdade no trabalho, na família e na participação cívica e política, à sua dignidade e à defesa da sua saúde e do seu direito a uma maternidade livre e consciente».

Em particular, o PCP e o seu Grupo Parlamentar vão dar prioridade à apresentação de iniciativas políticas e legislativas visando a resposta imediata a alguns dos problemas mais sentidos pela generalidade dos portugueses:

- a garantia de um indispensável aumento real anual do salário mínimo nacional, o plano de combate à precarização e ao falso trabalho independente, bem como o estabelecimento de um calendário de redução progressiva do horário semanal de trabalho para as 35 horas, sem redução de salário nem perda de direitos;

- a elevação imediata das pensões mínimas;
- o embaratecimento e racionalização dos gastos com medicamentos;

- a despenalização do consumo de droga e a adopção de um plano de alargamento da rede pública nacional e gratuita de atendimento, tratamento e recuperação social da toxicoddependência, em conjugação com o reforço do combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento de capitais que lhe está associado.

Urge, assim, prosseguir o debate e a participação de todos os

que com o PCP «reclamam um novo rumo na vida política nacional, a divulgação e apresentação de propostas centradas nas grandes causas sociais».

Ao mesmo tempo, deve prosseguir com audácia o reforço da organização partidária - «esteio fundamental da intervenção do Partido» - e o aprofundamento das suas raízes na classe operária, nos trabalhadores, na intelectualidade, na juventude e no povo português, para que o PCP seja cada vez mais forte e influente.

Consciente da exigência das tarefas e desafios que lhe estão colocados, mas também das novas potencialidades e perspectivas abertas pelo seu recente resultado eleitoral - que cumpre concretizar e alargar na base do reforço organizativo, da capacidade de uma intervenção dinâmica, do esforço de inovação, afirmação dos seus ideais, valores e identidade e forte ligação aos problemas e interesses dos trabalhadores e do povo, - o PCP «estará em condições de dar um novo impulso à sua luta por uma real viragem à esquerda na vida política nacional e de



A morte de Luís Sá



Nota biográfica

Luís Sá, 47 anos, licenciado em direito. Mestre em Ciência Política e doutorado em Ciências Sociais. Foi monitor na Faculdade de Direito de Lisboa em 1974/75 e docente em diversas universidades desde 1994.

Membro do PCP desde 1974, foi membro do Secretariado da UEC na Faculdade de Direito de Lisboa. Foi adjunto do gabinete do ministro dos Transportes e Comunicações no IV e V governos provisórios e do ministro das Obras Públicas no IV Governo Provisório. Foi membro da Comissão Nacional de Eleições de 1977 a 1987.

Foi deputado no Parlamento Europeu em 1994. Membro do Comité Central desde o X Congresso (1983). Era membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e responsável pelas áreas de trabalho das Autarquias, do Desporto, do Ambiente, da Defesa, da Justiça e dos Direitos, Liberdades e Garantias. Director da Revista «Poder Local», desde 1977. Eleito deputado à Assembleia da República pelo Círculo Eleitoral do Porto em 1991 e pelo Círculo Eleitoral de Lisboa em 1995 e 1998. Luís Sá era autor de várias obras publicadas, nomeadamente:

- Introdução à Teoria do Estado
- Soberania e Integração na CEE
- Regiões Administrativas - o Poder Local que Falta
- Razões do Poder Local
- Eleições e Igualdade de Oportunidades
- As Regiões, a Europa e a Coesão Económica e Social
- O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político
- A Crise das Fronteiras
- A Política do Ambiente: o Estado, a Administração Pública e a Comunidade Europeia
- Introdução ao Direito Administrativo
- Introdução à Ciência Política.

Raramente uma má notícia corre tão célere. Pouco tempo depois de os camaradas mais próximos de Luís Sá o encontrarem sem vida no seu gabinete de trabalho na sede central do Partido, no final da tarde de sexta-feira, logo, por todo o País, a consternação atingia muitos camaradas e amigos. As reuniões das organizações do PCP foram interrompidas, desmarcaram-se outras muitas e, nessa mesma noite, uma multidão reunia-se às portas da capela de S. Vicente de Fora, em Lisboa, a prestar uma última homenagem a Luís Sá e os pêsames à família.

Durante toda a noite, milhares de homens, mulheres e jovens desfilarão, em manifestação de pesar. Cá fora muitos aguardaram longo tempo a sua vez de entrar na capela onde, por desejo da família, não foi possível tirar fotografias. Ainda por desejo da família, o funeral realizou-se no cemitério de S. Paio Dantas, Esposende, para onde partiu na manhã seguinte.

Ainda durante a noite, para além de camaradas, onde se notava a presença de muitos dirigentes do Partido, de deputados, de eleitos da CDU, de responsáveis regionais e concelhios, de jovens da JCP, de numerosos militantes vindos de todo o País, registava-se a presença de dirigentes de outros partidos, de delegações de Os Verdes

do PP e do BE também se deslocaram a S. Vicente de Fora.

Na manhã de sábado muita gente continuou a afluír à capela, contando-se a presença de numerosas personalidades, com destaque para o Presidente da República, Jorge Sampaio. Entre os dirigentes do PCP que ali se deslocaram encontrava-se o camarada Álvaro Cunhal.

O funeral, marcado para as 16 horas de sábado, tinha a esperá-lo uma multidão compacta que se foi reunindo no largo que separa, em S. Paio Dantas, o cemitério da igreja. Vindo de Lisboa, o féretro, que fora acompanhado de numerosos camaradas e amigos, foi transportado em primeiro lugar à casa familiar, onde dirigentes do Partido e muitas outras per-

entrada no templo onde foi celebrada uma cerimónia católica que seria depois concluída no cemitério. De novo com a bandeira do Partido e antes de baixar à terra, a multidão não coube no cemitério, a prestar uma última homenagem, acompanhando as palavras comovidas do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, rodeado de membros dos organismos executivos do Comité Central, fez uma breve alocução que publicamos na íntegra.

À homenagem de despedida a Luís Sá, associaram-se milhares de pessoas que, independentemente das suas convicções políticas ou religiosas, quiseram com a sua presença manifestar a amizade, o respeito e apreço que lhes merecia a figura deste destacado dirigente do PCP. Dentre elas, destacamos a presença de algumas conhecidas personalidades:

Jorge Sampaio, Presidente da República; Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República; Luís Patrão, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro; Alberto Martins, António Costa, António José Seguro, Ferro Rodrigues, Guilherme de Oliveira Martins, Joaquim Pina Moura, Jorge Coelho, Vítor Neto e Vítor Ramalho, membros do Governo; Manuel Carvalhal da Silva, Coordenador da CGTP; António Gonçalves, Blasco Hugo

gador do Tribunal da Relação de Évora; Mário Almeida, Presidente da Associação Nacional de Municípios; Joaquim Raposo, Presidente da Câmara Municipal da Amadora; Edite Estrela, Presidente da Câmara Municipal de Sintra; Narciso Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos; Oliveira e Silva, Governador Civil de Viana do Castelo; Fernando Fragoço Marques, Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados; Antonino Solmer, Subdirector do Teatro Nacional D. Maria II; António Pires de Lima, Bastonário da Ordem dos Advogados; Maria José Ferro Tavares, Reitora da Universidade Aberta; Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional.

Expressões de pesar

Assim que foi conhecido o falecimento de Luís Sá, começaram a chegar ao PCP numerosas mensagens de con-

dolências, provenientes de diversas entidades, militantes e conhecidas personalidades da vida política e cultural portuguesa, enquanto algumas autarquias e sindicatos suspenderam, como forma de luto, todas as suas actividades e muitos órgãos do poder local aprovaram votos de pesar.

Organizações do Partido - Direcção da Organização Regional de Coimbra; Direcção da Organização Regional dos Açores; Secretariado da Organização Regional de Tomar; Comissão Concelhia de Lousã; Comissão Concelhia de Avis; Comissão Concelhia de Chaves; Organização Concelhia de Condeixa; Comissão Concelhia de

Ílavo; Organização Concelhia de Setúbal; Comissão Concelhia de Soure; Comissão Concelhia de Valpaços; Comissão Coordenadora de Alpiarça; Comissão de Freguesia de Canidelo; Comissão de Freguesia de S. Martinho do Bispo; Organização do PCP - Suíça; O Secretariado Nacional da Juventude Comunista Portuguesa; Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (PE).

Órgãos de soberania - Vice-Presidente da Assembleia da República, Manuel Alegre, Ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira; Ministra do Ambiente, Elisa Ferreira; Ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo; Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Defesa Nacional, Jaime Gama; Secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro.

Autarquias - ANAFRE, Secretário-Geral, Higinio Santos; Assembleia de Freguesia de Boidobra, Presidente, José Fernandes dos Santos; Assembleia de Freguesia de Monte Abraão; Assembleia Municipal de Benavente, Presidente, Luís António Oliveira Martins; Associação dos Municípios do Distrito de Évora, Presidente, Eng. Alfredo Falaminho Barroso; Administrador Delegado, Arq. André Espenica; Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Conselho Directivo; Associação Nacional de Municípios Portugueses, Presidente, Mário de Almeida; Associação Nacional de Municípios Portugueses, Secretário-Geral, Artur Trindade; Câmara Municipal da Amadora, Presidente, Joaquim Raposo; Câmara Municipal da Moita, Presidente; Câmara Municipal de Avis, Presidente, António Raimundo Bartolomeu; Câmara Municipal de Coruche; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Loures, Executivo Municipal; Câmara Municipal de Loures, Presidente, Adão Barata; Câmara Municipal de Odemira, Presidente, António Manuel Camilo Coelho; Câmara Municipal de Viana do Alentejo, Presidente, Estêvão Pereira; Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Presidente, Jaime Soares; Assembleia Municipal de Oeiras; Executivo da Assembleia de Freguesia de Brandoa; Executivo Junta de Freguesia de Souselas; Junta de Freguesia da Amora, Presidente, Odete Gomes; Junta de Freguesia da Verdreana, Presidente, Anabela Ventura Carvalhal da Mota; Junta de Freguesia de Alva-



Homenagem e despedida

lade, Presidente, João Nunes da Costa; Junta de Freguesia de Boidobra, Presidente, José Joaquim Pinto de Almeida; Junta de Freguesia de Monte Abraão; Junta de Freguesia de Palmela, Presidente, Jorge Manuel Cândido Mares; Junta de Freguesia de Souselas; Junta de Freguesia de Vilamar.

Sindicatos e outras estruturas de trabalhadores - Conselho Distrital da União dos Sindicatos do Distrito de Braga; Conselho

Empresas do Complexo Grun-dig/Blaupunkt.

Outros partidos e organizações - Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes"; Comissão Executiva da Região do Porto da Intervenção Democrática; Comissão Directiva da Intervenção Democrática; Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres; Movimento Democrático de Mulheres - Marinha Grande; Federação Distri-



Distrital da União dos Sindicatos de Portalegre; União dos Sindicatos da Guarda; Comissão Executiva da Federação Nacional dos Médicos; Federação Nacional dos Médicos, Presidente, Dr. Clíio Pereira; Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública; Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal; Direcção do Sindicato dos Jornalistas; Direcção Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármores e Madeiras e Materiais de Construção do Sul; Corpos Gerentes e seus Colaboradores do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Norte; Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual; Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul; Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, dirigentes e funcionários comunistas; Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármores, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte e Viseu; Sindicato dos Metalúrgicos do Sul; Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul; Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas; Acção de Formação da União de Sindicatos de Braga, Formador e Formandos; Organizações Representativas dos Trabalhadores das

tal do Partido Socialista de Viseu, José Junqueiro; Direcção do Partido do Social Democrata; Política XXI; Conselho Nacional da Juventude; Comissão Política da Secção de Setúbal da Juventude Social Democrata.

Associações Académicas - Associação Académica de Coimbra; Associação Académica de Lisboa.

Outras entidades - "Vida Mundial"; A Direcção e Redacção do Jornal "Record"; Adjunto da Inspeção-Geral de Fianças, Jaime Frederico Rodrigues; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Palmela; Associação Nacional de Prevenção e Saúde Oral; Comissão Coordenação Regional, José Reis; Direcção "O Caracol"; Direcção, Comando, Corpo Activo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo; Federação das Associações de Pais do Concelho da Amadora; Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio; Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais; Fundação Mário Soares; Governo Civil do Distrito de Faro, Joaquim Américo Fialho Anastácio; Movimento de Restauração do Concelho de Canhas de Senhorim; Rede Anti-Racista; Ribeiro Moniz, Lta; Sport Comércio e Salgueiros; União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa.



Carlos Carvalhas no funeral Guardaremos sempre do Luís a memória e o exemplo

Pouco antes de o caixão baixar à terra, Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, fez uma comovida intervenção de despedida a Luís Sá, lembrando a sua contribuição «enquanto comunista e destacado dirigente do Partido» e «enquanto cidadão empenhado, enquanto intelectual prestigiado e respeitado» mas também como «ser humano sensível, inteligente, fraterno e solidário» que marcava com «uma profunda e generosa afectividade as suas relações de amizade, de trabalho e de convívio».

A despedida que aqui estamos a fazer do nosso camarada e do nosso amigo Luís Sá é marcada pelo choque profundo do seu súbito e inesperado desaparecimento do nosso convívio, que acentua terrivelmente o sentimento de perda que a todos nos atinge e que desde as primeiras horas se traduziu numa comovida e enorme corrente de testemunhos de pesar e de solidariedade.

O Luís deixa-nos na força da vida, na plena maturidade das suas capacidades, saberes e experiências, quando conosco acabava de, empenhada e entusiasticamente, participar numa importante batalha cívica e política - as eleições - para cujo positivo resultado muito contribuiu. E quando, para enfrentar as tarefas e desafios do nosso país e do nosso tempo, muito havia a esperar da sua contribuição enquanto comunista e destacado dirigente do Partido, enquanto cidadão empenhado, enquanto intelectual prestigiado e respeitado.

Guardaremos sempre do Luís a memória e o exemplo de 25 anos de intensa, abnegada e dedicada militância comunista, sustentada numa grande exigência ética, na seriedade e rigor intelectuais, numa permanente abertura aos questionamentos da nossa época, numa sólida vinculação às grandes causas da dignidade humana, do progresso e transformação sociais, da democracia e do socialismo.

Guardaremos do Luís o património da sua inestimável contribuição de muitos anos de empenhado combate pela edificação do poder local democrático como componente indispensá-

vel da democracia avançada pela qual lutou e a que dedicou muito da sua vida e do melhor das suas capacidades.

Guardaremos do Luís a imagem de um destacado e exemplar representante eleito do povo que, no Parlamento Europeu como na Assembleia da República, soube dar testemunho de que a política pode ser uma das mais elevadas e nobres expressões da actividade humana, que pode ser exercida com convicções, com respeito pela pluralidade e diversidade de opiniões, com exemplar sentido de serviço público e com um permanente enraizamento nas aspirações e interesses populares.

E, de forma especial, guardarei do Luís - tantos anos partilhámos no mesmo gabinete alegrias, tristezas, problemas da vida -, guardarei, guardaremos a memória comovida de um ser humano sensível, inteligente, fraterno e solidário, marcando com uma profunda e generosa afectividade as suas relações de amizade, de trabalho e de convívio.

Não pretendemos comparar a nossa dor com a dor profunda - que não pode ser descrita por nenhuma palavra - da Ana Teresa, dos seus filhos, do seu pai, dos seus irmãos, dos seus familiares mais próximos, a quem endereçamos um sentido abraço de pesar e de solidariedade, seguramente em nome de todos os camaradas e amigos do Luís, de todos quantos puderam beneficiar do seu convívio.

Com a morte prematura de Luís Sá, o PCP perde um dos seus mais qualificados, promissores e destacados militantes e a democracia portuguesa perde um dos seus empenhados construtores.

Mas não é um lugar comum, nesta despedida física, afirmarmos que o Luís vai permanecer conosco, por via do seu testemunho, da sua obra e do seu exemplo, neste caminho áspero mas esperançoso que vamos continuar a percorrer, neste grande desafio colectivo de transformar a vida e o mundo e de construir um futuro melhor para o povo português e para a humanidade que ele muito amou.

Luís

E, de súbito, o silêncio a tocar o infinito. O nevoeiro, a lágrima, a vertigem. Um coração ferido pela imperfeição da noite e a luz intensíssima da memória.

Porque o Luís era a eternidade do nosso afecto, não uma breve paisagem. O futuro uma presença, um lugar de origem, nunca este rio ao contrário, tão em nós transido de inconfirmação e dor.

Como sereno o torvelinho das imagens, dizer às palavras o que nelas não cabe e se perde, intimar a morte a rasurar-se?

Havia o tempo, havia a casa - espaço do nosso conjunto acontecer. O caminho e o sonho, o esplendor e o escombros, a luzidez do reverso quando o canto entenebrece. E agora o pretérito. O Luís foi dos que melhor fundiram singularidade e gregarismo, constância nos princípios e espírito crítico, apego ao Partido e capacidade dialógica. Apececerá falar longamente das lições da sua vida, desse jeito a que chamaremos lhança, apuro, bondade, de uma certa melancolia, de uma rosa trágica, do sentido de abnegação sem limites. E, falando, o agora pretérito faz-se movimento no que somos. Fogo, perseverança, implicação. Ele, amigo dilecto, nos estimula e aguarda.

Entretanto, o luto, cinza que só depois do frio florido. O arrepiado adeus numa tarde de sempre. O sobressalto, a perda sem remédio nem perdão.

José Manuel Mendes

Chove, nesta tarde

Chove, nesta tarde em que regressaste à terra dos homens, de onde vieste. E a água estala no chão, bate nos olhos e nos ouvidos, para que não esqueçamos que partiste, que a tua ausência dói e pesa. Como a água.

Escutámo-te, lêmo-te, vimos-te. Ficámos a saber um pouco, muito pouco, do muito que eras, do muito que valias.

Não eras dos antigos. Desse que fizeram do Partido o que ele é, o que somos, o que eras e o que vires a ser, se o terreno coração te não enviasse o caminho. Eras sim, a um tempo, dos novos e dos antigos. Dos que têm memória, dos que não desertam. E quando olhavas para longe, com a força dos honestos, dos serenos, dos que vêm claro, o nosso olhar seguia o teu - que nos seguia.

Sem ti seremos menos. Com a tua memória, porém, seremos mais. E nas horas de grandeza humana, nas horas de justiça, estaremos contigo. Porque estar contigo é estar com os que vieram e com os que hão-de vir. Depois de ti, depois de nós.

João Pedro Méseder

SETÚBAL

Nuvens sobre o concelho

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP alerta para o facto de pesar uma grave ameaça sobre os trabalhadores da Lisnave, resultante do facto de a administração colocar como contrapartida da manutenção da empresa e dos postos de trabalho, a perda de direitos e regalias conquistados pelos trabalhadores ao longo de três décadas.

Na análise que faz à situação social no concelho, o PCP manifesta ainda a sua preocupação no que respeita à destruição de sobreiros e outras espécies protegidas em Pontes e a outros atentados ao ambiente, como foi a recente incineração na Sécil de alimentos contaminados com dioxinas que veio reabrir o processo de intenção do Governo de co-incineração na Serra da Arrábida. Face, ainda, à notícia da eventual instalação de uma unidade de tratamento de resíduos industriais na SAPEC, junto ao estuário do Sado, os comunistas pretendem que sejam conhecidos quais os projectos que existem e os impactos ambientais e, neste quadro, disponibilizam-se para prosseguir a luta ao lado das populações pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

GANDRA

Excepção ultrajante

A manutenção da chamada Contribuição Especial na lei do imposto dos 30 por cento, em Gandra, tem vindo a gerar grande insatisfação e revolta entre a população que, como forma de protesto, na continuidade da acção de boicote às eleições para o Parlamento Europeu, manifestava a vontade de não participar também nas eleições para a Assembleia da República, realizadas em 10 de Outubro.

Como a manutenção da ordem pública nunca esteve em causa, constituíram-se as mesas de voto, as urnas foram normalmente abertas e foi assegurada a livre expressão do voto. Só que, unida e decidida a expressar os seus sentimentos e objectivos imediatos, a população absteve-se de forma esmagadora, manifestando de forma inequívoca a sua oposição à perpetuação da lei. Como excepção, destaca-se o presidente da freguesia de Gandra, Armando Costa, que depois de «várias jogadas», acabou «insolitamente por votar», acto que mereceu uma resposta pública de condenação.

A CDU, apelidando de «ultrajante» para a população este comportamento do presidente da Junta, considera que «se torna indispensável a demissão de Armando Costa», elemento «prejudicial ao presente e ao futuro de Gandra».

AÇORES

Compensar custos de insularidade

Autor e proponente de um dos projectos de Decreto Legislativo Regional de Remuneração Complementar, do projecto de DLR de Acréscimo Regional para o Salário Mínimo Nacional e do projecto de DLR de Complemento Regional às Pensões e Reformas, o PCP afirma que só a aprovação simultânea deste conjunto de projectos pode criar um quadro de compensação pelos custos acrescidos gerados pela insularidade. É necessário, contudo, que o Orçamento para o ano 2000 seja dotado de verbas para a respectiva execução.

Assim, para além da resposta que o Plano e Orçamento têm que dar a necessidades urgentes do desenvolvimento das várias ilhas - em relação às quais em tempo oportuno apresentará as suas propostas -, o PCP/Açores faz depender a viabilização daquele documento da dotação de verbas para a compensação pelos custos da insularidade e para a reconstrução as zonas atingidas pelo sismo de Julho de 98.

BRAGA

Referendo de «valor zero»

A Câmara Municipal de Braga promoveu na semana passada um referendo junto dos trabalhadores das actuais Empresas Públicas Municipais, com o objectivo de estes «decidirem» se querem integrar o quadro único do pessoal da Câmara ou integrar os chamados «quadros anexos», um por cada ex-Serviço Municipalizado. As Associações Sindicais representativas dos trabalhadores consideram este referendo como «um acto ilegal e antidemocrático, que aposta na divisão dos trabalhadores, desrespeita as leis sindicais, ignora e sobrepõe-se às organizações representativas, desrespeita a Constituição da República». Mas a Comissão Concelhia de Braga do PCP, a quem cabe o comunicado de denúncia, vai mais longe e diz que o referendo «é de valor nulo», já que deveria ter sido sujeito a autorização prévia do Tribunal Constitucional. E como não é sabido que o presidente da Câmara tenha feito qualquer consulta a este Tribunal... o referendo é «legalmente de valor zero».

Alertando os trabalhadores para que não se deixem intimidar, o PCP apela-lhes a que confiem nos seus representantes sindicais e defendam a estabilidade das suas carreiras.

Resultados eleitorais

Confiança e determinação

As organizações do Partido prosseguem a análise, a nível concelhio e distrital, dos resultados obtidos pela CDU nas eleições legislativas de 10 de Outubro. Confirmando a apreciação positiva feita pelo Comité Central, as organizações fazem, contudo, a sua própria avaliação ao trabalho desenvolvido e a desenvolver e saúdam todos os que com o seu empenhamento, confiança e combatividade, ou apenas com o seu voto, deram ao PCP e à CDU melhores condições para se reforçarem e defenderem os interesses dos trabalhadores, das camadas mais desfavorecidas, dos portugueses em geral.

A Direcção da Organização Regional de Braga considera como muito positivos os resultados eleitorais da CDU que, no distrito, se confirma como a única das quatro principais forças que regista uma subida de número de votos e percentagem, crescendo em quase todos os concelhos (à excepção de Terras do Bouro, onde perde 4 votos). Isto, enquanto o CDS/PP perde votos em todos os 14 concelhos, o PSD só evita a queda no concelho de Vila Verde e o PS baixa a sua votação em importantes concelhos como Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

A eleição de um deputado da CDU por Braga é, entretanto, um dos factos mais relevantes destas eleições, já que, a partir de agora, a classe operária do Vale do Ave, os trabalhadores em geral, os jovens e os estudantes, os reformados, os camponeses e pequenos empresários passam a ter na Assembleia da República uma voz portadora dos seus problemas e aspirações, de intervenção e de permanente defesa dos seus interesses.

Aveiro

A Comissão Executiva da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP também se congratula com a votação obtida pela CDU, que se traduziu no aumento do número de votos e da percentagem eleitoral em todos os concelhos do distrito.

A DORAV sublinha, entretanto, que o crescimento eleitoral da CDU no distrito, não se tendo traduzido pela eleição de um deputado, «confirma a clara identificação de toda a lista da CDU com a realidade e o povo do distrito».

O PS, apesar da escandalosa utilização de meios públicos ao serviço da sua campanha e da estratégia que prosseguiu de chantagem sobre o eleitorado, não obteve a maioria absoluta e baixou tal

como o PSD as suas percentagens eleitorais na generalidade dos concelhos, falhando igualmente como os restantes partidos da direita os seus objectivos eleitorais.

Ao mesmo tempo, os comunistas vêem com preocupação o crescente aumento da taxa de abstenção que, fruto da política direita de sucessivos governos e da acentuada degradação das condições políticas e sociais do país, atingiu agora os 38% no distrito.

Viana do Castelo

Em Viana do Castelo, a CDU cresceu igualmente, tanto em termos numéricos como percentuais, sendo dos quatro grandes partidos o que subiu em maior número de concelhos, apesar da não eleição de qualquer deputado.

Na sua análise, a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP considera, entretanto, que a eleição de um deputado da CDU pelo distrito podia ter «constituído uma real alteração na defesa dos interesses do distrito e das suas gentes» mas não impede a acção do PCP.

Aliás, a DORVIC assume desde já o compromisso «de ter em funcionamento um gabinete de apoio aos eleitores - que será um espaço aberto aos cidadãos e estruturas que entendam colocar ao PCP os seus problemas e reivindicações para os fazer chegar ao Grupo Parlamentar do PCP».

Açores

Na Região Autónoma dos Açores, «os resultados eleitorais são a confirmação do declínio do PSD» e da impossibilidade deste partido voltar ao poder regional nos anos mais próximos.

O resultado da CDU, idêntico ao de 1995, confirma a CDU «como força política interveniente na Região» mas revela também a

«urgente necessidade que há de fazer crescer, de forma coerente, o peso eleitoral situado à esquerda do PS», única forma de evitar que «o PS venha, no futuro, a obter todo o poder e a decidir sozinho sobre a vida regional».

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores considera ainda que o desafio que, neste momento, está lançado à CDU é o de «se revitalizar para crescer e assim poder contribuir de forma mais determinante para que as políticas regionais sejam mais democráticas, progressistas e de esquerda».

Castelo Branco

Os resultados da CDU no distrito de Castelo Branco tiveram, na opinião da Direcção Regional do PCP, uma «expressão significativa», com a subida do número absoluto de votos em 35,56 (a maior subida percentual da CDU no continente) e a subida de percentagem de 3,5 para 5,3.

O PS, apesar da demagogia e da utilização abusiva do aparelho do Estado ao serviço da sua campanha, perde 12,51% do eleitorado, reflectindo o descontentamento social provocado pela política de direito do seu Governo e uma perda de influência no distrito.

Quanto aos partidos de direita, o PSD perde 10,43% do seu eleitorado e o CDS/PP 22,06%, baixando em todos os concelhos do distrito.

Como conclusão da sua análise, a DORCB considera que estão abertas ao PCP e à CDU «novas potencialidades e perspectivas a um trabalho futuro mais intenso e qualificado».

Vila Real

O aumento da abstenção no distrito de Vila Real prova a condenação das políticas dos sucessivos governos e dos deputados eleitos pelo distrito em relação à Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, sublinha a Direcção da Organização Distrital do PCP.

Os resultados obtidos pela CDU no distrito de Vila Real, são, entretanto, «extraordinariamente positivos» - já que a CDU teve um crescimento de cerca de 20%, aumentando em votos e percentagem a sua anterior votação - em contraste com os do PSD, do PS e do PP que sofrem uma significativa perda de votos.

Setúbal

Para a Comissão Concelhia de Setúbal, os resultados alcançados e a eleição de mais um deputado da CDU pelo distrito são o «reconhecimento do trabalho realizado no parlamento, nas autarquias e nos órgãos dos trabalhadores» mas também da «qualidade dos candidatos e das propostas apresentadas». Resultados tanto mais importantes quanto impediram a maioria absoluta do PS e foram conseguidos depois de uma campanha marcada negativamente «por procedimentos antidemocráticos e limitadores da liberdade de expressão da CDU».

Contudo, não obstante a desproporção de meios, no concelho de Setúbal a CDU aumentou percentualmente - subindo mesmo a votação em várias freguesias -, enquanto que o PS, o PSD e o PP perderam quer em votos (mais de 8000), quer em percentagem, baixando a votação em todas as freguesias.

Odivelas

A Comissão Concelhia de Odivelas do PCP, por sua vez, congratula-se com os resultados obtidos pela CDU neste novo concelho - a única das quatro grandes forças políticas que percentualmente subiu a votação - e considera que eles permitem «augurar novas perspectivas para a defesa dos trabalhadores e das populações».

Por seu lado, o PCP em Odivelas vai continuar a corresponder à confiança que lhe foi demonstrada, «defendendo para o concelho uma política e acções que correspondam aos justos anseios dos seus cidadãos».

Saudações ao PCP

Directamente dirigidas ao Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, chegaram saudações pelos resultados alcançados pela CDU, provenientes de: Lothar Bisky, presidente do Partido do Socialismo Democrático (Alemanha); Pedro Pires, presidente do PAICV; Demétrios Christofias, secretário-geral do Akel (Chipre); Aleke Paporiga, secretário-geral do Partido Comunista da Grécia; Fausto Bertinotti, secretário-geral do Partido da Refundação Comunista (Itália); Ismail Alaoui, secretário-geral do Partido do Progresso e do Socialismo (Marrocos) e Francis Wurtz, presidente do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica.

Dirigidas à direcção do PCP, foram ainda enviadas saudações do Partido Comunista do Brasil; do Partido do Trabalho da Coreia; do Partido Comunista de Espanha; do Bloco Nacionalista Galego; do Partido Comunista Francês; do Sínapsismos da Grécia; do Partido Socialista da Holanda; do Partido dos Comunistas Italianos; da Esquerda Jugoslava; do Partido Comunista da Federação Russa e da Embaixadora de Cuba em Portugal.

CAMARADAS FALECIDOS

António Ferreira

Faleceu, no passado dia 9 de Outubro, com 86 anos de idade, o camarada António Ferreira (Chinta). Militante do Partido desde 1974, pertencia à organização da Marinha Grande.

Francisco Silvestre

Faleceu, no passado dia 7 de Outubro, vítima de doença prolongada, o camarada Francisco Silvestre, de 64 anos, natural de Montijo. Camarada muito prestigiado, era membro do Partido desde 1976, tendo pertencido à Comissão Concelhia do PCP e à Assembleia Municipal do Montijo. No seu funeral, onde estiveram presentes vários membros da Comissão Concelhia e da Direcção Regional, integraram-se muitos amigos e camaradas que quiseram prestar a Joaquim Silvestre uma última homenagem.

Raul Henrique Pereira de Sousa

Faleceu, no passado dia 8 de Outubro, o camarada Raul Henrique Pereira de Sousa, investigador da história de Almada. Foi, durante vários anos, membro da Assembleia de Freguesia de Almada e da Assembleia Municipal de Almada. Além de director fabril na Ignis Portuguesa, foi dirigente associativo de várias colectividades, chegando a ser, depois do 25 de Abril, assessor do ministro da Informação e Cultura. Era membro do Partido desde 1948, estando preso nos anos de 1959 e 1960. Actualmente militava na Comissão de Freguesia de Almada do PCP.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Assédio oculto

O assédio sexual existe em Portugal e é uma realidade quotidiana nas relações laborais. Afecta essencialmente as mulheres, mas são raros os casos denunciados sindical ou judicialmente. Esta é uma denúncia da União dos Sindicatos de Lisboa da CGTP-IN, feita no dia 15 de Outubro, num encontro em Lisboa com representantes das Comissões Obreras da Catalunha e da CGIL da Lombardia, estruturas que integram o projecto europeu «Afrontar o assédio sexual no local de trabalho». A reunião teve o intuito de analisar o problema e propor soluções. Para Manuela Prates, dirigente da Comissão Distrital de Mulheres da USL, o assédio sexual é «cada vez mais uma questão sindical», num quadro em que não há legislação autónoma que defenda eficazmente os trabalhadores vítimas de assédio. Aquela responsável, em declarações à Lusa, defende a extrema necessidade de formação de activistas e técnicos sindicais, para a sensibilização sobre esta temática, que deverá estar presente nas negociações com as empresas, nas convenções colectivas de trabalho e na intervenção sindical em geral. Lígia Amâncio, psicóloga social, referiu que existe uma estratégia assumida de confundir assédio sexual com sedução, até serem atingidas formas mais violentas. A vulnerabilidade tem por base, entre outros factores sociais e laborais, a precariedade de emprego.

Bancários

As fusões de empresas foram apontadas pelo dirigente da CGTP, Joaquim Dionísio, como responsáveis pelo aumento do desemprego no sector bancário e pela redução dos quadros de pessoal. «É preciso evitar a redução do número de trabalhadores, mas encontrando soluções de viabilização e de desenvolvimento», contrapôs o sindicalista, ao intervir sexta-feira no 1.º Encontro do Sindicato dos Bancários do Norte. Para Joaquim Dionísio, é necessário impedir «que se continuem a sacrificar pessoas e a prejudicar toda a sociedade em nome do lucro das empresas». Na sua intervenção, citada pela Agência Lusa, o membro do Conselho Nacional da CGTP abordou também o problema da defesa dos trabalhadores face às ameaças ao exercício dos seus direitos, defendendo a necessidade de os trabalhadores manterem a unidade e a solidariedade. «Temos de impedir que a individualização das relações de trabalho prossiga, lutar contra o isolamento, resolver os nossos problemas colectivamente», preconizou. Na sessão de abertura deste encontro, que reuniu sexta-feira e sábado, no Porto, mais de duas centenas de sindicalistas, interveio o secretário-geral da UGT, estrutura em que o SBN está filiado.

Análise das eleições a dois meses do congresso

CGTP vê melhores condições para mobilização e luta

A acção sindical desenvolvida nos últimos quatro anos criou «importantes elementos de reflexão e de envolvimento dos trabalhadores, com impacto na sociedade em geral», os quais foram «determinantes para as opções de voto do dia 10 de Outubro», salienta a resolução aprovada sexta-feira pelo Conselho Nacional da CGTP-IN. Em foco esteve também a preparação do próximo congresso da central.

O quadro político resultante das eleições legislativas, afirma-se na resolução, é marcado pelo «reforço das posições políticas de esquerda» e pela «afirmação de valores e causas pelas quais os trabalhadores se vêm batendo». O voto veio, assim criar «melhores condições para desenvolver a mobilização dos trabalhadores e a luta sindical pela melhoria das condições de vida e de trabalho».

Ao mesmo tempo, «os resultados eleitorais reforçam a

necessidade de dar resposta aos anseios mais sentidos pelas pessoas e colocam a exigência da valorização do trabalho», salienta o órgão dirigente da Intersindical Nacional.

Este objectivo, insistentemente apontado pela central, é traduzido, na resolução, em princípios gerais e políticas concretas, que contrastam com a orientação essencial que caracterizou a legislatura iniciada em 1996. Depois de reclamar «uma forte valorização» do

padrão dos direitos sociais e de cidadania, a CGTP reafirma que «o País precisa definitivamente de enveredar pelo caminho do desenvolvimento sustentado, de forma a garantir não só o crescimento económico, mas também o emprego, a melhoria das capacidades dos portugueses, a melhoria do seu nível de vida e a sua elevação profissional e cultural».

Para «valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores», a Inter enumera cinco áreas de acção: um significativo aumento dos salários (6 por cento no ano 2000, de modo a que nenhum trabalhador receba menos de 5 contos de aumento, incluindo o salário mínimo nacional); a redução da duração do trabalho, tendo por horizonte imediato a semana das 35 horas, sem perda salarial; políticas de emprego que contemplem a política

macroeconómica, o combate à precariedade, o desenvolvimento da formação e a eficaz utilização das políticas activas de emprego; o fim dos ataques aos direitos dos trabalhadores, designadamente por via legislativa; o combate às desigualdades no trabalho, que atingem sobretudo as mulheres, mas também os jovens, os trabalhadores a partir da meia idade, os imigrantes e os representantes dos trabalhadores.

Congresso

O Conselho Nacional aprovou também, para debate nas estruturas e entre os trabalhadores, os principais documentos preparatórios do 9.º Congresso da CGTP, que vai ter lugar a 10 e 11 de Dezembro – como referimos nas páginas 24 e 25.

Presidente do Montijo com o patrão Valério

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul acusa a presidente da Câmara do Montijo, Amélia Antunes, de «arrogância» e de assumir a defesa do grupo José Valério. Tudo se passou na última sessão camarária, em que, pelos vistos, a autarca não gostou que aquele sindicato, por mão do seu coordenador, Luís Guerreiro, e vários trabalhadores da unidade do Montijo da referida corticeira tivessem distribuído aos vereadores e aos munícipes documentos comprovativos da situação real da fábrica.

Depois de um vereador da CDU se ter solidarizado imediatamente com a luta dos corticeiros, a presidente da autarquia, «com a sua conhecida prepotência», fez uma «intervenção arrogante», procurando «meter medo aos trabalhadores» da cortiça.

«Os trabalhadores podem ir por maus caminhos e ser prejudicados» e «um mau acordo pode ser um bom acordo» - eis algumas das pérolas proferidas pela autarca e que suscitaram a indignação dos trabalhadores. Num comunicado divulgado recentemente, o STICS/CGTP-IN repõe a verdade dos factos, já que o que «está em causa é o pagamento integral das respectivas indemnizações e dos salários em atraso».

Recordamos que José Valério, o patrão do grupo corticeiro, alegando escassez de encomendas, chamou os operários, em finais de Agosto, e propôs-lhes a desvinculação da

empresa, a troco de apenas 50 por cento das indemnizações a que têm direito por lei, pagas em seis prestações mensais, das quais só garantia o pagamento da primeira.

O sindicato desmente a autarca, que, quando estava ao serviço do Sindicor/UGT, virou as costas aos trabalhadores da corticeira Infal e outras, ao mesmo tempo que a acusa de dar mos-

tras de «hipocrisia e de desconhecimento total da realidade» ao equiparar o problema da Mundet ao do grupo corticeiro José Valério, o que constitui um «absurdo».



A presidente da Câmara prefere ajudar os objectivos do patrão, em vez de apoiar as justas reivindicações dos trabalhadores

Greve no «JN»

Os jornalistas do «Jornal de Notícias» vão cumprir uma paralisação de 24 horas no próximo dia 27, em protesto contra o arrastamento das negociações salariais por parte da administração da empresa.

Em comunicado divulgado segunda-feira e citado pela Lusa, a Comissão Negociadora Sindical dos jornalistas sublinha que já passaram 10 meses sobre a apresentação da proposta de revisão do Protocolo sobre as relações de trabalho e oito meses sobre a posse da actual administração, e até à data não foi dada qualquer resposta às reivindicações da classe.

Os jornalistas do «JN» reivindicam a actualização dos vencimentos, a integração das

remunerações dos profissionais com funções de chefia na escala indiciária vigente na redacção e a correcção das diuturnidades e subsídios de compensação por trabalho externo, tendo como base de cálculo os vencimentos em vigor na empresa.

Em plenário de redacção realizado segunda-feira, e após a empresa não ter respeitado o prazo para conclusão das negociações nem o período por si estabelecido para as matérias ainda em mesa de negociação, os jornalistas decidiram fazer greve no dia 27 e reunir novamente no dia seguinte para analisar a situação e deliberar sobre as acções a desencadear sequentemente.

Só faltam 65 mil

A campanha para a compra da sede nacional da CGTP já chegou aos 135 mil contos. Américo Nunes prevê que no final de Dezembro seja atingida a meta dos 200 mil contos, uma vez que os resultados estão a corresponder às expectativas. Para se chegar a este número foi preciso ter muita originalidade e criatividade, notou. Em declarações à Agência Lusa, aquele membro da Comissão Executiva da Inter, que é o responsável pela iniciativa, salientou que a campanha «mostrou também a capacidade de dinamismo e de activismo dos sindicatos», alguns dos quais já conseguiram ultrapassar as metas que se propuseram. A sede histórica ocupa quatro andares de um edifício do século passado, na rua Vítor Cordon. Na sexta-feira a central entregou a segunda prestação de 50 mil contos, para amortização da sua dívida, de acordo com os compromissos assumidos com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, que vendeu o imóvel à central.

Adubos

Reunidos no Barreiro, representantes dos trabalhadores da Adubos de Portugal (ex-Quimigal) consideraram que foi «uma boa jornada» a greve de 8 de Outubro, durante 4 horas, «com uma participação da quase totalidade dos trabalhadores das fábricas do Barreiro e com participação significativa da fábrica do Lavradio». Na nota divulgada à imprensa segunda-feira, as organizações representativas registam que «não há qualquer evolução positiva, da parte do grupo Mello/Sapex e do conselho de administração da Adubos de Portugal, relativamente à intenção de encerrar as instalações fabris no Barreiro», pelo que decidiram realizar uma greve de 24 horas, em toda a empresa, em data a anunciar brevemente. Vão também exigir junto do Governo soluções que evitem o despedimento e a retirada de direitos.

Não Superior

O encontro regional de trabalhadores não docentes, marcado para amanhã em Coimbra, destina-se a pessoal dos estabelecimentos de ensino não Superior, rectificou o Sindicato da Função Pública do Centro, que promove a iniciativa. «A legislatura agora terminada ficou marcada por meses e meses de reuniões de negociações sobre o regime jurídico, que terminaram sem o nosso acordo e com o compromisso do Governo de fazer publicar o diploma legal até 15 de Setembro, o que não veio a suceder, constatando-se que o Governo que agora terminou o seu mandato não soube honrar muitos dos seus compromissos», dizia o sindicato na nota que citámos na semana passada e em que, por lapso, o encontro era apresentado como do Ensino Superior.

Co-incineração de resíduos tóxicos O renascer da polémica

A polémica em torno da incineração de resíduos perigosos renasceu com a possibilidade de queima de alimentos de origem belga contaminados com dioxinas na fábrica da Secil, uma cimenteira situada em pleno Parque Natural da Arrábida, em Setúbal. Uma situação que já gerou protestos, por parte do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

O Partido Ecologista «Os Verdes» organizou, quinta-feira passada, uma acção de protesto frente à Secil, com afixação de cartazes alusivos aos perigos da co-incineração.

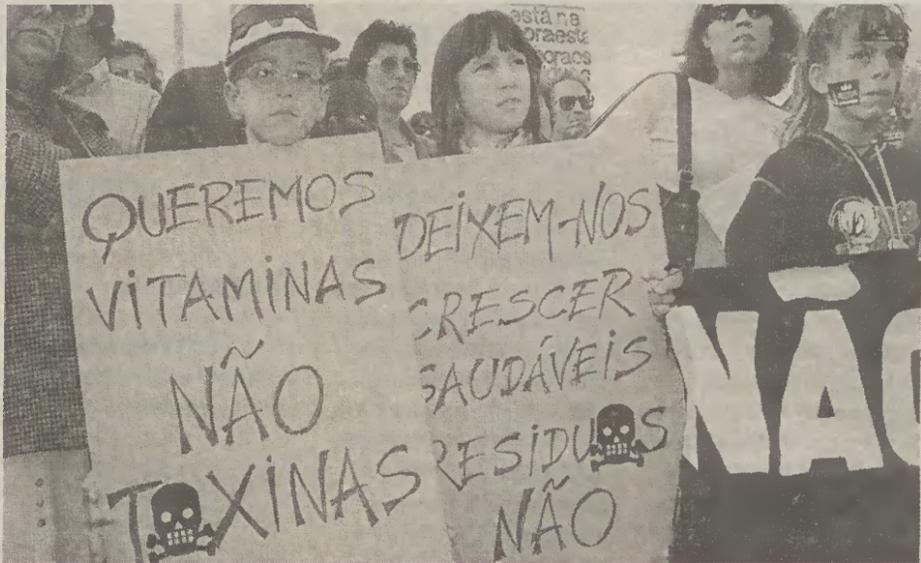
O objectivo desta iniciativa foi sensibilizar as populações e as autoridades portuguesas «no sentido do apelo e da exigência clara de que não se cometa este atentado à saúde pública e ambiental», como afirmou Heloísa Apolónia, do grupo parlamentar, na conferência de imprensa realizada junto da cimenteira.

Segundo a dirigente ecologista, está em causa a «possibilidade de transferência deste produto altamente cancerígeno para o ar que as pessoas respiram».

Em carta aberta enviada ao Primeiro-Ministro, «Os Verdes» alertam para a perigosidade desta operação que «irá ocorrer numa unidade que não está nem licenciada, nem equipada para a queima de produtos com dioxinas cuja caracterização é, recorde-se, laboratorialmente impossível no nosso país».

Em torno desta caracterização surgiram, aliás, declarações contraditórias, com o director da cimenteira a garantir que a queima de alimentos contaminados só será efectuada quando a Secil

Está prevista a queima de resíduos tóxicos na Secil, Outão



O ano passado foi marcado pela luta das populações contra a co-incineração de resíduos tóxicos e perigosos

receber as análises sobre a composição dos resíduos e as autoridades portuguesas a afirmar que não se poderão efectuar quaisquer análises conclusivas, dado o estado de degradação das seis toneladas de alimentos.

A Associação de Municípios do Distrito de Setúbal manifestou-se igualmente contra a queima e lembra que «as dioxinas fazem parte da lista de resíduos perigosos cuja destruição não está

prevista no sistema nacional, sendo a legislação que regula a destruição destas substâncias extremamente rigorosa, obrigando os detentores à sua exportação para que sejam destruídos em unidades especialmente preparadas e autorizadas para o efeito».

O regime de co-incineração em Portugal encontra-se suspenso pela Assembleia da República desde Janeiro deste ano, na sequência do grande movimento

de contestação do ano passado contra a possível co-incineração de resíduos tóxicos e perigosos nos fornos das cimenteiras de Setúbal, Alhandra, Souselas e Maceira.

A Assembleia da República pôs entretanto mesmo em causa a própria co-incineração como sistema de eliminação de resíduos perigosos e mandou constituir uma comissão para estudar as alternativas.

Lamego

Protestos contra aterro sanitário

Ao longo de quase uma semana, a população de Bigorne, Lazarim, Mazes e Lalim, tem vindo a protestar contra a instalação de um aterro sanitário em Bigorne, Lamego. Concentrados no local, os populares impediram nestes dias a entrada das máquinas no terreno destinado ao aterro.

Na origem do protesto está a possibilidade de esta instalação poder vir a afectar as linhas de água do rio Varosela, que abastece o vale com o mesmo nome. O conflito teve origem com uma queixa apresentada em tribunal pelos proprietários de cinco parcelas de terreno, expropriadas sem indemnização,

entre as quais figura a Junta de Freguesia de Lazarim.

O Tribunal de Lamego deu razão aos queixosos e emitiu uma providência cautelar impedindo a empresa concessionária de tomar posse dessas cinco parcelas de terreno, sob pena de pesadas multas. Os responsáveis pelo aterro sanitário - uma associação de dez municípios do Vale do Douro Sul - anunciaram entretanto que dispensam as cinco parcelas de terreno embarçadas que, no entanto, constituem o único acesso das máquinas ao local das obras.

Segunda-feira, três donos de terrenos destinados à instalação do aterro interpuseram pro-

vidência cautelar. No caso do tribunal de Lamego dar provimento a esta providência cautelar, a construção do aterro pode ser inviabilizada, pois estas três parcelas representam um hectare do total de 2,8 destinados à instalação.

Para os donos dos terrenos o processo de expropriação por parte do Ministério do Ambiente ainda não está completo, uma vez que não foram unificados nem indemnizados.

Uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes» deslocou-se entretanto a Lazarim para conhecer as razões do protesto popular à localização do aterro sanitário da Associação de Municípios do Douro-Sul.

CDU/Madeira defende populações e ambiente

No leito da Ribeira da Janela (Porto Moniz) estão a ser despejadas terras e entulhos provenientes de obras públicas adjudicadas pelo Governo Regional, denuncia a CDU/Madeira, em nota de imprensa.

Uma situação que «envolve perigos e riscos ambientais, que se irão agravar com a proximidade da época das chuvas», alerta ainda a CDU, pois «as terras serão arrastadas em direcção ao mar, pondo em perigo as zonas baixas junto à foz da ribeira e

provocando danos ambientais graves na plataforma marítima».

A CDU/Madeira protesta, igualmente, contra a instalação de um paiol no Sítio da Corrida - Jardim da Serra. Um protesto que parece ter incomodado particularmente o PSD regional.

Em nome da segurança da população e do ambiente da freguesia de Jardim da Serra (Câmara de Lobos), a CDU manifestou o seu total desacordo em relação ao projecto de instalação de um paiol permanente e

fixo, para fabrico e armazenamento de produtos explosivos.

Face à gravidade da situação, a CDU propôs mesmo a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia de Câmara de Lobos, com carácter de urgência.

Uma tomada de posição que os autarcas do PSD consideraram como «eleitoralista» e como «campanha de desinformação».

Reafirmando o seu empenhamento em zelar pela segurança e direitos das populações, a CDU/Madeira lembra, entretan-

to, as promessas não cumpridas pelos sociais democratas em relação ao Jardim da Serra - a construção de um campo de futebol, de um Centro de Saúde, de caminhos, de tanques de rega.

«Em substituição destas promessas», os autarcas do PSD «transformaram o campo de futebol numa sucata, as zonas altas em vazadouros de aterros e, se a população e as forças vivas da freguesia se distraírem, será licenciado um paiol na zona», denuncia a CDU/Madeira.

Recenseamento da agricultura

Cerca de 1600 entrevistadores iniciaram os trabalhos de campo para elaboração do Recenseamento Geral da Agricultura 1999, que vai fazer o retrato actual do sector agrícola português.

O Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) 1999, a cargo do Instituto Nacional de Estatística, prolonga-se por cinco meses, mobilizando 2200 pessoas, incluindo mais de 1600 entrevistadores.

Visa proporcionar um quadro de informação completo sobre a realidade da agricultura e dos agricultores portugueses. O Recenseamento Geral Agrícola de 1989 revela que há 10 anos existiam em Portugal 598 742 explorações agrícolas com uma área de quase 5,32 milhões de hectares. A população agrícola familiar era há 10 anos de 1,97 milhões de pessoas, sendo 593 590 produtores, dos quais 123 789 a tempo completo.

Greve de professores

Os Professores da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), integrada no Instituto Politécnico da Guarda (IPG), iniciaram segunda-feira uma greve de cinco dias - com uma adesão que ronda os 90 por cento - para exigir a demissão do director da escola, Joaquim Fernandes, e a regularização dos órgãos de gestão (Assembleia de Representantes e Conselho Científico).

A greve é convocada pelo Sindicato de Professores da Região Centro, que afirmou em comunicado que «os órgãos de gestão (alguns constituídos irregularmente) têm vindo a cometer imensas irregularidades e prepotências, que põem em causa o funcionamento regular e democrático da escola e o início do próximo ano lectivo».

No caderno reivindicativo, é manifestada solidariedade para com os docentes que «receberam cartas de despedimento», reclamando-se a sua integração na «distribuição do serviço docente do próximo ano lectivo». A paralização surge após uma manifestação frente ao Governo Civil da Guarda, onde algumas dezenas de professores da ESTG apresentaram publicamente as reivindicações e elaboraram um abaixo-assinado que foi já subscrito por cerca de 100 dos cerca de 140 professores.

Pedofilia na Madeira

O belga Norbert Alexander Frans de Ryck, um rececionista de 50 anos envolvido num caso de pedofilia na Madeira, foi condenado a cinco anos de prisão pelo Tribunal de Dondermonde (Bélgica).

O Tribunal deu como provadas as acusações de envolvimento de Norbert de Ryck, após terem sido apresentados, entre outras provas, relatórios da polícia portuguesa e cassetes vídeo pornográficas em que participavam crianças de dez anos.

O julgamento de Norbert de Ryck iniciou-se a 13 de Setembro passado, tendo o réu tido que responder por implicação no caso de pedofilia envolvendo dez crianças madeirenses que em 1991 chocou a opinião pública portuguesa.

As crianças participaram em vídeos pornográficos, posteriormente em circulação nos corredores pedófilos da Bélgica e da Holanda. As vítimas foram representadas no Tribunal de Dondermonde pelo advogado Michael Giles, da firma Simmons and Simmons, representante do escritório português de F. Castelo Branco e F. Rebelo de Sousa. Isto após a Procuradoria-Geral do Funchal ter recusado, em Julho último, o pedido de apoio judiciário apresentado pelas famílias dos jovens utilizados na rede de pedofilia.

Septicemia matou duas crianças em Lisboa

Duas crianças, de três e nove anos, morreram em Lisboa devido a uma septicemia, uma infecção generalizada causada por uma bactéria. Atendidas nas urgências pediátricas do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, o rapaz de nove anos estudava na Escola 134 de Camide e partilhava a mesma casa com a menina também falecida. O director das urgências de pediatria do hospital, considerou entretanto que «a situação está controlada», após as dezenas de crianças daquela escola terem sido atendidas. Vômitos e sinais cutâneos são os principais sintomas da infecção, que evolui para uma forma de meningite, sendo acompanhada pela contaminação total dos órgãos. Segundo um comunicado da Direcção-Geral de Saúde, trata-se de «dois casos isolados não se justificando a adopção de medidas de carácter excepcional».

Observatório para prisões

A Associação Contra a Exclusão pelo Desenvolvimento (ACED) defendeu a criação de um observatório independente dos serviços do Ministério da Justiça «com autoridade e meios» para organizar «informações fiáveis» sobre o que se passa nas cadeias.

A ACED propõe igualmente a «responsabilização urgente» do Serviço Nacional de Saúde (SNS) pela saúde dos presos, «que morrem todos os dias sem que muitas vezes sejam identificadas as causas, num ambiente de contaminação universal descrito no último relatório do Provedor de Justiça».

«O SNS deve terminar, tão depressa quanto possível, com o foco infeccioso da saúde pública portuguesa que são as prisões e que já foi identificado como responsável pelo maior surto de tuberculose da Europa neste século», afirma a associação de defesa dos reclusos. Esta tomada de posição da ACED surge na sequência do julgamento, que decorre hoje, no Tribunal de Círculo da Comarca de Oeiras, do guarda do Estabelecimento Prisional de Leiria, Fernando Paulino Gomes, acusado de, em Janeiro de 1997, exercer alegadamente violência psicológica, sob a forma de ameaça, sobre um recluso deslocado na ocasião no Hospital Prisão de Caxias.

(Des)igualdade de oportunidades

A probabilidade das mulheres ascenderem a níveis de qualificação de topo é sistematicamente inferior à dos homens, refere um estudo divulgado no Seminário de Estudos sobre Género e Igualdade de Oportunidades, que teve lugar em Lisboa.

O estudo, sobre práticas da banca, dos têxteis, vestuário e calçado, em matéria de igualdade entre mulheres e homens no trabalho e na formação profissional, refere que a situação de desigualdades de ascensão se reflecte «de forma evidente na persistência de acentuados desvios salariais».

As conclusões deste trabalho, da responsabilidade de Margarida Chagas Lopes, do Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa, referem que «o emprego feminino encontra-se particularmente vulnerável nestes sectores e face aos novos desafios, mercê, por um lado, de uma ausência significativa de qualificação de base e estratégica e, por outro, devido à persistência de práticas discriminatórias».

Depois das conclusões, o estudo aconselha um conjunto de medidas ao nível das políticas activas de emprego, nomeadamente em termos de «formação inicial e do sistema de aprendizagem, no sentido da promoção de acções positivas na formação de mulheres em profissões e áreas estratégicas».

Pensar Setúbal

No âmbito do «Fórum Pensar Setúbal», a Universidade Popular de Setúbal Bento de Jesus Caraça levou a efeito, sábado passado, na Biblioteca Municipal, um debate sobre «O estuário do Sado e o desenvolvimento económico», com o objectivo de analisar as potencialidades do porto de Setúbal e toda a zona ribeirinha em torno do Sado, nas suas diferentes vertentes (turísticas, comerciais, de pesca), procurando partir de projectos aprovados ou em fase de aprovação. No quadro da mesma iniciativa realizou-se, domingo, uma visita guiada em autocarro, a partir de Tróia, a locais com interesse natural e arqueológico da margem esquerda do estuário do Sado.

Açores / Cabo Verde

A Câmara Municipal da Povoação, ilha de S. Miguel (Açores), anunciou a aprovação, por unanimidade, de um protocolo de geminação com o município do Tarrafal, em Cabo Verde.

Segundo a autarquia, o processo de geminação servirá para «estreitar relações económicas, sociais e culturais» que serão depois definidas pelos respectivos governos.

Ao aprovar a geminação, a autarquia sublinhou «o valor do Tarrafal na história do Portugal contemporâneo, por ali existir um campo de concentração para onde foram deportados alguns dos maiores políticos portugueses que combateram a favor das liberdades cívicas, conquistadas com o 25 de Abril».

Alimentos contaminados A Bélgica que os elimine

A Quercus exigiu a devolução imediata ao país de origem, a Bélgica, das seis toneladas de alimentos presumivelmente contaminados com dioxinas, considerando inaceitável a sua eliminação em Portugal.

Em comunicado, a Associação Nacional para a Conservação da Natureza (Quercus) sustenta que a «contaminação dos alimentos foi o resultado da actuação irresponsável e em total desrespeito pela legislação comunitária, por parte das empresas belgas».

Por isso, a Quercus entende que não deve ser Portugal a suportar os custos económicos e ambientais da eliminação dos referidos produtos alimentares.

A associação ambientalista lembra «o exemplo das escórias da Metalimex» e exige «que o Ministério da Saúde, ou o Ministério do Ambiente contactem as autoridades belgas no sentido de assegurar a devolução imediata para a Bélgica desses alimentos contaminados, devendo a totalidade dos custos de transporte e tratamento ser suportados pelas empresas responsáveis pela contaminação».

A Scoreco - empresa constituída pelas cimenteiras portuguesas com vista à co-incineração de resíduos industriais - e o Ministério do Ambiente também não escapam às críticas dos ambientalistas da Quercus.

«A Scoreco, durante o processo de co-incineração de resíduos perigosos, garantiu que não receberia este tipo de resíduos», salientam os responsáveis da Quercus que acusam a empresa de «dar o dito por não dito».

O Ministério do Ambiente é criticado por ter aceite a co-incineração destes resíduos perigosos na cimenteira da Secil, Arrábida, quando anteriormente havia excluído a hipótese.

A Quercus alerta, ainda, para «o perigo de se abrir um grave precedente, que permita queimas em quantidades maiores, com os respectivos impactes ambientais e riscos para a saúde pública».

Nova Fundação em Évora

Évora vai passar a contar com uma nova fundação, denominada Túlio Espanca, e que viu aprovados os seus estatutos na última reunião pública da Câmara Municipal.

Com o objectivo geral de aprofundar a vivência cultural da cidade, a fundação vai intervir essencialmente nas áreas da produção, dinamização e divulgação culturais, permitindo, desta forma, uma maior flexibilidade da autarquia na abordagem destes campos de intervenção. Por outro lado, a sua criação possibilita a re-dinamização e re-qualificação de sectores de actividade da Câmara Municipal, nomeadamente do arquivo fotográfico, núcleo de documentação e no apoio à investigação na área editorial.

Todos os gestos contam

O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e o Dia Mundial da Alimentação quase coincidem no tempo. Uma coincidência que permite chamar a atenção para raízes comuns da pobreza e da fome, sem naturalmente nos cingirmos a raciocínios redutores nem ignorarmos as múltiplas dimensões destas diversas problemáticas.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a propósito do *Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza*, assinalado domingo passado, o dinheiro gasto em Portugal no combate à pobreza e exclusão social cresceu de forma exponencial desde 1995, para atingir, em 1997 (últimos dados disponíveis), quase 32 milhões de contos, cerca de 0,2 por cento do PIB. Um aumento que, em 97, se prende directamente à introdução do Rendimento Mínimo Garantido.

Entretanto, e como lembra o Partido Ecologista «Os Verdes» em comunicado *A propósito do Dia Mundial da Alimentação*, «em Portugal a pobreza e a exclusão têm aumentado nos últimos anos - segundo os estudos realizados por ONG's nacionais, sendo as mulheres e as crianças os grupos mais vulneráveis. Portugal é, de acordo com as estatísticas da União Europeia, o país mais pobre dos quinze. São cerca de dois milhões de cidadãos afectados por esta problemática em Portugal. O número dos *sem-abrigo* não cessa de crescer».

E isto porquê? «Porque existem graves assimetrias na distribuição da riqueza em Portugal e porque cresce o fosso entre os cada vez mais ricos e os cada vez mais pobres...», sublinham «Os Verdes».

Esta mesma questão é aborda-

da, em comunicado de imprensa, pela CDU/Madeira.

«Portugal faz parte dos países que assumiram os compromissos

um grande movimento de cidadãos, reivindicando uma coerente responsabilidade política face ao agravamento da pobreza e da exclusão social».

Falando de alimentação «Os Verdes» propõem

A fome atinge quase 800 milhões de pessoas em todo o

plano internacional, é urgente proceder a reformas no sistema económico-financeiro, alterar as políticas e orientações do FMI e do Banco Mundial, tornando-as mais activas e solidárias com as necessidades de desenvolvimento sustentável dos países ditos pobres ou em vias de desenvolvimento».

E defendem a consideração da dívida ecológica dos países



Em Portugal, a pobreza e a exclusão têm aumentado nos últimos anos

internacionais para a erradicação da pobreza absoluta. Foram definidas etapas bem concretas. Até 2006, as formas mais extremas de pobreza deverão ser ultrapassadas», lembra a coligação.

«É lamentável constatar a distância a que estamos, face a tal objectivo», comenta a CDU/Madeira que define, como perspectivas de acção, «a criação de uma corrente de opinião pública mais forte» e «o alargamento de

o mundo e afecta especialmente as crianças, lembra o Partido Ecologista «Os Verdes» em nota sobre o Dia Mundial da Alimentação.

Um problema a que se somam outros, como os relacionados com a segurança alimentar e a perda de hábitos alimentares tradicionais que «para além de mais saudáveis representam igualmente traços distintivos de uma cultura».

Neste quadro, o Partido Ecologista considera que, no

ricos para com os países pobres e o correspondente perdão do serviço da dívida.

«É fundamental e prioritário o investimento na educação, na saúde, no saneamento básico e em políticas activas e solidárias na criação de emprego», também em Portugal, sublinham «Os Verdes».

«Todos os gestos contam em benefício do Planeta», conclui o comunicado do movimento ecologista.

«Salazar - Biografia da Ditadura»

Um novo livro de Ramos de Almeida

O novo livro de Pedro Ramos de Almeida «*Salazar - Biografia da Ditadura*», publicado pela Editorial Avante, teve apresentação pública, em Lisboa, na passada quinta-feira. O acto decorreu, com grande assistência, na Galeria da Sociedade Portuguesa de Autores. Na mesa, além de Pedro Ramos de Almeida, encontravam-se Luís Francisco Rebelo, presidente da SPA, Francisco Melo, pela Editorial Avante, e Carlos Brito, antigo director do nosso jornal, que fez a apresentação da obra.

Foi especialmente salientado pelo apresentador que «*Salazar - Biografia da Ditadura*» passa a ser uma obra de referência, de consulta incontornável e obrigatória, para o conhecimento do período da ditadura fascista. Destacou também quatro motivos de grande interesse na leitura deste livro: refuta de forma cabal e objectiva as tentativas de branqueamento do ditador e da ditadura; reconstitui o cínico perfil do ditador que nos coube em sorte; faz o registo das concepções do ditador e os grandes marcos de evolução da ditadura; desmascara o papel do anticomunismo e valoriza toda a acção da resistência. A finalizar, sublinhou ainda que esta obra de Pedro Ramos de Almeida é um contributo para que tempos como os da ditadura salazarista não tornem a Portugal.

O autor antes de referir alguns aspectos concretos do seu livro lembrou como a liber-

dade tem feito um caminho difícil no nosso país, referindo, a propósito, a curta e atribulada existência que têm tido entre nós as constituições verdadeiramente democráticas. Falando das mais de 900 páginas da obra apresentada, explicou que a mesma tem uma base cronológica, o que, de certo modo, facilita a consulta. Exemplificou também como esta pode ser aprofundada combinando o texto com a bibliografia das obras de Salazar e de outros autores, que ocupa 40 páginas, e com os índices, onomástico e analítico, que ocupam mais de 70 páginas. Fez votos para que a sua obra não seja silenciada como tem acontecido a outras sobre o mesmo período e considerou que a boa presença da comunicação social naquele acto era um motivo de esperança para que desta vez não acontecesse assim.

Sobre a Censura

Também sobre o período da ditadura fascista foi agora lançado pela «Caminho» um outro livro: «*A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*», de Cândido de Azevedo.

O livro inclui depoimentos de José Sara-mago, Cardoso Pires, Urbano Tavares Rodrigues, Luís Francisco Rebelo, Raul Rego, José Carlos de Vasconcelos, Francisco Lyon de Castro, Igrejas Caeiro e Alexandre Pinheiro Torres.

Com mais de 650 páginas, a obra inclui capítulos sobre a censura aos jornais e revistas, rádio, cinema, televisão, teatro e livros em geral, a autocensura e a censura *à posteriori* e recorda a suspensão do «Jornal do Fundão».

Cândido de Azevedo, jornalista da RTP, antigo colaborador do jornal «República» e da revista «Seara Nova», participou na clandestinidade na luta contra o fascismo. Viveu em França, com o estatuto de refugiado político reconhecido pela ONU, entre 1968 e 74.



Apresentação pública do livro de Pedro Ramos de Almeida

Timor Lorosae

Entre as ruínas e a reconstrução

«Muita cinza, muito fumo e muita esperança», foi como o padre timorense Filomeno Jacob descreveu, em Darwin, a actual situação em Timor-Leste. Um descrição que sintetiza, em poucas palavras, uma realidade profundamente marcada pelo rasto de destruição e mortes que as milícias e o exército indonésio deixaram atrás de si, enquanto a vida regressa, agora também pelo afluxo contínuo dos refugiados em Timor-Occidental.

Milhares de pessoas estão a atravessar a fronteira de Timor Occidental e Timor-Leste. Um regresso em massa, mal foi anunciada a decisão da assembleia indonésia sobre a ratificação dos resultados da consulta sobre a independência.

Os planos de contingência, que estavam já a ser preparados pelas agências da ONU, foram apressados depois dos sinais de Jacarta de que uma decisão sobre a ratificação dos resultados e sobre a anulação da integração de Timor-Leste na Indonésia, estava para ser desde já tomada.

O objectivo dos planos de contingência é de «criar estruturas» que posteriormente sirvam como primeiro ponto de assistência antes das populações refugiadas regressarem às suas localidades de residência. Segundo as organizações médicas e humanitárias no terreno, «as pessoas vão chegar, recebem cuidados médicos básicos, quase de primeiros socorros se for necessário, alguma água e biscoitos e depois têm que continuar a seguir para os locais onde vivem em Timor-Leste».

Numa tentativa de antecipar este regresso em massa dos refugiados, a ONU tinha entretanto iniciado planos alargados que incluem o transporte de material humanitário, por helicóptero e por estrada, para a região. A ONU pediu ainda às equipas médicas para prepararem equipas que possam estar «a postos» na zona da fronteira, para prestar cuidados básicos de assistência.

Os refugiados continuam também a chegar por mar. Pelo menos dois barcos com mais de 3000 refugiados a bordo deverão chegar a Timor-Leste esta semana. Espera-se no mínimo poder trazer de regresso até 6000 pessoas por semana. Durante os primeiros 15 dias da operação de repatriação, já foram repatriados de Timor Occidental para Timor-Leste 2100 timorenses.

Neste momento, são centenas de pessoas que atravessam a fronteira em cada hora, o que exige, face às ameaças, que se mantêm, das milícias, que para além do reforço da presença das agências humanitárias na zona, principalmente a nível médico, se proceda a um paralelo aumento da presença de efectivos da Interfet nos vários pontos de entrada.

Preocupantes são dois pontos fronteiriços, formados por pontes, o primeiro ligeiramente a norte de Maliana e o segundo a oeste de Batugade, na vila de Motaain, palco de confrontos entre soldados da Interfet e efectivos de segurança indonésios.

Além de monitorar a fronteira, a Interfet tem igualmente de tentar evitar que elementos das milícias ou armas atravessem a fronteira.

Reconstrução

Pelo menos vinte corpos foram descobertos terça-feira na localidade de Liquiá. Residentes em Suai mostraram durante o fim-de-semana a soldados da Interfet, marcas da carbonização de mais de 200 pessoas mortas durante um ataque das milícias à igreja local. O coronel Mark Kelly, porta-voz da Interfet, confirmou que um número não determinado de corpos chegou entretanto à costa, próximo de Batugate. Terríveis testemunhos da violência desencadeada contra o povo timorense.

Entretanto, neste momento, como afirmou o padre timorense Filomeno Jacob, o principal sentimento do povo timorense é a «esperança e determinação no enfrentar de todas as dificuldades» na reconstrução do país.

A reconstrução económica e o agendamento da vida política estão na ordem do dia.

A missão conjunta de avaliação da situação em Timor-Leste, liderada pelo Banco Mundial, seguirá nos próximos dias para o território, integrando 26 representantes timorenses, ao lado de técnicos do BM e de agências das Nações Unidas.

A missão de avaliação - cuja criação foi anunciada no âmbito da reunião do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), em Darwin - fará um estudo secto-

rial aprofundado de necessidades para a reconstrução de Timor-Leste, que será a base para a elaboração de um plano de auxílio financeiro internacional ao território.

Um plano que envolve o compromisso, como esclareceu Ramos Horta, de que «pelo menos nos próximos cinco anos, qualquer plano de apoio financeiro a Timor-Leste não poderá incluir os tradicionais programas de austeridade do BM nem ser assente em empréstimos internacionais».

Para Ramos Horta, o apoio internacional à recuperação de Timor-Leste deverá tomar a forma de subsídios que não impliquem o endividamento do país. As áreas prioritárias para a recuperação do território são a agricultura, «para garantir a estabilidade alimentar» e o investimento em pequenos projectos industriais e comerciais.

Também no plano político, se começa a esboçar a construção de Timor Lorosae.

As primeiras eleições, de natureza autárquica, poderão ser realizadas dentro de um ano. Segundo o vice-presidente do CNRT, Ramos Horta, estas eleições não poderão acontecer antes de passados 12 meses do início da administração da transição pelas Nações Unidas, uma vez que é necessário preparar tudo, nomeadamente a lei eleitoral.

O vice-presidente do CNRT acrescentou que as eleições para uma assembleia constituinte, que adoptará a constituição e virá a converter-se possivelmente na assembleia nacional, só serão possíveis no final do mandato da ONU. Ressalvou, porém, que a assembleia nacional deverá estar constituída antes.

Para a constituição da assembleia nacional, o plano do CNRT aponta para a convocação, pela ONU, dentro de cerca de um ano, de uma conferência constitucional, para começar a debater um projecto de constituição que depois seria sujeito a apreciação na assembleia constituinte eleita.



Timor finalmente livre

Conselho da Resistência Estrutura renovada

A estrutura renovada do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) que irá sair da reunião magna da organização que decorre em Darwin vai incluir um «Conselho da Transição» e duas novas comissões como órgãos internos, anunciou Xanana Gusmão.

As duas novas comissões do CNRT - que irão substituir as actuais Comissão Executiva e Comissão de Jurisdição e Controlo - serão a Comissão de Pesquisa e Planeamento e a Comissão de Igualdade de Géneros, destinada a promover o estatuto das mulheres na futura liderança timorense.

O CNRT manterá como órgão directivo principal a Comissão Política Nacional, da qual sairá o novo Conselho da Transição, que terá seis ou sete membros e a vocação específica da ligação estreita com as Nações Unidas durante o período de dois a três anos de preparação e vigência da administração transitória sob a égide da ONU até à formalização da independência do território.

Xanana Gusmão disse que na reunião de Darwin «nasceu a consciência de que o CNRT passou a ter como missão a reconstrução de Timor-Leste» e reiterou a posição de que «depois do longo período de luta pela libertação é necessário criar uma nova mentalidade, mais profissi-

onal que activista, virada para a reconstrução». O presidente do CNRT manteve, em conferência de imprensa, a defesa da tese da reconciliação entre os timorenses como via para a construção do novo país, «com a excepção daqueles que derramaram sangue timorense, esses são criminosos que devem ser punidos».

Indonésia aceita a independência

O parlamento indonésio aceitou formalmente, esta terça-feira, os resultados da consulta aos timorenses, abrindo assim caminho à independência do país.

O decreto agora votado pelos 700 membros da Assembleia Consultiva Popular da Indonésia, que anula o decreto de integração de Timor-Leste, permitirá de imediato à ONU assumir, em pleno, a administração do território e preparar a sua independência.

A Indonésia invadiu Timor-Leste em Dezembro de 1975 e no ano seguinte anexou o território como 27.ª província, apesar da oposição da ONU e da generalidade da comunidade internacional.

O acto de integração foi formalizado através do decreto 7/76, aprovado pelo parlamento indonésio em 17 de Julho de 1976.

Solidariedade

Mais de uma centena de artistas plásticos doaram as suas obras para uma exposição e leilão a favor da reconstrução do território de Timor-Leste.

Pintores, escultores e fotógrafos, alguns bem conhecidos e outros representantes de uma nova geração de artistas, estão presentes durante mais de uma semana numa mostra no «Armazém 7», ao Cais do Sodré, em Lisboa.

O leilão, previsto para o dia 26, reverte na sua totalidade para o Comissariado de Apoio à Transição em Timor-Leste.

Júlio Pomar, Júlio Resende, José de Guimarães, Julião Sarmiento, Ângelo de Sousa, João Cutileiro e Graça Morais são alguns dos nomes mais conhecidos representados entre os dias 22 e 31, na exposição e leilão de solidariedade.

Em Espinho, o XXIII Festival Internacional de Cinema de Animação, que decorre entre 8 e 14 de Novembro, vai abrir todas as sessões com um pequeno filme de solidariedade para com o povo timorense.

O filme, da autoria de José Miguel Ribeiro, foi oferecido a todos os canais de televisão portuguesa no mesmo dia em que chegou a Timor-Leste a força internacional (Interfet), mas apenas a RTP o está a exibir.



As manifestações de solidariedade em Portugal foram uma realidade constante até à intervenção das forças internacionais

Embaixada da China bombardeada de propósito

O jornal «The Observer» revelou, na sua edição de domingo, que a NATO bombardeou deliberadamente a Embaixada da China em Belgrado durante a guerra do Kosovo. Fontes militares europeias e norte-americanas declaram que o ataque teve lugar porque a representação de Pequim supostamente cooperava com o exército jugoslavo. O bombardeamento, ocorrido no dia 7 de Maio e no qual morreram três pessoas, foi lamentado pela NATO e considerado como um «erro trágico». O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico desmentiu já esta notícia.

Economia chinesa excede expectativas

A economia chinesa cresceu 7,4 por cento nos primeiros nove meses de 1999, excedendo a meta fixada pelo governo, anunciou anteontem o Serviço Estatal de Estatísticas. O maior crescimento verificou-se no sector industrial, cuja produção aumentou 8,7 por cento em relação a igual período de 1998. Segundo a mesma fonte, os preços baixaram 1,6 por cento, mas no último trimestre a deflação foi menos acentuada do que no primeiro trimestre do ano.

«O Estado aumentou o investimento público, alargou a procura interna e aprofundou as reformas estruturais. Estas medidas continuarão a ser aplicadas por todas as regiões e departamentos do governo», disse um técnico do Serviço Estatal de Estatísticas, citado pela Lusa. O programa do governo chinês para 1999, apresentado em Março, prevê um crescimento económico de sete por cento.

Nacionalistas voltam a vencer na Catalunha

O partido Convergência e União Democrática (CIU, nacionalistas de centro-direita) ganhou as eleições autónomas da Catalunha, com 37,6 por cento. Apesar de ter menos votos do que o Partido Socialista (37,8 por cento), o CIU elegeu 56 deputados, mais quatro do que os socialistas. Perante este cenário é difícil saber como será constituído o próximo executivo daquela região espanhola. Ambos os partidos se declararam vencedores e comprometem-se a formar governo. É possível que se constitua uma coligação com outras formações políticas. O PP ficou com 9,5 por cento e 12 deputados e a Esquerda Republicana da Catalunha com 8,6 por cento e 12 deputados.

Negociações na Colômbia no domingo

As FARC e o Governo colombiano anunciaram

Ensaio nucleares Senado americano rejeita ratificação do tratado

A recusa do Senado norte-americano em ratificar o tratado de interdição total de ensaios nucleares, na quinta-feira passada, é uma decisão para consumo interno que testemunha antes do mais até que ponto estão dispostos a ir os republicanos na sua confrontação com os democratas para capitalizarem votos nas eleições presidenciais e legislativas de 2000.

Por 51 votos contra 48 e uma abstenção, a maioria republicana desautorizou Clinton, o primeiro chefe de Estado a assinar o tratado em 1996, pondo fim às suas pretensões de passar à História como um dos obreiros do desarmamento à escala mundial. Foi a primeira vez desde 1920 que o Senado, a quem cabe ratificar todos os acordos internacionais dos EUA, votou contra uma iniciativa presidencial deste alcance. Os dois casos anteriores foram a rejeição do Tratado de Versalhes, que pôs termo à I Guerra Mundial, e a criação da Sociedade das Nações dele resultante.

Em termos práticos, a rejeição não terá qualquer consequência sobre os ensaios nucleares norte-americanos, já que os EUA dispõem de capacidade técnica para aperfeiçoar e renovar este tipo de armamento a partir de testes em laboratório, e observam uma moratória em relação aos ensaios reais. Importa sublinhar, de resto, que foi só depois de os EUA terem atingido esse nível de desenvolvimento que a administração Clinton ergueu a bandeira da proibição total dos ensaios nucleares reais, o que impediria os outros países de desenvolver o seu próprio armamento nuclear.

Contrários a todo o tipo de tratados internacionais que exijam «concessões» por parte dos EUA, os republicanos negam a evidência de que, se há uma potência nuclear que pode ratificar o tratado sem ficar limitada nas investigações, é justamente a América.

De facto, os EUA, que realizaram desde 1945 mais de 1000 ensaios nuclea-

res reais, tanto a céu aberto como subterrâneos e submarinos, são o único país que em duas ocasiões utilizou a bomba atómica; o que dispõe de um arsenal nuclear esmagador, com 6000 ogivas nucleares operacionais; e o que conta, desde o início da década de 90, com a tecnologia e os meios económicos necessários para simular ensaios em computador. Nenhum outro país, incluindo as outras quatro potências nucleares declaradas (Reino Unido, França, Rússia e China) dispõe de condições idênticas às dos EUA.

Retrocesso

A decisão da maioria republicana do Senado surge assim como um meio de «embaraçar o presidente e os democratas», na opinião do presidente do grupo democrata, Tom Daschle, e remete para o limbo a eventual entrada em vigor da proibição total de ensaios nucleares reais.

Recorda-se que as cinco potências nucleares declaradas assinaram o tratado em 24 de Setembro de 1996, em Nova Iorque, e que de então para cá já outros 154 países subscreveram o texto. No entanto, o tratado não poderá entrar em vigor sem que os 44 Estados que dispõem de armamento nuclear o ratifiquem. Até à data, apenas 26 desses 44 procederam à ratificação, e dos «cinco» só dois o fizeram (Reino Unido e França). Israel, que não aceita ser considerado uma potência nuclear, assinou o tratado mas não o rati-



ficou, enquanto a Índia e o Paquistão, que no ano passado se juntaram ao «Clube nuclear», nem sequer o assinaram. A Índia afirma-se contrária a este tratado, que acusa de ter como objectivo manter o *status quo* existente em matéria de armamento nuclear, e defende um outro que vise eliminar por completo este tipo de armamento. Uma proposta sem receptividade

das grandes potências, naturalmente. Seja como for, a decisão do Senado norte-americano representa um retrocesso em matéria de desarmamento, já que afectará não só a credibilidade dos EUA neste domínio, como deixa aberto o caminho aos que aspiram entrar para o «Clube nuclear», o que se poderá traduzir numa nova escalada na corrida aos armamentos.

EUA

Execução de Abu-Jamal marcada para Dezembro

A execução de Mumia Abu-Jamal está marcada para o próximo dia 2 de Dezembro. O jornalista negro norte-americano condenado à morte em Julho de 1982 será executado «por injeção letal», segundo um comunicado divulgado no final da semana passada pelo gabinete do governador da Pensilvânia. A medida segue-se à decisão do Supremo Tribunal dos EUA de rejeitar o recurso dos advogados de Abu-Jamal, anunciada a 4 de Outubro, juntamente com uma série de outras, sem qualquer explicação.

Conhecido como «a voz dos sem voz» pelo seu trabalho numa rádio alternativa, Abu-Jamal viu-se envolvido no assassinio de um polícia, em Filadélfia, na madrugada do dia 9 de Dezembro de 1981, quando trabalhava como taxista nocturno. Na ocasião foram disparadas armas de fogo; quando a polícia chegou ao local encontrou dois corpos: o do policial morto, e o do próprio Abu-Jamal, gravemente ferido com uma bala na coluna vertebral. De acordo com o relatório então feito pelas autoridades, «o homem negro estava inconsciente e não pronunciou nenhuma palavra». O

relatório médico respeitante à vítima mortal refere, por seu lado, que a bala que atingiu o polícia William Faulkner era de calibre 45.

Seis meses depois dos acontecimentos tudo se alterou. A polícia passa a atribuir a Abu-Jamal a afirmação «espero ter morto esse porco chui», e a bala encontrada no corpo de Faulkner aparece de tal modo deformada que não é possível

determinar o seu calibre. Aparecem também «testemunhas» que dizem ter visto Mumia disparar sobre o polícia: um taxista clandestino e três prostitutas com longo cadastro na polícia de Filadélfia. Como Mumia possuía, legalmente, uma arma de calibre 38, adquirida poucos dias antes na sequência de uma agressão de que tinha sido vítima, estava montado o cenário para a acusação.

Justiça à americana

Após um controverso julgamento, Mumia Abu-Jamal é condenado à morte em Julho de 1982 por um júri integrando um único negro, e presidido pelo juiz Albert Sabo, antigo polícia e membro da Ordem Fraternal da Polícia (FOP), a organização que recentemente divulgou uma «lista negra» dos defensores de Abu-Jamal, apelando a uma nova «caça às bruxas». Sabo detém no seu currículo o recorde absoluto de condenações à morte nos EUA, com a particularidade de todas as suas vítimas, com uma única excepção, serem pessoas de cor.

A campanha nacional e internacional desenvolvida em defesa de Abu-Jamal obrigou a «justiça» de Filadélfia a proteger a execução do jornalista negro e à reabertura do processo. As audições tiveram lugar em finais de Julho de 1995. O juiz Sabo, apesar de reformado, foi de novo designado para presidir às audiências, que conduziu com a parcialidade que o caracteriza, ao ponto de recusar os testemunhos, fundamentais, das antigas prostitutas que na altura dos acontecimentos foram apresentadas pela polícia como testemunhas de acusação. As mulheres afirmam agora sob juramento que a polícia as obrigou a prestar falsos testemunhos.

Se as pressões nacionais e internacionais falharem, Mumia Abu-Jamal morrerá a 2 de Dezembro após lhe terem sido ministradas as três injeções que levam a cabo este assassinato legal: uma para o «acalmar», outra para lhe paralisar os movimentos, e a terceira para lhe paralisar o sistema nervoso. A morte ocorre geralmente ao fim de dez minutos.

Abu-Jamal é um dos 3500 condenados à morte nos Estados Unidos, o país que se afirma como o guardião mundial dos



INTERNACIONAL

Paquistão Exército no poder

O exército comprometeu-se a respeitar os direitos humanos, desde que estes «não entrem em conflito» com o estado de emergência. Mas de que direitos humanos se trata, num país em que a violência doméstica afecta 90 por cento das mulheres?

que as negociações de paz recomeçarão no domingo, depois de chegarem a acordo em relação ao comité de observadores que vigiará o comportamento da guerrilha na zona desmilitarizada de San Vicente del Caguán. Este acordo surge após quatro meses de suspensão das negociações, numa altura em que as FARC são acusadas de ter raptado 14 pessoas na costa do Pacífico.

Habibe perde perdão

«Peço-lhes uma porta aberta ao perdão por todos os meus erros e incompetência na execução do meu dever para com a nação.» As palavras são do presidente indonésio, Jusuf Habibe, num discurso perante a Assembleia Consultiva Popular, órgão que designou ontem o novo chefe de Estado. O objectivo desta posição de Habibe é clara: manter-se no poder. Este não é, no entanto, um cenário provável, porque, por um lado, apenas o partido Golkar (no poder nos últimos anos) prometeu o seu apoio e, por outro, as manifestações de contestação multiplicam-se. Mais de 40 mil polícias foram transferidos para Jacarta para controlar os populares, caso Habibe seja reeleito. Megawati Sukarnoputri, líder do Partido Democrático Indonésio-Luta que venceu as eleições de 7 de Junho, é a candidata favorita ao lugar.

Israel liberta 151 árabes

As autoridades israelitas libertaram, na sexta-feira, 109 prisioneiros palestinos e 42 árabes da Jordânia, Iraque, Egipto, Líbano, Sudão e Síria, no cumprimento dos acordos de paz assinados em Novembro com Yasser Arafat. Entre eles encontram-se dez militantes do Hamas e da Jihad Islâmica. Metade dos presos libertados haviam sido condenados a prisão perpétua, muitos acusados de assassinar palestinos que supostamente colaboraram com as forças de segurança israelita no período da Intifada. A população da Cisjordânia e de Gaza recebeu de forma eufórica os prisioneiros. «É um dia de muita alegria e felicidade para os árabes e os palestinos», afirmou o ministro palestino Hicham Abdelrazek. Yasser Arafat congratulou-se com a notícia, mas sublinhou que cerca de dois mil palestinos continuam presos em penitenciárias israelitas. Na primeira semana de Dezembro deverá ser libertado outro grupo de reclusos.

Pôr fim à pobreza

O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, instituído em 1992 pela ONU, celebrou-se no domingo, procurando alertar para a necessidade de acabar com a privação em especial nos países em desenvolvimento. Kofi Annan, secretário-geral

O poder mudou de mãos no Paquistão. O general Pervaiz Musharraf, horas depois de ser demitido do cargo de chefe do estado-maior do exército, liderou um golpe militar, proclamou o estado de emergência e suspendeu os órgãos civis. Entretanto anunciou a criação de um «gabinete consultivo» e de um governo transitório e decidiu reduzir as tropas na fronteira com a Índia. O presidente norte-americano já manifestou o seu agrado em relação às declarações do golpista.

No dia 12, o aeroporto de Islamabad foi encerrado e as estações de rádio e televisão deixaram de emitir. As residências do primeiro-ministro, Nawaz Sharif, e de outros membros do Governo foram cercadas. Os primeiros passos do golpe de Estado estavam concluídos. Horas depois a situação tornou-se oficial: o poder havia sido tomado pelo exército, liderado pelo general Pervaiz Musharraf.

O estado de emergência foi declarado dois dias depois. Musharraf, recusando-se a deixar o cargo de chefe de estado-maior do exército, assume o lugar de primeiro-ministro e suspende a Constituição, a Assembleia Nacional, as assembleias provinciais e o Senado, bem como todos os que desem-

penham funções nestes órgãos. O primeiro-ministro, os ministros, os vice-ministros, os governadores provinciais e os chefes de governo provinciais são retirados dos seus cargos. O presidente da República mantém-se.

No domingo, os golpistas anunciam a redução das suas forças da fronteira com a Índia, mas o governo indiano considera esta medida insuficiente e exige que «o fim do patrocínio paquistanês» aos rebeldes de Caxemira. «O Paquistão maneja o apoio aos grupos terroristas como uma política de Estado e não vimos sinais claros de que esta situação tenha acabado», afirmou um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros indiano.

«Como queira Alá»

Para quem vive no Paquistão o golpe de Estado não foi surpresa. Escrevia Husain Haqqani's, comentarista do «Friday Times», uma semana antes do golpe: «No esforço de fortalecer o seu poder de base, Nawaz Sharif conseguiu assegurar a destituição do ministro da Justiça, um presidente e o chefe das forças armadas. Os seus esforços para cortar as asas ao general Musharraf podem ter terminado por agora, mas a sua relação com o exército continua instável até que Sharif desista de procurar apoio pessoal».

Em Islamabad e no resto do país a calma é total. As escolas não fecharam e o comércio continua aberto. Os bancos encerraram por «precaução a possíveis fugas de capital», «mas por pouco tempo». Sabe-se que um grande número de políticos está sob custódia (entre eles Sharif), presos ou incontactáveis.

Na quinta-feira, e segundo comunicado das forças armadas, todos os poderes executivos foram transferidos para o general Musharraf, deixando de rastos qualquer hipótese da democracia voltar nos próximos tempos e confirmando este golpe de Estado como o quarto na curta vida do Paquistão (52 anos).

Em contacto com o embaixador de Portugal no Paquistão, Alexandre Vassalo, fomos informados que a comunidade portuguesa, composta por cerca de 50 pessoas, não corre perigo, estando perfeitamente integrada e maioritariamente ligada ao comércio.

Os «amigos» americanos - que tanto ajudaram o Paquistão a militarizar-se e a criar escolas de formação de combatentes *talibans* para a guerra no Afeganistão, na sua sede de abarcar todas as lutas contra a ex-União Soviética e governos comunistas - apressou-se a condenar o golpe de Estado e a pedir a restituição da democracia, mostrando uma vez mais que os EUA não sabem o que fazer com os monstros que vão criando. Não podemos esquecer que o Paquistão é uma potência nuclear.

O que se pode esperar do futuro Paquistão? Para já põe-se de parte a possibilidade de uma guerra civil como se chegou a temer, visto que o apoio do exército a Musharraf é total. Junta-se também a população descontente com a governação de Sharif.

Sabe-se que Musharraf está em contacto com tecnocratas, tentando encontrar uma base para legitimar a ditadura que pretende instituir. Será natural que se intensifiquem as já boas relações entre Paquistão e os fundamentalistas *talibans* afegãos. O governo indiano já mostrou disponibilidade em manter um bom relacionamento. O que isto pode significar para o problema de Caxemira não se sabe.

O povo espera para ver o que passará. Como se diz por cá, «Insh'allah», ou seja, «como queira Alá».

■ Domingos Guimarães
em Islamabad, Paquistão



A decisão paquistanesa foi, no entanto, bem aceite por parte dos EUA. Bill Clinton considerou que «muitas coisas que ele disse não estavam mal de todo», referindo-se a Musharraf. O presidente norte-americano lamentou o facto de os golpistas não falarem num «calendário sobre o restabelecimento da democracia».

Segundo a Lusa, Musharraf anunciou ainda a formação de um gabinete consultivo e de um Conselho de Segurança Nacional, liderado por si e composto por especialistas nas áreas legislativa, financeira, diplomática e de segurança interna, e prometeu que o exército permanecerá no poder «apenas o tempo indispensável até à plena restauração da democracia».

Direitos humanos

Poucas informações surgem do Paquistão. Aparentemente a população não se manifesta contra o golpe de Estado. A antiga primeira-ministra Benazir Bhutto afirma que «a acção ocorreu devido a um sentimento geral de frustração, pelo facto de Nawaz

Sharif estar a dismantelar todas as instituições democráticas». Bhutto apela para que não substituam um «fascista» por uma ditadura militar.

Sabe-se que se iniciou um processo que visa pretensamente pôr fim à corrupção. As contas bancárias de Sharif e de dezenas de deputados e senadores foram congeladas e a polícia tem ordem para prender 250 devedores de empréstimos bancários de quatro mil milhões de dólares.

O exército comprometeu-se a respeitar os direitos humanos, desde que estes «não entrem em conflito» com o estado de emergência. Poucos poderão levar a sério esta promessa, pois, por um lado, é muito fácil argumentar com a «segurança do Estado» e, por outro, o Paquistão é um país onde o atropelo aos direitos fundamentais é muito frequente.

Na semana passada, a Human Rights Watch (HRW) revelou que cerca de oito mulheres são violadas diariamente no país, acrescentando que a violência doméstica afecta 90 por cento da população feminina. A organização acusa as autoridades

paquistanesas de fechar os olhos à situação e explica que as vítimas que tentam apresentar queixa são invariavelmente ignoradas.

«A violência contra as mulheres é um fenómeno que se assemelha a uma crise nacional», refere a HRW, acrescentando que se trata de um «fenómeno ainda mais inquietante» por «estes crimes gozarem de uma impunidade absoluta a todos os níveis, a ponto de os responsáveis pelo sistema judiciário considerarem que a violência doméstica não lhes diz respeito».

Se, como se comprova, a situação antes do golpe de estado estava longe de ser boa, prevê-se que agora se agrave, com os órgãos civis suspensos e o poder totalmente entregue aos militares.

Entretanto, a Commonwealth, reunida de urgência, suspendeu o Paquistão da organização, exigindo o estabelecimento de um calendário para a restauração da democracia. Esta resolução, embora tenha essencialmente consequências simbólicas, abre a porta a sanções internacionais mais graves para o país.

Bombas de cimento sobre o Iraque

O Pentágono decidiu usar uma nova arma nos ataques ao Iraque: bombas de cimento. É o início de uma nova fase num processo iniciado à cerca de um ano.

Segundo o «New York Times», as bombas de cimento, com 1000 quilos de peso, podem ser teleguiadas por raios laser e alcançar com precisão os alvos definidos, evitando os im populares «danos colaterais» provocados pelas bombas convencionais, que criam um «arco explosivo» impossível de controlar.

Nos últimos dez meses, os «danos colaterais» terão provocado pelo menos a morte de 187 pessoas, na sua maioria civis, e ferido cerca de 500. Números que o Pentágono considera «exagerados», mas que se tornam bastante plausíveis tendo em conta a intensidade e regularidade dos ataques que vêm sendo efectuados desde 15 de Dezembro do ano passado.

Importa ter presente que o Iraque é quase diariamente bombardeado pelos F-15 e F-16 norte-americanos e britânicos. Estas ofensivas, levadas

a cabo à revelia de qualquer resolução da ONU mas contando com o seu silêncio cúmplice, destinam-se, oficialmente, a defender as zonas de exclusão aérea ao Norte e ao Sul do país impostas arbitrariamente após a Guerra do Golfo, alegadamente para proteger as minorias curdas. Na verdade, o objectivo é debilitar o regime de Saddam Hussein e provocar a sua queda, uma vez que os movimentos de oposição iraquianos se mostram incapazes de o fazer apesar das prestimosas ajudas que recebem dos EUA.

A própria «contabilidade» dos aliados comprova a persistência no objectivo fixado: até ao início desta semana foram efectuadas 27 000 operações da saída - 16 000 a partir das bases da Arábia Saudita e do Koweit, no Sul, e 11 000 a partir da base turca de Incirlik, no Norte, durante as quais foram lançadas 1650 bombas (um terço das quais sobre as províncias do Sul), que atingiram 385 objectivos. Na peculiar perspectiva dos EUA, as bombas de cimento vão permitir melhorar a imagem dos aliados.

França

70 000 pessoas em Paris em luta pelo emprego

«Guerra ao desemprego», «O governo deve governar mais à esquerda», «Pelo emprego», foram algumas das palavras de ordem que mais se ouviram sábado à tarde em Paris na manifestação que levou às ruas da capital francesa 70 000 pessoas vindas de todos os pontos do país. Para o Partido Comunista Francês (PCF), que liderou a iniciativa, o sucesso da resposta popular abre novos caminhos para a acção das forças de esquerda em França.

A 12 de Setembro, na sequência do anúncio da decisão da Michelin de acabar com 7000 postos de trabalho, o PCF (um dos cinco componentes do governo de coligação encabeçada pelo socialista Lionel Jospin) convidou a esquerda e as forças sociais a desfilar em conjunto para darem a devida resposta à política daquela empresa, considerada emblemática do «novo capitalismo». No dia seguinte, contrastando com esta atitude combativa, o primeiro-ministro Lionel Jospin afirmava publicamente que, perante a Michelin, se sentia «impotente». No início de Outubro, a central sindical CGT tornava público um comunicado em que afirmava «rever-se nos objectivos sociais» que presidiam à manifestação, mas considerando que enquanto organização sindical não podia estar «entre os organizadores de uma iniciativa» cujas características eram «eminente política». Na sua declaração, a CGT convidava «cada trabalhador, cada sindicalizado» a decidir a posição a tomar em relação à manifestação de 16 de Outubro, enquanto cidadãos de pleno direito, em função das suas «aspirações» e do «seu empenho no movimento social».

A resposta, inequívoca, foi dada no sábado. O sucesso da manifestação, unanimemente reconhecido por todos os quadrantes políticos, mostra que existe no país um descontentamento latente e um forte potencial de combatividade, aliado à consciência de que a batalha pelas 35 horas de trabalho semanal e o combate ao desemprego não se esgota na aprovação da respectiva legislação, que ontem se verificou.

Os organizadores do desfile (PCF, Verdes, Movimento Democrático de Cidadãos (MDC), entre muitos outros) compreenderam o alcance desta resposta de massas e as perspectivas que se abrem para uma acção conjunta futura. Ontem mesmo a «esquerda plural» se reuniu para decidir o caminho a seguir, tudo indicando que o movimento se possa alargar a outras organizações, designadamente sindicais, uma vez que a forte representação de trabalhadores na manifestação do dia 16 é entendida como uma interpelação às grandes centrais sindicais.

De acordo com Robert Hue, secretário-geral do PCF em

declarações ao jornal «L'Humanité», a França está a viver, com este acontecimento, «a emergência de um movimento social profundo, de resistência à avassaladora investida dos mercados financeiros, em França, na Europa, e no mundo». Um movimento que poderá ter, segundo Robert Hue, desenvolvimentos futuros, nomeadamente no plano europeu.

Majoria para as 35 horas

A lei das 35 horas de trabalho semanal, uma das prioridades do governo de Lionel Jospin, foi entretanto aprovada ontem na Assembleia Nacional por 315 votos contra 255. A esquerda plural votou a favor do texto revisto, apesar de subsistirem insatisfações por parte dos comunistas, Verdes e do MDC, que esperam ainda melhorar a versão final da lei. A direita em bloco votou contra.

O texto legal da chamada lei Aubry - nome da ministra do Trabalho, Martine Aubry - estabelece as modalidades de aplicação para a passagem de 39 para 35 horas de trabalho semanais, incluídas no primeiro projecto-lei de Junho de 1998, que fixou as linhas gerais da reforma. As empresas privadas com mais de 20 trabalhadores devem adoptar as 35 horas semanais a partir de 1 de Janeiro próximo, embora tenham um ano de adaptação, e as com menos de 20 trabalhadores devem cumprir esse objectivo em Janeiro de 2002.

A política do governo francês em relação ao emprego está longe de convencer a maioria da população da sua eficácia, embora mereça o benefício da dúvida. Segundo uma sondagem divulgada pelo IFOP (o Jornal de Domingo), 67 por cento dos franceses não acreditam no regresso ao pleno emprego nos próximos dez anos, apesar de 40 por cento pensarem que o desemprego vai diminuir durante o ano 2000. Para 49 por cento dos inquiridos, a entrada em vigor da lei das 35 horas vai «melhorar a qualidade de vida», e 23 por cento consideram que a mesma lei vai contribuir para «fazer baixar o desemprego».



A luta pelo emprego ganhou um novo impulso em França com a manifestação de Paris

Despedimentos na Nissan

O construtor da indústria automóvel Nissan, que desde Março é controlado pela Renault, vai reduzir 25 por cento das suas capacidades de produção e suprimir 10 000 postos de trabalho até ao ano 2003.

A decisão foi divulgada domingo em Tóquio pelo diário Yomiuri Shimbun, segundo o qual o grupo reduzirá nomeadamente 75 por cento da sua capacidade de produção na fábrica de Murayam, a oeste da capital japonesa. Quanto às supressões de postos de trabalho, sob a forma de suspensão de contratos e de reformas antecipadas, abrangem o conjunto das unidades do grupo que emprega 40 000 pessoas no Japão e 137 000 no mundo.

Itália

Dezenas de milhar contra o governo D'Alema

As ruas de Roma encheram-se no sábado à tarde com dezenas de milhares de pessoas em protesto contra a política neoliberal do governo do primeiro-ministro Massimo D'Alema.

Respondendo ao apelo do Partido da Refundação Comunista (PRCI), 50 000 pessoas segundo a polícia, o dobro segundo os organizadores, desfilaram na capital italiana contra o orçamento do executivo para 2000, qualificado de «inaceitável do ponto de vista social e económico para uma boa parte dos trabalhadores», contra os despedimentos e contra as disposições adoptadas pela Confederação dos Industriais (a Confindustria) em matéria de emprego.

O protesto popular de sábado assume ainda mais significado após as chocantes declarações de Walter Veltroni, dirigente dos Democratas de Esquerda (DS), renegando as suas origens políticas e declarando-se convertido ao neoliberalismo. Em carta publicada no diário «La Stampa», o secretário-geral do DS, «herdeiro» do extinto PCI, distancia-se do seu passado «comunista» e afirma hoje «a incompatibilidade do comunismo com a liberdade». O texto provocou uma violenta polémica no seio do DS e a condenação generalizada das forças de esquerda.

Veltroni, que pertenceu ao gabinete de Romano Prodi, é actualmente um dos mais fortes candidatos à sucessão de Massimo D'Alema à frente do executivo que governa o país (uma coligação do DS com vários grupos centristas, apoiada pelo Partido dos Comunistas Italianos -PdCI - de Armando Cossutta, formação resultante da cisão registada em Outubro de 1998 no PRCI).

A declaração de Veltroni foi aplaudida pela direita italiana, mas considerada insuficiente para a sua «reabilitação». «Se é sincero no que diz, porque não rompe com Cossutta?», questionou Gianfranco Fini, dirigente da Aliança Nacional, de extrema-direita. De referir que Cossutta não poupou críticas ao seu aliado político pelas declarações ao «La Stampa», embora não tenha posto em causa o seu apoio ao executivo.

Entretanto, a contestação social continua na ordem do dia em Itália. Os pilotos das companhias aéreas italianas Alitalia e Alitalia Team e os controladores aéreos iniciaram segunda-feira uma semana de greves intercaladas, que as autoridades têm procurado desvalorizar insistindo que «não afectará o normal funcionamento das operações». Amanhã será a circulação rodoviária a ser afectada, quando os autocarros e os comboios pararem por um período de quatro horas.

das Nações Unidas, apelou para que se encare a erradicação da pobreza não só como «uma prioridade política», mas também como «um dever sagrado».

«Milhares de milhões de pessoas continuam a tentar sobreviver com menos de três dólares por dia, sem água potável, cuidados de saúde ou acesso à educação, privadas de meios para os ajudar a escapar à pobreza», afirmou Annan. «O que está em jogo é a dignidade de todos os seres humanos: daqueles para quem a pobreza é o destino que diariamente lhes toca viver, mas também, especialmente, daqueles que dispõem de meios para os ajudar a escapar à pobreza», salientou.

Massacre da Guerra da Coreia confirmado

Depois de uma exaustiva investigação, a Associated Press confirmou recentemente que o exército dos EUA massacrrou cerca de 300 civis sul-coreanos sob a ponte ferroviária de No Gun Ri, em Julho de 1950, no início da Guerra da Coreia. O massacre é denunciado pelos sobreviventes desde então, mas as autoridades norte-americanas sempre desmentiram. William Cohen, secretário da Defesa dos EUA, ordenou entretanto a realização de uma investigação sobre os acontecimentos. Veteranos norte-americanos confirmaram a ocorrência do massacre e referem a existência de mulheres, crianças e idosos entre as vítimas. Os sobreviventes exigem um pedido de desculpas, indemnizações e a construção de um monumento às vítimas.

Sérvios do Kosovo criam Corpo de Protecção

Os representantes dos sérvios do Kosovo decidiram criar um Corpo de Protecção Sérvia (SZK) durante uma reunião efectuada segunda-feira no Mosteiro de Gracanica, ao sul de Pristina, noticiou a agência independente Beta. O SZK terá, segundo a mesma fonte, funções idênticas às do Corpo de Protecção do Kosovo (TMK), essencialmente albanês, formado com base no antigo Exército de Libertação do Kosovo (UCK), o movimento independentista albanês oficialmente desmilitarizado desde 20 de Setembro. Entre os participantes na reunião estavam Momcilo Trajakovic, presidente do Movimento sérvio de resistência, e o bispo ortodoxo do Kosovo, Artemije. Ambos se demitiram do Conselho de transição multi-étnico colocado sob a égide da ONU para protestar contra a criação do TMK. Os sérvios do Kosovo consideram que o UCK não foi verdadeiramente desmilitarizado e que a sua transformação num corpo de defesa civil é apenas teórica.

Comunicado do Comité Central do PCP

Pela esquerda lutar, construir, crescer

O Comité Central do PCP reuniu na quinta-feira passada para analisar os resultados das eleições legislativas de 10 de Outubro, concluindo pelo resultado muito positivo da votação obtida pela CDU. No documento aprovado (que a seguir se transcreve), o PCP mostra-se consciente das responsabilidades que o resultado eleitoral lhe exige e assegura estar em condições de impulsionar a luta por uma real viragem à esquerda.

1

O Comité Central do PCP, ao analisar os resultados das eleições de 10 de Outubro, salienta que a CDU concretizou o seu objectivo eleitoral central de reforçar a percentagem da votação e do número de deputados eleitos. Trata-se (como, aliás, tem sido generalizadamente reconhecido) de um resultado muito positivo, pondo fim a um longo período de decréscimo eleitoral, desmentindo os "profetas" que asseguravam a inevitabilidade do definhamento eleitoral do PCP e abrindo novas e estimulantes perspectivas de acrescida afirmação e intervenção do PCP como a grande força de esquerda em Portugal.

O resultado obtido pela CDU é tanto mais de realçar quanto é certo que as eleições se realizaram num quadro que integrava factores favoráveis ao Governo, e que foi acompanhado pelo insucesso da aspiração expressa pelo PS e pelo Primeiro-Ministro de obtenção de uma maioria absoluta. Insucesso do PS para o qual muito contribuíram o esclarecimento eleitoral promovido pelo PCP e os resultados obtidos pela CDU.

Nos resultados obtidos pela CDU assumiu especial significado a eleição de um deputado em Braga (pela primeira vez desde 1991) e de mais um deputado em Setúbal, círculos eleitorais em que é significativo o peso da classe operária e dos trabalhadores.

Sublinhe-se que a CDU é a força política que, no total dos seus eleitos, conta com a maior percentagem de mulheres (30%).

Em geral, e para além do peso da intervenção eleitoral imediata, os resultados do PCP e da CDU são indissociáveis do seu substituível papel e intervenção na defesa dos interesses dos trabalhado-

res, das camadas médias e do povo em geral, bem como de todas as grandes causas democráticas.

Assume igualmente especial significado o facto de estes resultados se terem verificado numa conjuntura económica favorável ao Governo e de terem sido obtidos apesar de se ter verificado um despendido abuso e instrumentalização de poder para efeitos eleitorais por parte do Partido Socialista, com expressões escandalosas particularmente chocantes nas inaugurações e na propaganda de planos e projectos propositadamente alinhados com o calendário e objectivos eleitorais do PS.

Nestas condições, ficou claro e assume especial significado que tenham sido muitos os portugueses que compreenderam e rejeitaram o perigo de uma maioria absoluta do PS, manifestando a sua desconfiança na previsível actuação de um Governo do PS que dispusesse do poder absoluto.

Os resultados desta eleição expressam não só a derrota do PSD e PP, o insucesso do PS no objectivo de alcançar a maioria absoluta e a emergência parlamentar do BE como, e sobretudo, confirmam e ampliam um importante campo político à esquerda, no qual o PCP, com os seus aliados na CDU, detém papel essencial e insubstituível e que reclama políticas de justiça social, de promoção da igualdade, e de efectiva democracia participativa, de total assunção das responsabilidades do Estado na garantia dos direitos políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais, de defesa intransigente dos interesses nacionais nas instituições e políticas da União Europeia.

O Comité Central salienta que os resultados de 10 de Outubro criam melhores condições políticas gerais para o desenvolvimento e intensificação da luta por uma nova política, por uma política de esquerda, e contra as orientações de um Governo do PS estruturalmente enfeudadas aos interesses do grande capital. Cria ainda condições para a adopção de medidas positivas de resposta a importantes reclamações de diversificados sectores e camadas sociais.

Não pode entretanto ser esquecido que persiste o sério perigo de, a exemplo do que aconteceu na anterior legislatura mas ao arripio das indicações políticas dos resultados eleitorais do passado domingo (que reforçam a exigência de uma viragem à esquerda na política governativa), serem ressuscitados os acordos e convergências entre o PS, o PSD e o CDS-PP para o prosseguimento de eixos fundamentais da política de direita.

Neste quadro, é assim essencial que, a par de uma combativa, qualificada e intensa intervenção do PCP e do seu Grupo Parlamentar, se intensifique a luta e a movimentação social, a participação directa e confiante dos cidadãos em defesa dos seus interesses, um decidido impulso a formas de organização e intervenção que deem ao movimento popular uma mais forte capacidade de condicionar e influenciar o processo político.

De acordo com a suas responsabilidades na sociedade portuguesa, o PCP reafirma o seu empenho em dar uma contribuição determinante para uma crescente agregação e convergência de energias, vontades e iniciativas progressistas que são indispensáveis na perspectiva mais larga da construção de uma alternativa de esquerda à alternância entre PS e PSD na execução de políticas similares.



2

3

4

Num quadro político mais exigente resultante das eleições, a acção e intervenção do PCP orientar-se-ão pela concretização dos compromissos que na campanha eleitoral assumiu perante os portugueses.

Nessa perspectiva, o PCP bater-se-á para que se adoptem políticas tendo como objectivos prioritários o trabalho com direitos, o combate eficaz ao desemprego, o emprego com qualidade e uma mais justa repartição do rendimento nacional em benefício dos trabalhadores.

O PCP tomará as iniciativas político-parlamentares adequadas no sentido da concretização de uma indispensável reforma fiscal visando aliviar a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e a justa tributação dos rendimentos e mais-valias do capital (nomeadamente do capital financeiro e especulativo), enquanto elemento essencial de uma maior justiça fiscal. Como base necessária para a concretização de uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde e indispensável para se promover mais e melhor Segurança Social aos reformados e aposentados. E para a promoção de um ensino público de mais alta qualidade e para todos.

O PCP prosseguirá, do mesmo modo, a luta pela concretização do direito das mulheres à igualdade no trabalho, na família e na participação cívica e política, à sua dignidade e à defesa da sua saúde e do seu direito a uma maternidade livre e consciente.

Em particular, o PCP e o seu Grupo Parlamentar darão prioridade à apresentação de iniciativas políticas e legislativas concretizadoras das dez medidas urgentes apresentadas no Programa Eleitoral, visando dar resposta imediata a alguns problemas profundamente sentidos pela generalidade dos portugueses.

Nomeadamente:

- a garantia de um significativo aumento real anual do salário mínimo nacional, o plano de combate à precarização e ao falso trabalho independente, bem como o estabelecimento de um calendário de redução progressiva do horário semanal de trabalho para as 35 horas, sem redução de salário nem perda de direitos;

- a elevação imediata extraordinária das pensões mínimas dos beneficiários do regime geral até 15 anos de contribuição e das pensões social e dos trabalhadores agrícolas, acrescida de um aumento real anual mínimo de 3% para as pensões de reforma e a justa reposição da idade de reforma para as mulheres aos 62 anos;

- o embaratecimento e racionalização dos gastos com medicamentos, no âmbito da reforma do Serviço Nacional de Saúde, o alargamento da lista dos medicamentos para doenças crónicas comparticipados a 100% pelo Estado, bem como o aumento significativo da comparticipação nas próteses, órteses e dispositivos de compensação;

- a despenalização do consumo de droga e a adopção de um plano de alargamento da rede pública nacional e gratuita de atendimento, tratamento e recuperação social da toxic dependência, em conjugação com o reforço do combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento de capitais que lhe está associado.

Estas e outras iniciativas do PCP e do seu Grupo Parlamentar assentaráo no rigor, na exequibilidade e na atitude responsável que sempre têm assumido, e enquadrar-se-ão nos grandes objectivos que devem ser prosseguidos por uma política de esquerda, por uma política de justiça e progresso social de que nunca e em caso algum o PCP abdicará.

O Comité Central destaca que com a vigorosa campanha eleitoral (que, no seu arranque, beneficiou do grande êxito da Festa do «Avante!») e os resultados alcançados, se abrem novas e mais fortes perspectivas para fortalecer o Partido, ampliar a sua base de apoio política e social e uma mais vigorosa afirmação do PCP, como uma força essencial da democracia portuguesa e para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do País.

O Comité Central considera que os resultados eleitorais não são separáveis da persistente e diversificada acção do PCP na dinamização da luta social contra a política do Governo PS, na intervenção em várias áreas da vida nacional, defendendo os interesses de várias camadas atingidas pela política de direita, na apresentação de soluções para os problemas, na qualificada intervenção do Grupo Parlamentar, nas orientações e nos esforços para reforçar a organização do Partido, nomeadamente junto dos trabalhadores.

O Comité Central, tendo em vista o reforço orgânico do Partido e o fortalecimento da sua intervenção política, apela a todas as organizações partidárias para rapidamente elaborarem planos de trabalho para os próximos tempos, prosseguindo o esforço para melhorar a organização do Partido, a sua ligação às massas e em particular aos trabalhadores, tomar a iniciativa no plano político, social e institucional, dinamizando a acção reivindicativa, estudando e apresentando propostas concretas para a solução de problemas que afectam os trabalhadores, as populações e o País, afirmando com confiança a identidade e o projecto do Partido, garantia do seu papel na sociedade portuguesa.

São tarefas da maior importância e actualidade prosseguir o debate, o envolvimento e a contribuição dos milhares de activistas da CDU independentes e outros democratas que, com o PCP, reclamam um novo rumo na vida política nacional, a divulgação e apresentação de propostas centradas nas grandes causas sociais, o combate às privatizações e à legislação mais gravosa do pacote laboral.

O desenvolvimento da luta de massas, que deve constituir um eixo fundamental da acção do Partido, deve partir dos problemas e aspirações concretas dos trabalhadores e das camadas sociais afectadas pela política de direita.

Impõe-se prestar a maior atenção à melhoria da intervenção do PCP e da CDU nas autarquias, em especial à ligação e auscultações das populações, à prestação de contas e à luta em torno da resolução dos problemas locais.

Adquire também desde já grande importância a preparação da intervenção do PCP e da CDU nas eleições regionais dos Açores e da Madeira.

O reforço da organização partidária, esteio fundamental da intervenção do Partido, deve prosseguir com tenacidade, confiança e audácia, aprofundando as suas raízes na classe operária, nos trabalhadores, na intelectualidade, na juventude e no povo português, para que o PCP seja cada vez mais forte e influente, cumprindo com êxito as suas responsabilidades perante o povo e o País.

O Comité Central, sublinhando os passos dados e anotando dificuldades que persistem, considera estarem criadas condições para um novo dinamismo na concretização das linhas de reforço do Partido.

O Comité Central destaca, entre outros aspectos, pela sua importância: a realização de Assembleias das organizações partidárias com prioridade para as organizações de base; o substancial reforço da acção e organização do Partido junto da classe operária e de todos os

trabalhadores; a formação de novos organismos e a criação de condições para o seu regular funcionamento; as medidas para o reforço e criação de organizações de base; o rejuvenescimento de organismos e a responsabilização de muitos mais quadros na vida partidária e ajuda na sua preparação e formação; a adopção de medidas para um vigoroso trabalho para expandir a difusão da imprensa do Partido («Avante!» e «O Militante»); um mais forte e permanente acompanhamento dos problemas e aspirações e uma mais incisiva e frequente iniciativa e tomada de posição das organizações partidárias.

O trabalho junto da Juventude e para o reforço da JCP deve merecer cuidadosa atenção das organizações partidárias.

O Comité Central considera, tendo em conta a crescente intervenção política e social da juventude, o significativo número de adesões de jovens ao Partido e à JCP, a participação entusiástica e confiante de muitos jovens na Campanha da CDU, estarem criadas condições muito favoráveis para um novo impulso no trabalho com a juventude e atrair muitos mais jovens aos valores e objectivos do Partido.

Assume ainda particular relevo o esforço para que até fins de Outubro se leve a cabo com sucesso a Campanha de Fundos, tarefa indispensável para cobrir as avultadas despesas com duas campanhas eleitorais, o prosseguimento do recrutamento, juntando aos mais de 1000 novos membros que já aderiram ao Partido desde o início do ano, em grande parte jovens, a vontade, a energia e a dedicação de muitos mais que se identificam com os ideais e o projecto do Partido Comunista Português.

5

O Comité Central saúda os seus aliados na CDU — o Partido Ecológico "Os Verdes", a Intervenção Democrática — e os milhares de independentes que apoiaram e participaram na campanha da CDU, destacando a sua importante contribuição para o resultado positivo obtido. E a todos reafirma o seu firme propósito de, com eles, ampliar espaços de diálogo e de iniciativa comum e reforçar laços de cooperação e solidariedade.

E saúda todos os candidatos e activistas da CDU, todos os militantes e as organizações do Partido e da JCP que, apesar da complexidade e dificuldades desta batalha eleitoral (a quinta em dois anos), de novo testemunharam uma grande generosidade, dedicação e combatividade política que foram essenciais para o êxito alcançado.

Com plena consciência da exigência das responsabilidades, tarefas e desafios que lhe estão colocados, mas também com sólida convicção sobre as novas potencialidades e perspectivas abertas pelo seu recente resultado eleitoral e que cumpre concretizar e alargar na base de audaciosos avanços no seu reforço organizativo, capacidade de intervenção e presença dinâmica na sociedade portuguesa, esforço de inovação, afirmação dos seus ideais, valores e identidade, forte vinculação aos problemas e interesses dos trabalhadores e do povo — o PCP estará em condições de dar um novo impulso à sua luta por uma real viragem à esquerda na vida política nacional e de ampliar a capacidade de atracção do seu projecto de democracia e socialismo para Portugal.

■ JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

Uma base de confiança para o futuro

OS RESULTADOS das eleições legislativas onde o PCP, com os seus aliados, aumentou a percentagem de votos, alcançou mais dois deputados e passou de quarta a terceira força parlamentar, para além da satisfação natural dos comunistas e dos democratas que trabalharam e votaram na CDU, constituíram um factor de surpresa para os apressados vaticinadores do "definhamento irreversível do PCP".

Confundindo desejos com a realidade, todos aqueles que andam há um ror de anos com a certidão de óbito no bolso tinham cimentado a ideia de que "agora é que é", com base na conjuntura política e económica favorável ao Governo PS e nos apoios que este dispunha por parte do capital e dos grandes meios de comunicação social.

Sustentavam ainda as suas profecias no facto do PS ter deslocado, antes e durante a campanha eleitoral, meios colossais para as zonas de influência do PCP, num escandaloso abuso do poder e dos dinheiros dos contribuintes, inaugurando, programando e propagandeando planos e projectos nitidamente alinhados com o calendário e objectivos eleitorais do PS. Sentenciosamente, a uma semana das eleições, o jornal «Expresso» dava aí, quando muito, 8 deputados à CDU. O que é que escapa a esta gente?

É que não concebem nem admitem que este Partido, pelo seu projecto, pela sua natureza, pelas suas propostas e pela sua luta, continua profundamente ligado à vida e identificado com as grandes causas democráticas, com as aspirações e interesses dos trabalhadores e de outros sectores e camadas sociais.

Uma ligação à vida que se expressa na bancada parlamentar comunista pelo trabalho e propostas de grande valor e que complementam a acção e a intervenção quotidiana e a iniciativa política do PCP.

Naturalmente, e por razões da sua própria natureza, os trabalhadores e os seus direitos mereceram por parte do Partido um empenhamento mais destacado. Porque também foram eles os mais fustigados pela política do Governo PS.

Não foi a preocupação eleitoral que levou o PCP a propor a redução do horário de trabalho para as 40 horas e, simultaneamente, a dar combate aos objectivos do Governo em eliminar as pausas no tempo de trabalho efectivo, a alertar os trabalhadores e a mobilizá-los para a luta notável dirigida pela CGTP-IN contra o pacote laboral, a tomar iniciativa pelo fim da discriminação salarial dos jovens trabalhadores. Porventura não deu muitos votos ao PCP a sua proposta de alteração ao Orçamento de Estado que permitiu significativos benefícios

no IRS para 700 mil famílias, na sua maioria trabalhadores com menos rendimentos, ou ter sido a única força parlamentar a propor melhores salários e carreiras para os trabalhadores da Administração Pública. Não vimos mais ninguém a não ser o PCP e o movimento sindical na luta contra os despedimentos na Grundig, nos Cabos d'Ávila, na ex-Renault, na defesa do sector público e dos serviços públicos, dos interesses dos trabalhadores, lá nas empresas dos transportes, da energia, das comunicações, das celulosas.

O PCP não contabilizou ganhos eleitorais, não calculou o grau de iniciativa e solidariedade quando se tratou de defender os direitos das dezenas de trabalhadores do Chiado e o direito a horários dignos das centenas de milhares de trabalhadores têxteis. Tinha o PCP consciência que não dispunha de grande influência eleitoral no seio dos pescadores do arrasto e, no entanto, foi quem mais se identificou com a sua luta e as suas reivindicações.

Quantas vezes os treze deputados e também os três deputados europeus, com sacrifício do seu tempo e do seu descanso, não se deslocaram às empresas, aos locais de trabalho, para conhecer a situação, prestar solidariedade e elaborar o requerimento, a intervenção, a recomendação, elaborar o projecto-lei com conhecimento de causa. Que lição não deram essas centenas de funcionários e quadros do Partido nas campanhas nacionais contra o pacote laboral, conhecendo e esclarecendo o significado da alteração à lei das férias, do conceito de retribuição, a proposta de trabalho a tempo parcial, de forma bem mais capaz que muitos encartados em direito do trabalho.

A votação dos trabalhadores na CDU expressará porventura todo este trabalho, empenhamento e generosidade, esta luta dos comunistas? Sem dúvida que a eleição de mais um deputado em Setúbal e a reconquista do mandato em Braga resulta muito dessa acção e intervenção persistente junto dos trabalhadores.

Mas cá no íntimo haveremos de pensar que o PCP e a CDU mereciam mais. Que centenas de milhares de trabalhadores dão-nos razão mas não o voto; às vezes por motivo do preconceito. Centenas de milhares de trabalhadores que na próxima legislatura, se forem confrontados com problemas, se estiverem em causa os seus direitos, reclamarão do PCP a sua acção e a sua intervenção. A contradição existente explica-se porque apesar dos diferentes graus de consciência social, política e eleitoral e dos condicionamentos ideológicos, este Partido é identificado e entendido como Partido dos trabalhadores. Que esteve lá na empresa quando não havia campanha eleitoral, que falou dos trabalhadores na tribuna parlamentar quando os outros calaram ou se comprometeram com os interesses do capital.

E quando já na campanha para as legislativas ali fomos à Tabaqueira, contactar a comissão de trabalhadores, um dos jovens que teria votado anteriormente no PS, constatava o facto de João Cravinho e a presidente da Câmara de Sintra terem visitado tão-só a Administração da empresa, ao contrário do PCP, que ali estava com eles a discutir problemas concretos da flexibilidade e da polyvalência, lembrando-se que já nos conhecíamos lá da reunião com a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores. Como afirmava aquele trabalhador da Carris: "você são os únicos que merecem estar aqui porque vieram cá antes, quando precisávamos".

Reduzir este património de prestígio e a influência do PCP junto dos trabalhadores a uma leitura instrumental da sua opção em cada acto eleitoral, porque fomos quem mais lutou por eles, mais e melhores propostas apresentou, mais combates travou pelos seus direitos (logo devem votar no PCP), seria subestimar que fazemos isso porque é intrínseco à natureza deste Partido e constitui pedra angular do seu projecto transformador.

Os resultados eleitorais de 10 de Outubro, não resolvendo dificuldades e deficiências do nosso colectivo partidário, constitui um acontecimento que nos deu mais ânimo e confiança para o futuro, criando condições para reunir vontades novas e renovadas em torno do reforço da organização, da intervenção e iniciativa política do Partido.

Falamos dos trabalhadores. Do Partido dos trabalhadores. Não se referiu aqui tantas lutas de outros sectores e camadas sociais, da contribuição inestimável e militante de homens e mulheres da cultura, das artes e dos saberes que porventura teriam a sua vida material e meios de realização pessoal e intelectual mais facilitados se aceitassem a conjuntura com conformismo, se estivessem "do lado de lá" ou com o poder de circunstância. Se eles soubessem do sentimento de admiração fraternal de tantos operários e trabalhadores, quando lá na empresa distribuimos o papel com o nome dos candidatos e apoiantes, sentiriam que vale a pena estar cá e prosseguir, no tempo que for preciso, outros combates que temos por diante.

É com esta dimensão que tu, Luís, serás lembrado! Pelo que fizeste pelos trabalhadores, pelas grandes causas democráticas, por este Partido.

Naturalmente, e por razões da sua própria natureza, os trabalhadores e os seus direitos mereceram por parte do Partido um empenhamento mais destacado. Porque também foram eles os mais fustigados pela política do Governo PS.



A geopolítica do império configura uma ameaça à humanidade

A guerra de agressão contra a Jugoslávia contribuiu para tornar transparentes aspectos da geopolítica imperial dos EUA que não eram ainda muito claros para amplos quadrantes das forças progressistas que em todo o mundo identificam na globalização neoliberal uma ameaça à humanidade.

No seu livro «O grande jogo», Zbigniew Brzezinski definiu a NATO como o instrumento de uma estratégia integrada e global, a longo prazo, dos EUA para toda a Eurásia.

Na época a afirmação foi criticada como especulativa. Os factos não tardaram a demonstrar que o conselheiro de Carter fora demasiado prudente na sua previsão. Os acontecimentos da Jugoslávia evidenciaram que a NATO é hoje o instrumento da estratégia de dominação planetária e perpétua elaborada pelo sistema de poder dos EUA como complemento indispensável ao funcionamento da globalização neoliberal.

Para se poder avaliar a ambição e complexidade dessa estratégia é útil recordar brevemente o processo de metamorfose da NATO.

A chamada Aliança do Atlântico Norte foi criada em 1949. Segundo os ideólogos ocidentais nasceu como resposta ao «grande medo» provocado pelos acontecimentos de Fevereiro de 1948 na Checoslováquia, quando o Partido Comunista tomou o Poder naquele país. Dez Estados europeus (Bélgica, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal e Reino Unido), os EUA e o Canadá firmaram em Washington o Tratado que fundou a Organização, ao tempo apresentada como exclusivamente defensiva.

Em 1955, a URSS, com o apoio dos países do Leste europeu, reagiu à entrada da Alemanha Federal para a NATO, criando o Pacto de Varsóvia, aliança militar que reunia as forças armadas dos Estados socialistas da Europa.

A retirada das forças francesas das estruturas da NATO, em 1966, foi um rude golpe para a Organização. De Gaulle foi o primeiro estadista ocidental a compreender que não se tratava de uma aliança entre iguais, mas sim de uma iniciativa que colocava os europeus numa posição subalterna a serviço de objectivos dos EUA. Quando o Canadá informou que poderia tomar uma decisão similar à da França, chegou a admitir-se que a NATO iria desintegrar-se.

Foi a entrada na Checoslováquia em Agosto de 1968 das tropas do Pacto de Varsóvia, que criou as condições que permitiram a consolidação e o crescimento da NATO. Entretanto, apesar do histerismo que assinalou a redefinição das futuras actividades da Aliança, esta continuou a proclamar o seu carácter exclusivamente defensivo e a propor

uma redução equilibrada das forças dos dois blocos. A prática contrariava, porém, o discurso político.

São conhecidas as circunstâncias em períodos tensos da guerra fria que levaram à instalação na Europa Ocidental de mísseis norte-americanos com ogivas nucleares apontados para a URSS. Uma campanha de perversão mediática caracterizada por um anticomunismo primário contribuiu então para atenuar a resistência dos europeus a essa escalada na qual a NATO cumpria um importante papel.



Após a desagregação da URSS e a opção pelo capitalismo na Rússia tornou-se indispensável repensar a NATO. Ieltsin aparecia como um aliado, quase um protegido; adoptou a religião do mercado e aderiu às teses do neoliberalismo ortodoxo. Para os EUA já não era possível justificar as exigências da defesa e portanto os seus gigantescos gastos com armamentos invocando, como antes, aquilo a que a propaganda chamava «a ameaça militar soviética».

Com o desaparecimento do Tratado de Varsóvia, a NATO deveria ter desaparecido. O carácter «defensivo» da Aliança passou a ser um estorvo. Segundo o art.º 5 da Carta do Tratado de Washington «um ataque armado contra um ou vários dos Estados (membros) deveria ser considerado como um ataque contra todos», exigindo uma resposta comum. A inexistência de um «inimigo» potencial na Europa criou, portanto, uma situação embaraçosa.

Washington resolveu-a recorrendo a uma nova astúcia de propaganda. A manutenção da NATO foi decidida com base nos supostos perigos que resultariam da existência dos chamados «Estados bandidos». Essa ameaça tanto poderia vir do coração da Europa como de países asiáticos ou africanos. Daí a necessidade de reformular o conceito estratégico da NATO, não somente alargando a sua área de intervenção como reforçando o seu potencial ofensivo, de modo a poder cumprir tarefas muito mais complexas. As reformas da organização, esboçadas em sucessivas cimeiras, imprimiram-lhe um carácter ostensivamente intervencionista a partir da conferência de Bruxelas, em 1993, cujas decisões prepararam o bombardeio dos sérvios da Bósnia e o *diktat* de Dayton.

Entretanto, essa falsa paz, imposta pelos EUA em estilo de ultimato, funcionou também como um teste no processo de subalternização

dos aliados da Europa Ocidental, e como um prólogo da expansão da NATO para Leste.

A Aliança mudou não apenas de rosto como de linguagem e objectivos. A sua vertente política acentuou-se bruscamente.

Uma retórica arrogante, e até ridícula, sobre a vocação da organização para defender a paz e os valores democráticos passou a ser rotineira no discurso dos seus mais altos responsáveis. Foi em nome dessa vocação de guardiã da paz e de difusora de valores humanistas que se desenvolveu a campanha do alargamento para Leste cuja primeira fase terminou com a integração dos países do grupo de Vinograd, ou seja a Hungria, a República Checa e a Polónia.

Javier Solana, secretário geral da Aliança, repetiu insistentemente (¹) que esse alargamento não alterava a situação estratégica na Europa, e que a Rússia, em vez de ser prejudicada, seria beneficiada pela maior segurança que resultaria do alargamento.

Parece coisa de humor negro. Na realidade, o alargamento foi inseparável da «síndrome russa». Não obstante o esfacelamento da URSS e a colocação de algumas das antigas repúblicas da Ásia Central em regime de quase protectorado (Uzbequistão e Turquemenistão), a Federação Russa - o maior país do mundo, com riquezas fabulosas no seu subsolo - representa ainda um potencial económico e militar enorme. Em Washington nunca se esquece que a Rússia, apesar de um atraso crescente no tocante a armas convencionais, dispõe ainda de um arsenal nuclear capaz de infligir danos irreparáveis aos EUA. Neutralizar completamente a pátria de Lenin, reduzi-la à condição de interlocutor inofensivo é assim um objectivo permanente e prioritário para o sistema de poder norte-americano, quase uma obsessão. A Casa Branca e o Pentágono têm consciência de que o consulado de Ieltsin se aproxima do fim e que o futuro imediato será imprevisível. Teme-se, porém, que o povo russo, humilhado pelo estado de decadência e de vassalagem em que se encontra a nação, pretenda voltar a assumir um grande papel no rumo da humanidade. Reflectindo esses receios, *The Economist* previa em Março que «cedo ou tarde, um homem forte e honesto colocará de pé a Rússia pós-Ieltsin e um novo aspirante à influência mundial aparecerá no palco.» (²)

Obviamente os estrategos do Pentágono não têm resposta para a pergunta: «que solução militar para o problema russo?». Está excluída a hipótese de uma agressão tipo Jugoslávia. O preço de uma tal aventura poderia ser inaceitável, trágico.

Mas os generais do Departamento de Defesa são tradicionalmente imprudentes. Segundo um estudo de Anatoli Verbin, dirigente do Partido Comunista Operário da Rússia (³), recentemente divulgado, «as actividades militares e de reconhecimento desenvolvidas pelos países da NATO ao longo das fronteiras da Rússia, do lado de Murmansk, no Ártico, no Norte do Cáucaso e no Extremo Oriente aumentaram substancialmente». Missionários dos países ocidentais têm entrado na Rússia em grande número para se instalarem em áreas distantes das principais cidades e que não faz muito tempo eram de acesso proibido a estrangeiros. Segundo os serviços de inteligência russos esses missionários dedicam-se a recolher informações secretas sobre o poderio militar do país. Militantes de organizações ecológicas desenvolvem um trabalho paralelo com o mesmo objectivo.



Não são apenas os russos que estabelecem uma relação entre o funcionamento da economia norte-americana e a «necessidade de guerras» que garantam o seu bom desempenho. Já John Maynard Keynes, o salvador do capitalismo após a grande depressão, afirmava ser impossível para um sistema capitalista organizar os seus gastos de maneira permanente e adequada, excepto em condições de guerra (⁴).

Washington sabe que sem a sua hegemonia militar os EUA não poderiam impor ao mundo o financiamento indirecto do seu gigantesco déficit comercial, que este ano deverá exceder 300 mil milhões de dólares, atingindo um nível «politicamente insuportável» na definição do secretário do tesouro, R. Rubin.

Recentemente, um conselheiro de Madeleine Albright, Thomas Friedman, escreveu no *The New York Times* que «aquilo de que o mundo precisa, a globalização, não funcionaria se os EUA não agissem com todo o seu poder de superpotência». Porquê? Friedman responde com rude cinismo: «a mão invisível do mercado nunca funcionará sem o punho invisível. Mac Donald não pode ser próspera sem Mac Donnell Douglas que construiu os F-15. O punho escondido que garantiu um mundo seguro para a tecnologia de Silicon Valley chama-se o exército, a aviação, a marinha e o corpo de fuzileiros dos EUA» (⁵).



■ Miguel Urbano Rodrigues

Desenhos de Honoré Daumier



EM FOCO

A geopolítica do império configura uma ameaça



contribuíram, concretamente, para que a Organização se tornasse mais e mais arrogante. Tal como aconteceu com Hitler, cada récuo, cada capitulação traduzia-se em novas exigências.

* *

O Novo Conceito Estratégico da Aliança, aprovado em 24 de Abril pp, durante a guerra de agressão contra a Jugoslávia, encontrou a sua

Tive a oportunidade de verificar pessoalmente aspectos do funcionamento da engrenagem do poder imperial. Estava em Nova Iorque em Fevereiro de 1992 quando o NYT divulgou o conteúdo de um relatório secreto elaborado pelo Departamento de Defesa dos EUA. Segundo esse documento a hegemonia política e económica dos EUA somente poderia manter-se - contrariando a tradição da ascensão e queda dos grandes impérios - se a hegemonia militar fosse mantida perpetuamente. Era, portanto, indispensável impedir, custasse o que custasse, a emergência no planeta de qualquer poder militar em condições de questionar a actual supremacia esmagadora dos EUA. Paradoxalmente a ameaça futura a essa supremacia não vinha da Rússia, mas da Europa. Segundo o referido relatório, a tendência para a criação de um exército europeu, capaz de garantir a segurança do Continente, tornando supérflua a presença de tropas norte-americanas no Velho Mundo, essa sim, apresentava contornos de uma ameaça a interesses vitais dos EUA que se impunha neutralizar.

Esse estranhíssimo relatório passou quase despercebido. Era incómodo. Mas durante uma visita ao Pentágono como membro da Comissão Política da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental, da qual, então, eu fazia parte, levantei a questão. O general que nos recebia foi hábil. Não negou a existência do documento. Para desvalorizar o assunto informou que o referido relatório, divulgado por inconfidência, era um papel como muitos outros cujas recomendações não coincidiam com a orientação do Departamento de Defesa, pelo que fora arquivado.

Transcorridos dois anos, a intervenção da NATO na Bósnia assinalou o início da execução da estratégia esboçada no relatório em questão. Começou a ficar claro que era a subalternização da Europa o objectivo principal e não o fim do conflito entre muçulmanos e sérvios, conflito aliás estimulado pelos EUA. A agressão à Jugoslávia, preparada com muita antecipação, conferiu transparência à política de satelitização da Europa.

A existência de uma União Europeia dócil, vassala é considerada em Washington condição imprescindível ao bom funcionamento da globalização neoliberal, tal como a concebem ali.

Num recente ensaio intitulado «Alto à NATO» a que tive acesso, Samir Amin lembra que os governos europeus, com o apoio do grande capital, decidiram aceitar o preço da vassalagem. Foi no contexto da crise que o capitalismo mundial atravessa - crise que atingiu e atinge áreas da periferia como o México, a Ásia Oriental, a Rússia e o Brasil - que «Os EUA, nesta conjuntura caótica, retomaram a ofensiva para simultaneamente restabelecerem a sua hegemonia global e, em função desta, reorganizarem o sistema mundial em todas as suas dimensões económicas, políticas e militares».

Iniciativas como o chamado «Partnership for Peace», que abriu portas à penetração da NATO para Leste, inseriram-se na complexa estratégia imperialista, facilitada pelas complicitades russas. Ieltsin, sempre sinuoso, enquanto simulava defender a soberania nacional, acumulava cedências. Os Acordos de cooperação assinados com a NATO

expressão num documento inédito pelo estilo e conteúdo. A humanidade foi colocada perante a Carta de um novo Poder Imperial. A NATO, sem mandato, atribui-se o direito de intervir militarmente em qualquer lugar do planeta onde ela considere isso necessário. Coloca-se acima das Nações Unidas, assumindo em relação ao Conselho de Segurança uma atitude paternalista, admitindo que a sua colaboração em defesa da Paz, no grande jogo da Nova Ordem, tem sido útil e pode continuar a sê-lo.

Estranha linguagem. Segundo o Novo Conceito é da NATO e não de qualquer outra organização, incluindo a ONU, que dependem, doravante, a Segurança no mundo, a Paz, a Democracia, a estabilidade económica e social dos Estados, o progresso da humanidade. Um paternalismo similar aparece nas referências à União Europeia, à Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e à UEO. O mesmo acontece relativamente à Rússia. Tratando-a como parceiro menor, ela NATO, superpoder, afirma que as relações entre ambas se desenvolvem na base «do interesse comum, da reciprocidade e transparência».

É enfaticamente sublinhado que «a presença de forças convencionais e nucleares dos EUA na Europa continua a ser vital para a segurança europeia» (art.º 42).

Na realidade o novo conceito não só alarga ao mundo a área de intervenção da NATO, como institui na prática um protectorado sobre a Europa. O absurdo da situação criada é tanto maior quanto a NATO é uma organização multinacional, uma aliança teoricamente entre iguais.

Não se pode negar engenho à estratégia imperial dos EUA ao fazer da NATO, integrada por forças de muitas nações, o instrumento político-militar da política de dominação eterna que pretendem impor à humanidade.

O Novo Conceito Estratégico foi vazado numa linguagem que impressiona pelo farisaísmo. No art.º 48, por exemplo, informa-se que no contexto de crises que ameacem a estabilidade euro-atlântica e a segurança dos países membros, «forças militares da Aliança podem ser chamadas a intervir. Quem as «chama», quem define a «ameaça»? Os EUA, obviamente...

Do começo à conclusão, o carácter «defensivo», «democrático» e «pacífico» da NATO é exaustivamente enfatizado.

Entretanto, o novo conceito nega aquilo que é afirmado no documento da Cimeira de Washington ao arrogar-se o direito de falar e agir em nome da «comunidade internacional», sem mandato desta, calcando aos pés os princípios que invoca. Essa ambição é de raiz fascista. A palavra choca, mas expressa uma realidade.

Que comunidade é, afinal, essa? Os 19 membros da NATO, com a peculiaridade de que as decisões são tomadas apenas por um, os EUA.

A brutal agressão contra a Jugoslávia, imposta por Washington, inseriu-se no desenvolvimento de uma política imperial concebida pelos EUA que, publicamente, sem disfarces, se apresentam já como nação predestinada, a única que por direito natural pode ser uma «superpotência». Entre outras missões, os EUA consideram-se investidos do dever de destruir ou desmantelar não apenas os Estados «bandidos», mas qualquer país que lhe estorve os objectivos e recuse submeter-se a exigências incompatíveis com a soberania nacional.

Um dos mais brilhantes ideólogos do sistema de poder que dirige a sociedade norte-americana, o prof. Samuel Huntington, neoliberal clintoniano, condensou num ensaio publicado em 1993 na revista *Foreign Affairs* a tese da *perpetuação imperial*. A questão, diferentemente do que faz o Pentágono, é colocada numa perspectiva quase religiosa. A dominação imperial norte-americana seria uma exigência ética e dela dependeria a felicidade do homem. Isso porque os EUA «são o único país cuja identidade nacional se define por um conjunto de valores políticos e económicos universais, isto é, a liberdade, a igualdade, a propriedade privada e o mercado». Na opinião de Huntington, a promoção da democracia e os direitos humanos - tal como os entende - bem como os mercados são de muito maior importância para a política dos EUA do que a política de qualquer outro país».

Essa perigosa linguagem, que retoma o mito decimonónico da nação predestinada conduz à aceitação de teses mais pragmáticas nela implícitas, como a chamada Doutrina Lake, assumida pela Casa Branca e pelo Pentágono, segundo a qual os EUA têm não só o direito como o dever de intervir unilateralmente (sempre que não o possam fazer aliados a outros países) em qualquer lugar do mundo. A intervenção seria também um dever quando os dirigentes da nação a considerem imprescindível à segurança do planeta e, portanto, à felicidade humana.

Conforme recorda Samir Amin no trabalho que citei, «a intervenção sistemática dos EUA assenta em três princípios: 1. A substituição brutal da ONU pela NATO como meio de gestão da ordem internacional; 2. O alinhamento da Europa com os objectivos estratégicos de Washington; 3. A escolha de métodos militares que reforcem o hegemonismo norte-americano (bombardeios sem risco e utilização de tropas europeias supletivas para eventuais operações terrestres)

A NATO, «abertamente transformada em instrumento do expansionismo norte-americano, e não já da defesa europeia, dissipou assim as ilusões de uma *autonomia europeia*, forçando a União Europeia a um novo alinhamento ainda mais severo do que o imposto no passado a pretexto da guerra fria».

A primeira consequência dessa capitulação é uma machadada nas esperanças depositadas na Europa de Maastricht por aqueles que, ingenuamente, identificam no euro e na existência de importantes contradições entre os interesses da União Europeia e o imperialismo norte-americano a fonte de conflitos económicos susceptíveis de levar a futuras rupturas políticas.

Essas contradições não se anunciam como antagónicas. O comportamento dos partidos social-democratas, actualmente no governo na maioria dos países europeus, é esclarecedor da opção feita: as novas burguesias europeias, nas sociedades informacionais que evoluem no quadro do actual paradigma técnico-científico, aceitam a unipolaridade e a vassalagem como preço de uma globalização neoliberal que multiplica as desigualdades sociais e o fosso entre os países desenvolvidos e os do Terceiro Mundo. O discurso dos socialistas franceses, tal como o de Schoeder e o de Tony Blair, apóstolo de uma inexistente Terceira Via, somente diferem na forma. Ao conformar-se com a estratégia hegemónica e agressiva dos EUA, a caricatura de social-democracia existente na Europa renuncia ao projecto de um mundo multipolar, nega os ideais progressistas que afirma defender e escancara a porta a futuras catástrofes para o conjunto da humanidade. Os factos demonstram que a defesa da democracia e das liberdades, a luta contra a pobreza e a preservação da diversidade cultural são hoje incompatíveis com a geopolítica do império norte-americano.

No plano militar como no económico, a Europa, tal como o Japão, não se esforçam minimamente para reduzir a hegemonia do grande aliado. Não se limitam apenas a aceitar que Washington se comporte como gerandome do mundo. Aceitam também como natural que o Estado norte-americano se agigante e intervenha cada vez mais em todas as esferas da economia desafiando os dogmas do neoliberalismo, enquanto impõe aos outros o figurino do «Estado mínimo».

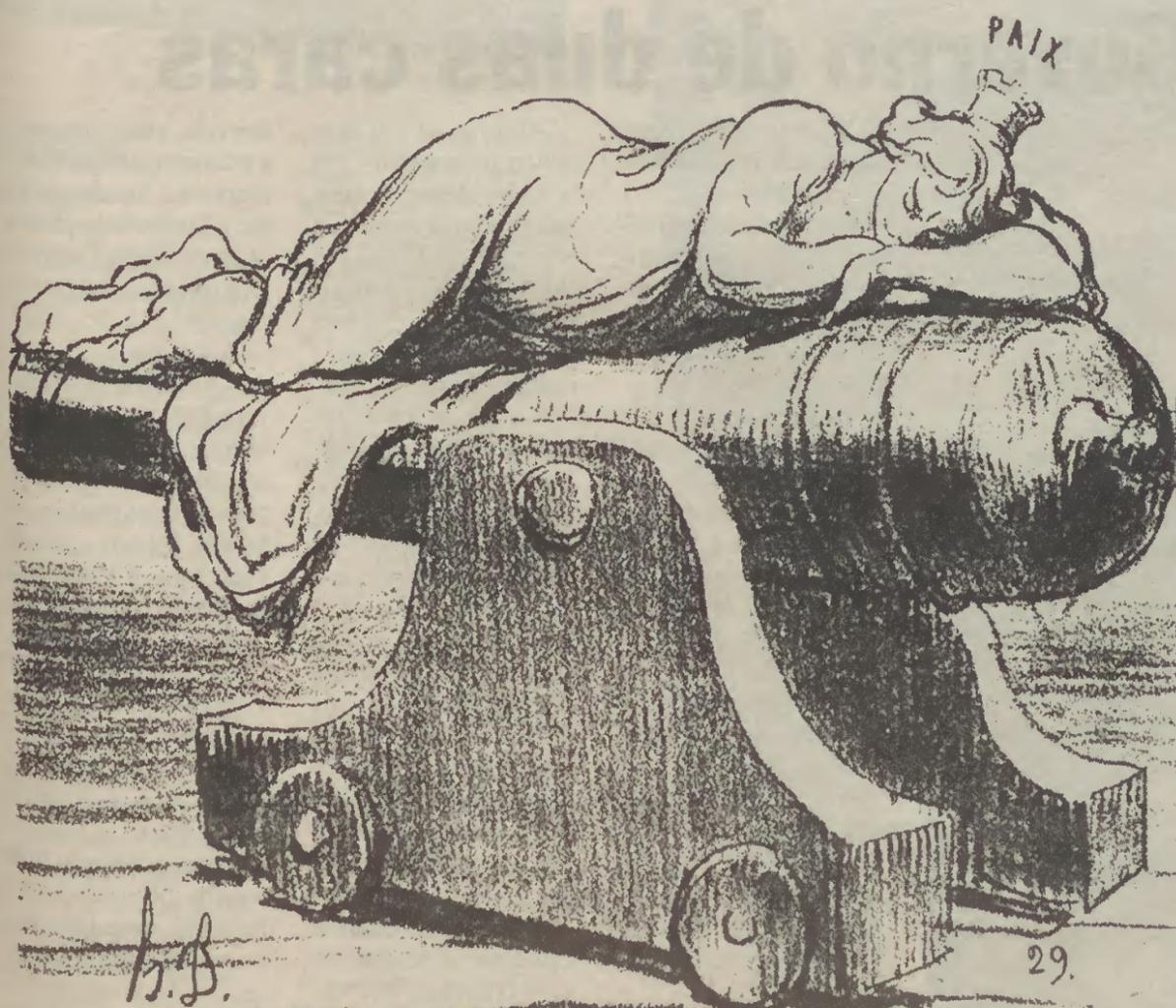
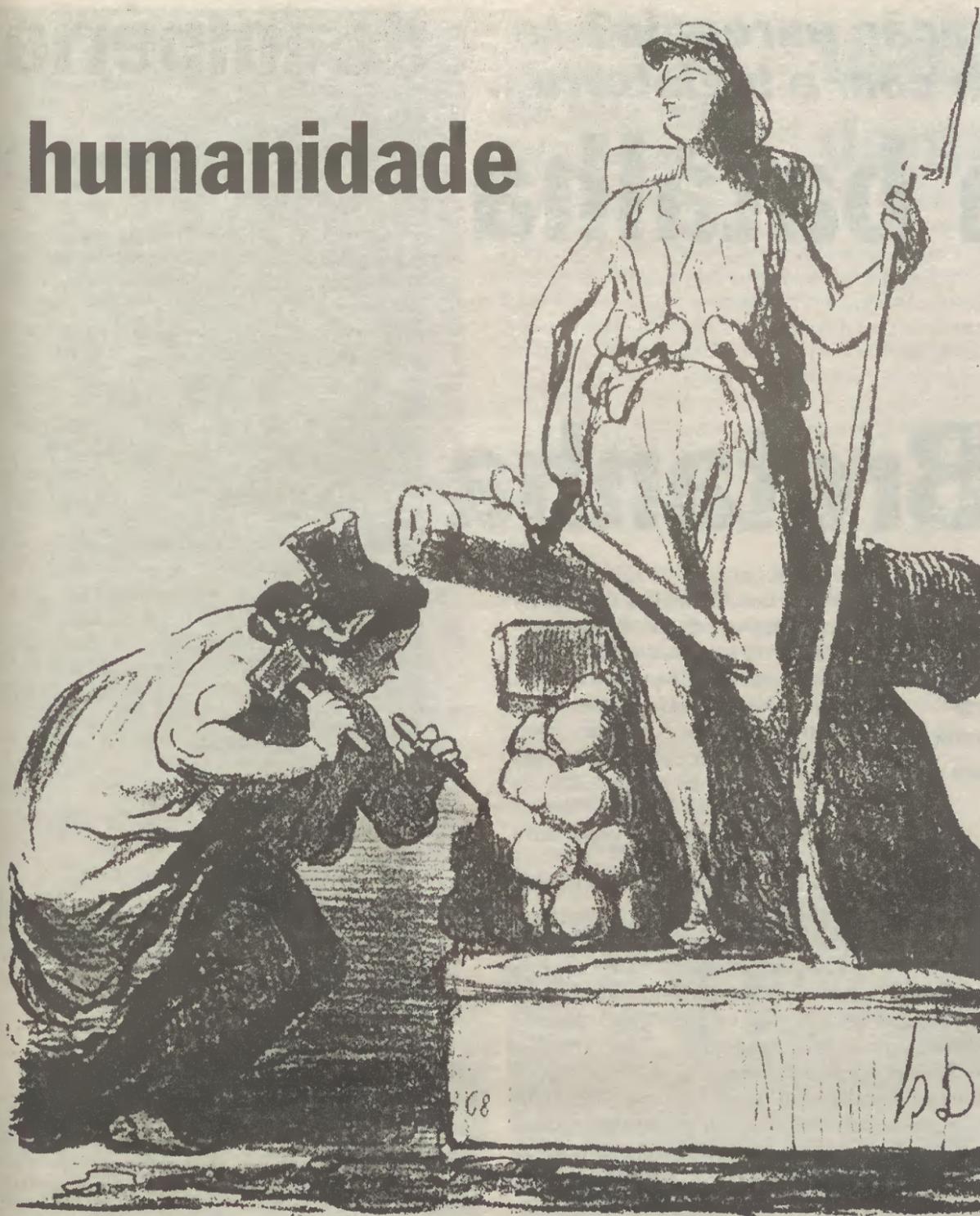
* *

A transformação da NATO em instrumento do expansionismo norte-americano e a sua pretensão de substituir a ONU na resolução de conflitos internacionais insere-se aliás numa estratégia global de dominação mundial cujo desenvolvimento tem sido ocultado por um sistema mediático que, no fundamental, é controlado por grandes transnacionais também norte-americanas.

Se juntarmos as peças de um complexo puzzle, verifica-se que iniciativas como a crescente intervenção militar norte-americana na América Latina, a pretexto do combate à droga (a ameaça de intervenção directa na Colômbia não se concretizou ainda sobretudo pela não adesão do Brasil ao projecto); as chamadas e humilhantes «certificações»; os sequestros de cidadãos de diferentes nacionalidades nos seus próprios países a mando da justiça dos EUA; a arrogante insistência em medidas de extraterritorialidade, nomeadamente as que atingem Cuba; os criminosos e rotineiros bombardeios do Iraque; as sanções cruéis e arbitrarias que punem países que incorrem no desagrado de Washington; a teoria e a prática do chamado «direito de ingerência», constituem outras tantas manifestações de uma estratégia imperial que envolve uma perigosa ameaça ao conjunto da humanidade.

O facto de a sociedade norte-americana reflectir a imagem de um povo gerido por instituições formalmente democráticas com raízes na consciência social e a desinformação resultante de uma propaganda insi-

à humanidade



diosa que apresenta os EUA e o seu modo de vida como o modelo a seguir pelos outros povos do planeta dificultam a assimilação de uma realidade inquietante.

O sistema de poder que toma em Washington as grandes decisões no âmbito de uma estratégia global desenvolve hoje uma política externa monstruosa - é dura mas adequada a palavra - que pela sua agressividade, cinismo e irracionalidade somente encontra precedente na que celebrou tragicamente o III Reich alemão. Nela, como outrora no Reich nazi-fascista, a força, nas relações com os pequenos países, é erigida em arma e princípio supremo. O direito internacional é calcado aos pés pela Casa Branca, com a cumplicidade do Congresso, como se verifica com o bloqueio a Cuba e as leis infames que visam ao estrangulamento de um pequeno e heróico povo ao qual é negado o direito de ser plenamente independente e soberano.

A atitude assumida pelo Estado norte-americano perante a ONU é, por si só, reveladora de uma política imperial desafiadora da Carta da Organização. Os EUA que se reservam o direito de intervir unilateralmente em qualquer país em defesa do que consideram os seus interesses, não pagam as suas contribuições atrasadas às Nações Unidas, não cumprem resoluções do Conselho de Segurança (nomeadamente no tocante a Israel), criticam sobranceiramente o actual secretário-geral e já anunciaram que vetarão a sua reeleição, tal como fizeram com o anterior.

A ONU recebe hoje de Washington um tratamento comparável ao que a defunta Liga das Nações recebia da Alemanha e da Itália fascistas no final dos anos 30. Os mecanismos do Conselho de Segurança somente são accionados quando isso interessa aos EUA, para referendar Acordos por eles impostos ou para aplicar e manter sanções injustas. Mas o Conselho de Segurança assiste passivamente ao desenvolvimento de tragédias como a de Angola e a de Timor Leste porque essa é a vontade de Washington.

*
* *

O fim da guerra fria afastou o medo da confrontação nuclear. Mas novos pavores tomaram o lugar dos antigos. O desenvolvimento da ciência, mal aproveitado, não produz os benefícios esperados. O saber não foi colocado ao serviço de um projecto humanista planetário. As grandes conquistas da revolução tecno-electrónica beneficiam insignificantes minorias contra os interesses das grandes maiorias cada vez mais empobrecidas e oprimidas.

Num belo livro cuja tradução em português será lançada em breve, «La Izquierda en el umbral del siglo XXI - Haciendo posible lo imposible», a chilena Marta Harnecker aborda com lucidez e coragem a temática da alternativa a um modelo civilizacional que suscita crescente repúdio, mas que se impõe e avança, porque os que o rejeitam não encontraram ainda nos terrenos da teoria e da prática fórmulas de o combater com eficácia, opondo-lhe no domínio do concreto outro modelo.

Esse combate não pode desenvolver-se somente no campo da política propriamente dita. Tem de ser muito mais amplo e despojado de dogmatismos e de localismos. O homem já foi à Lua, mas tem demonstrado ser incapaz de defender valores permanentes, universais, por ele criados ao longo dos últimos 2500 anos. É hoje inegável que a irracionalidade do mercado sacralizado e o funcionamento do novo paradigma técnico-científico favorecem a emergência de uma cultura global planetária. No limiar do terceiro Milénio é sombrio o panorama. A humanidade evolui no contexto de uma crise global da civilização.

Quem a empurra para o abismo é o sistema imperial que tem o seu pólo nos EUA. A sua geopolítica, da qual a NATO é um instrumento, assume contornos tão irracionais que ameaça a própria sobrevivência futura da humanidade. Um professor de Filosofia, da França, Georges Gastaud, expressou recentemente a angústia que alastra entre os intelectuais progressistas mais lúcidos num brado que é, creio, inédito na Europa: «Socialismo ou Aniquilação!».

A agressividade da geopolítica do sistema de poder dos EUA só encontra hoje - insisto - precedente na ambição insensata do III Reich. Talvez mais perigosa porque a sua irracionalidade, camuflada por instituições democráticas de uma sociedade que se apresenta como modelo civilizacional, não é transparente.

Vamos ter um mau começo de Milénio. É homérica a tarefa que se coloca às forças progressistas em todo o planeta. A globalização neoliberal e o sistema imperial que a concebeu e lhe garante o funcionamento estão condenados. A agonia poderá ser lenta, mas a irracionalidade do modelo inviabiliza-o.

Entretanto, acreditar que transformações revolucionárias e humanistas podem mudar a vida no próximo século não significa que haja no momento condições mínimas para as levar adiante. A dificuldade começa numa pergunta elementar: que «revolução» - passe a palavra à falta de outra - queremos, com que «revolução» sonhamos? Actualmente a esquerda não se encontra em condições de formular com clareza uma alternativa credível ao neoliberalismo.

Não vejo outra alternativa para a globalização neoliberal, capitalista, que não seja uma globalização socialista, a globalização da solidariedade entre os povos. Ela não tem, porém, data previsível no calendário, nem contornos definidos. A correlação de forças é tremendamente desfavorável. Mas a tarefa de *tornar possível o impossível* está ao alcance do homem, como nos lembra Marta Harnecker. Será o grande desafio do século XXI.

(1) *The Economist*, 13.03.99

(2) *The Economist*, mesma edição

(3) *L'Agenda secret de l'expansion de l'OTAN vers l'Est*, de Anatoli Verbin, do Partido Comunista Operário da Rússia, São Petersburgo

(4) in *Magazine do The New York Times*, 28.3.99

Comunicação de Miguel Urbano Rodrigues apresentada no Seminário «A Crise do Capitalismo Globalizado na Virada do Milénio», em Porto Alegre, Outubro de 1999

Manoel
de Lencastre

Mais integração europeia?
Não contem com a Inglaterra...

Nova batalha da Grã-Bretanha

As grandes questões do «Euro» e das novas iniciativas no caminho da integração europeia, que decidirão o futuro da Grã-Bretanha, entraram na ordem do dia. Ganham vivacidade as discussões à volta destes temas e já ameaçam desprender-se das civilizadas condições dos debates televisivos para entrarem, decisivamente, na praça pública. Quando as posições estiverem suficientemente esclarecidas, a Câmara dos Comuns viverá dias históricos. Assim...

Enquanto Prodi, Jean Luc Dehaene (antigo primeiro-ministro belga), Richard von Weizacker (antigo presidente alemão) e o português Vitorino, querem avançar para um super-Estado europeu, a Grã-Bretanha grita-lhes «Não!». A Inglaterra, com efeito, não quer o «Euro», não admite o conceito de uma polícia europeia ou de um exército europeu, não aceita que a sua independência económica, financeira, orçamental seja tocada por mãos estrangeiras. E não quer o poder judicial da Coroa submetido a tribunais comunitários. Numa palavra: os políticos pró-integração estão a descobrir e a confrontar-se com uma onda de protestos que vêm de todos os cantos das Ilhas Britânicas. Tudo começou com os congressos dos partidos Trabalhista e Conservador que se realizaram, recentemente, em Bournemouth e em Blackpool.

Intenso debate nacional

Duas campanhas acabam de conhecer a luz do dia. De um lado, com Tony Blair ao centro, «Britain in Europe» já atraiu

Adesão ao
«Euro»?
Só pela porta
das traseiras...

Inaceitável demagogia de Blair

O discurso do primeiro-ministro, Tony Blair, em Bournemouth (29.09.1999) deixou a Grã-Bretanha perplexa. «Digo isto ao país: nunca tivemos um governo tão prudente», declarou. E, depois: «A minha missão consiste em fazer da Grã-Bretanha uma nação modelo para o século XXI, uma nação baseada no valor igual de cada um de nós.» Quer ele dizer — uma Grã-Bretanha onde o «valor» de um condutor do «metro» de Londres, o de um jovem sem trabalho ou o de um reformado, seja visto e equacionado de maneira igual a dos presidentes do Barclays ou da British Telecom. Mas o primeiro-ministro, estupidamente, acrescentaria: «O próximo século não nos dará uma batalha entre o socialismo e o capitalismo. Essa batalha será travada entre as forças do progresso e as do conservadorismo. As forças conservadoras, aliadas às do racismo, são a razão porque um dos heróis do século XX, Martin Luther King, está morto.»

Voltando-se para os problemas da Europa observou: «Nos últimos 50 anos, a Grã-Bretanha sofreu entre os Estados Unidos e o Continente, procurando uma identidade nova na realidade pós-imperial. Ponho esta pergunta: o nosso destino está com a Europa, ou não? Se a resposta é “não”, então, devemos sair. Mas isso seria abandonar uma união económica onde se realiza 50% do nosso comércio e da qual milhões de empregos dependem. Seria incerto o nosso futuro económico. Deixaríamos de ser uma grande potência. Não tomaríamos parte nas principais decisões sobre o futuro do continente a que pertencemos. Sair da Europa, seria o fim de mil anos de civilização. Mas, se acreditamos em que o nosso destino está na Europa, é altura de abandonarmos as hesitações

e as meias-medidas características das nossas relações com o continente nos últimos 40 anos. Desempenhemos o nosso papel com orgulho e confiança. Aproveitemos a oportunidade que temos para derrotar as forças conservadoras económicas e políticas que fazem atrasar a Europa.»

Ilusões para perder

Finalmente, quando já se previa que Blair evitasse mencionar o «Euro» disse, com toda a relutância do mundo: «A nossa decisão sobre a união monetária europeia depende da evolução das condições económicas e do consentimento do povo britânico a ser expresso através de um referendo.»

Resumo: Uma profunda retórica sobre a Europa, tudo escrito pelo assessor de imprensa, Alastair Campbell, de quem se diz ser o político mais poderoso do país; sobre o «Euro», a mais delicada entre todas as graves questões do momento. Blair fez, apenas, uma curtíssima observação; na verdade, o palavreado pró-europeu tem um motivo supremo — fazer esquecer o «Euro» até que chegue o momento em que a prudência observada e o aparecimento das tais «condições económicas» justifiquem o primeiro-ministro e a sua maioria absoluta nos Comuns. Então, dirá que será preciso caminhar «rapidamente e em força» para a união monetária não havendo tempo a perder com a organização do referendo. O país, sucumbirá.

Mas não estará Tony Blair perdido num oceano de ilusões? Ele é um político de oportunidade. Tem dúvidas sobre a sua origem, sobre o seu país, sobre o século em que nasceu e sobre o partido que dirige. Na sua mensagem, é tudo embalagem e etiqueta. Nada tem conteúdo. O discurso do primeiro-ministro, como seria de esperar, provocou tempestuosas reacções. Disse-se que a sua arrogância é inacreditável. Notou-se não ser possível culpar os conservadores por todos os males do mundo. «The Daily Telegraph», sublinhou: «Foi só por erro de quem lhe escreveu o discurso, que não apontou ao Partido Conservador a culpa do afundamento do “Titanic” ou do recente empate da selecção inglesa em Varsóvia.» Outros comentadores, com ironia suprema, escreveram: «Já é tempo de considerar-se que 60% de Blair é so “air”!» A ninguém escapou o facto de que o primeiro-ministro não teve uma só palavra para problemas cruciais deste país — as escolas, os hospitais, a criminalidade.

Esta nova situação, abriu os olhos a muitos que não viam a hipocrisia de Blair ou a sua tendência para métodos ditatoriais. Abriam-se, assim, imensas oportunidades ao “leader” dos conservadores, William Hague.

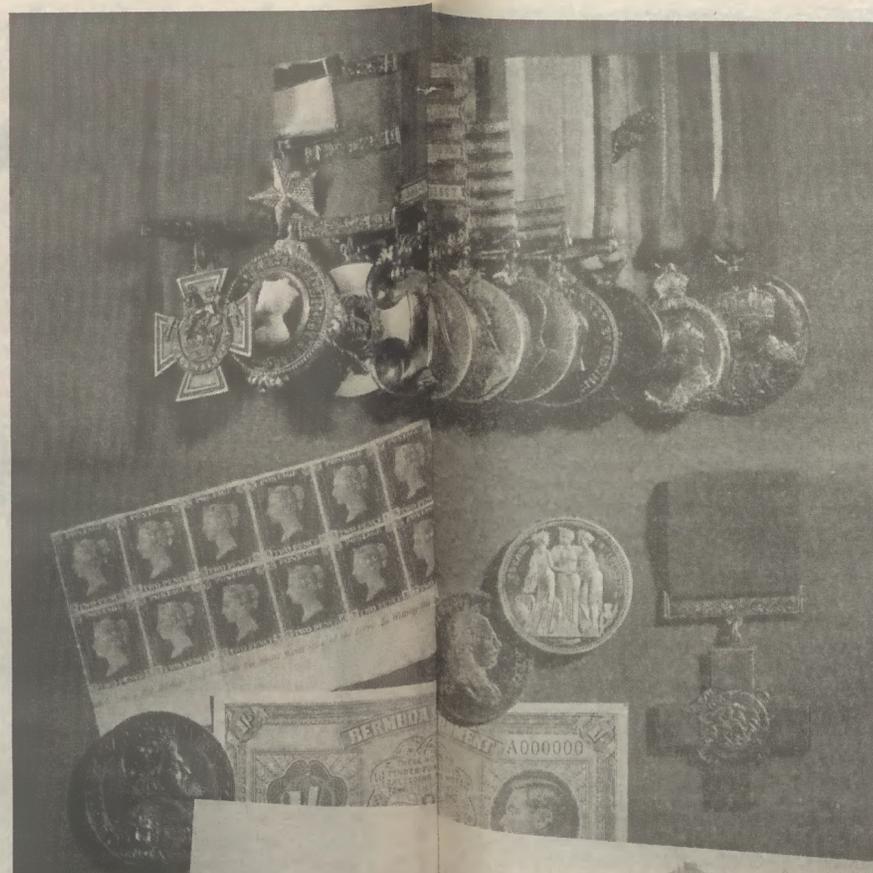
políticos conservadores da linha capitalista globalista, como Michael Heseltine, Kenneth Clarke, Douglas Hurd, Chris Patten. Pretendem esclarecer, na realidade amolecer, a resistência do povo britânico que, por natureza e razões históricas, não está disposto a entregar a independência do país aos burocratas de Bruxelas. O principal aspecto do programa que defende é, segundo o seu próprio registo como entidade colectiva na «Companies House», «trabalhar a favor da adesão do Reino Unido à

moeda única».

Do outro lado, «New Europe» propõe prudência ao povo britânico assinalando ser possível continuar na Europa sem ter de aderir ao «Euro». Esta campanha é liderada por David Owen, um político oportunista, antigo ministro dos Estrangeiros no governo trabalhista de James Callaghan e um dos quatro membros do «gang of four» que fugiram do trabalho para organizar o «Social Democratic Party», agora extinto.

Só o Partido Conservador que, até há pouco, parecia perdido na melancolia do deserto político e não conseguia encontrar o caminho da sua própria regeneração perante o país, tem uma política esclarecida e firme cujos pontos principais são os seguintes: 1) Não ao «Euro»; sim, à continuação da moeda nacional e da independência económica e política; 2) Não, às novas medidas de integração europeia já previstas; 3) Renegociação de todos os Tratados até agora assinados pela Grã-Bretanha.

O povo britânico tem mostrado entusiasmo por estas propostas e unir-se-á para que sejam levadas à prática. Não enten-



de as super-elaboradas explicações de Blair e do «New Labour». Prefere marchar em frente pelos objectivos acima indicados, claros e concretos. O debate nacional à volta destas candentes questões pode levar à desintegração da maioria absoluta de Blair nos Comuns perante a mobilização do país.



A realidade do «New Labour» Governo de duas caras

Os «tories» (!) têm vindo a realizar uma difícil travessia do tempo vazio. A derrota eleitoral de 1 de Maio de 1997 parecia tê-los lançado para o «caixote do lixo da História». Mas William Hague avisou: «Tony Blair é uma fraude. Com ele, o “New Labour” produziu fascínio, admiração — mas, agora, é uma desilusão — em breve, merecerá o desdém de todo o país.» O discurso do «leader» da oposição foi recebido com júbilo (Blackpool, 07.10.1999). A eventual substituição da libra esterlina pelo «Euro», vista com maus olhos por quase toda a Grã-Bretanha, foi o tema central. Mas Hague salientou, também, os métodos do governo que trabalha com maioria absoluta — métodos próprios de uma ditadura. Nas novas condições, a crise de identidade dos conservadores terminou.

Palavras de William Hague, «leader» conservador, em Blackpool:

«Tony Blair e os seus principais ministros, são hipócritas. Mandam os filhos para escolas que tornam inacessíveis aos filhos dos outros. Deslocam-se em poderosos automóveis para fazer 200 metros, apenas, e realizar um discurso. Aconselham as pessoas a não comprar uma segunda casa quando eles próprios possuem três. Nos hospitais, o sistema prefere a realização de intervenções cirúrgicas menores mas suficientes para valorizar as estatísticas. Porém, na realidade, morre-se à espera de uma operação a sério, para sempre adiada. Estamos a importar produtos alimentares que, outrora, não permitíamos nos nossos supermercados. O primeiro-ministro desenvolve esforços para abolir a nossa moeda nacional e pôr fim à independência do país. O governo do “New Labour”, com a sua maioria absoluta que resultou numa ditadura, é um governo de

duas caras, o mais intolerante, o mais arrogante que temos conhecido. Não duvido de que a Grã-Bretanha precisa de uma revolução... que nos faça reconquistar o senso comum.»

E acrescentou: «Antes das eleições, Tony Blair prometeu lutar contra os aumentos de impostos, contra a criminalidade, pelos interesses britânicos na Europa. Foi esta a grande vigarice. Temos de pôr fim às importações de produtos alimentares que não correspondem às normas de higiene e qualidade que exigimos. Esses produtos, apesar da etiqueta “made in Britain”, não são originários deste país. O Estado, quando os hospitais não podem garantir operações urgentes, deve pagá-las em instituições particulares. Alunos que vagueiam pelas ruas quando deviam estar nas aulas, deviam ser detidos pela polícia e remetidos às respectivas escolas.»

«Venham comigo!»

Finalmente, aquilo que todo o país ansiava por ouvir: «A Grã-Bretanha não tem de sentir-se envergonhada por ter a sua própria moeda nacional, a libra esterlina. Ninguém está convencido quanto ao real valor do “Euro”. As implicações da adesão à moeda única sobre o nosso direito de nos governarmos à nossa maneira podem ser imensas. As vantagens em manter a libra esterlina podem ser enormes. Salvemos a nossa moeda nacional! Se acreditam que o nosso país corre o perigo de perder a independência, venham comigo! Se acreditam que a Grã-Bretanha é um país capaz de trabalhar com todos os outros mas sem jamais se submeter a ser governado por estrangeiros, venham comigo!»

Foi isto que entusiasmos o país. Os conservadores, naturalmente, não estão isentos de

responsabilidades no processo de concessões feitas aos burocratas da chamada União Europeia. Desde Edward Heath a John Major, passando pela própria Margaret Thatcher, todos comprometeram a soberania do país em nome dos interesses do «big business». Mas quando a hora decisiva se aproxima e o Partido Trabalhista caiu cativo daqueles interesses pela mão dos blairistas, os «tories» descobriram a luz ao fundo do túnel. O povo destas Ilhas, sempre tão orgulhoso da sua História e da sua liberdade, acompanhará William Hague. Agora, é Tony Blair quem não consegue encontrar-se, a aguzar pelo tom impreciso e retórico do seu discurso. Ele é, de facto, uma fraude.

(!) «Tories» (tories) no plural, significava, antigamente, um bandido católico irlandês. O partido «Tory», fundado por Dunby e consolidado por Disraeli, é dos proprietários rurais, do clero anglicano, do patronato, sempre com aliados noutras classes sociais.



Os britânicos são sensíveis às suas «imagens de marca» e não dirão sim a uma integração que comprometerá a independência



BLACKPOOL
by Fortunino Matania R.J.

«Valorizar o trabalho,
dignificar os trabalhadores»

CGTP abre o debate para o IX Congresso



A CGTP-IN divulgou segunda-feira aos jornalistas os principais documentos preparatórios do seu próximo congresso, marcado para 10 e 11 de Dezembro, na antiga FIL (Centro de Congressos de Lisboa), e que deverá contar com a participação de um milhar de delegados.

Tendo por lema «Valorizar o trabalho, dignificar os trabalhadores», o congresso vai estar, a partir de agora, no centro das atenções dos sindicalistas. Antes do Verão, o Conselho Nacional já havia aprovado o regulamento, bem como a data, o local e o lema. Na semana passada, o órgão dirigente da CGTP aprovou o projecto de Programa de Acção (de que aqui reproduzimos alguns excertos) e propostas de alterações aos Estatutos.

Ao apresentar os documentos que vão servir de base à discussão na reunião magna da Intersindical Nacional, Carvalho da Silva solicitou a atenção da comunicação social para que, a partir de agora, se alargue e aprofunde a divulgação e debate das apreciações e propostas explanadas ao

longo de duas centenas de páginas. Ao Programa de Acção para os próximos 4 anos (nos estatutos propõe-se que passe a ser esta a duração normal dos mandatos no movimento sindical unitário) deverão juntar-se ainda 4 resoluções, informou o coordenador da CGTP: uma sintetizando as reivindicações «mais ou menos imediatas», outra sobre a reforma fiscal (classificada como «a mãe de todas as reformas»), uma terceira sobre políticas de emprego, e, por fim, os problemas relacionados com o Estado, a Administração Pública, a cidadania, os serviços públicos e as privatizações.

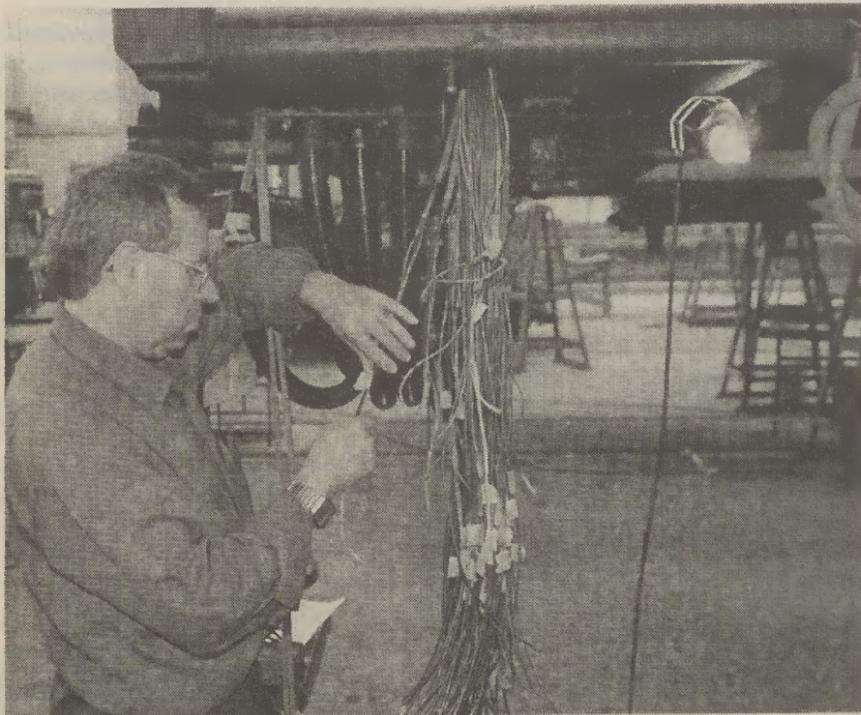
longo de duas centenas de páginas.

Ao Programa de Acção para os próximos 4 anos (nos estatutos propõe-se que passe a ser esta a duração normal dos mandatos no movimento sindical unitário) deverão juntar-se ainda 4 resoluções, informou o coordenador da CGTP: uma sintetizando as reivindicações «mais ou menos imediatas», outra sobre a reforma fiscal (classificada como «a mãe de todas as reformas»), uma terceira sobre políticas de emprego, e, por fim, os problemas relacionados com o Estado, a Administração Pública, a cidadania, os serviços públicos e as privatizações.

No encontro com os jornalistas, Carvalho da Silva – que estava acompanhado por Américo Nunes, Carlos Trindade, Maria do Carmo Tavares e Ulisses Garrido, membros da Comissão Executiva da Inter – esclareceu que um capítulo do Programa de Acção resultou do estudo sobre a situação do emprego, apresentado na Conferência Nacional sobre Organização, enquanto o conceito de precariedade deverá continuar a ser analisado no trimestre após o congresso.

Na preparação do congresso a central procura também «abrir uma reflexão» sobre os temas internacionais. Carvalho da Silva destacou ainda o propósito de conseguir «um salto qualitativo na acção reivindicativa».

Comentando as alterações propostas aos Estatutos, o sindicalista considerou que o facto de o coordenador passar a ser designado como secretário-geral corresponde apenas a uma aproximação ao léxico mais usual, designadamente nas organizações sindicais europeias e internacionais, sem implicar quaisquer alterações nas funções ou no conteúdo do cargo.



A culpa é da globalização?

«A globalização é um conceito controverso, já que o espaço económico internacional é profundamente hierarquizado, com os EUA, a UE e o Japão a concentrarem o grosso das actividades económicas, ao mesmo tempo que se agravam os desequilíbrios mundiais na distribuição do rendimento e da riqueza, com continentes inteiros marginalizados. Daí que a CGTP-IN desde sempre se tenha batido por uma ordem mundial mais justa e equilibrada, que promova o desenvolvimento e reduza as grandes diferenças de nível de vida entre países do Norte e do Sul, que criam injustiças e são um dos principais factores da conflitualidade na actualidade.

«A globalização tem sido invocada para explicar um elevado e persistente desemprego nos países da UE. Não é, no entanto, claro que o comércio com os países do Terceiro Mundo, bem como o investimento externo, constituam as causas do desemprego, devendo antes ser consideradas a natureza das políticas macroeconómicas seguidas, endurecidas no quadro da transição para a moeda única, e, em particular, os efeitos no emprego do nível da procura global e do nível de investimento.

«Uma maior integração das economias no mundo dá hoje uma maior actualidade ao problema da existência de normas mínimas de trabalho a nível universal. Tais normas mínimas desenvolveram-se sobretudo no âmbito da OIT. Discute-se também a inclusão de cláusulas sociais nos acordos de comércio internacional.

«A CGTP-IN defende a valorização do papel da OIT e das normas internacionais de trabalho, incluindo as normas fundamentais. Existe um importante corpo legislativo, mas que muitos países ignoram, incluindo os países mais desenvolvidos, de que é exemplo gritante o dos Estados Unidos. Daí a importância de obter compromissos e decisões concretas e efectivas a nível mundial e também a nível comunitário sobre a ratificação, o cumprimento e a eficácia destas convenções.

«A CGTP-IN defende também o desenvolvimento do comércio na base de introdução de regras para uma competição leal que promova um desenvolvimento equilibrada a nível mundial e respeite normas ambientais e sociais, particularmente por uma cláusula social nos acordos de comércio internacional, na base das Convenções fundamentais da OIT.»

(A globalização e os problemas do emprego, ponto IV.2.3.)

Precariedade e outros expedientes

«Na realidade portuguesa a precariedade pouco tem a ver com a natureza sazonal ou com necessidades ocasionais ou excepcionais, mas antes como expediente para os empregadores não aplicarem a legislação de trabalho, não cumprirem as obrigações sociais e reduzirem os custos com o trabalho. É esta lógica que explica as estratégias de substituição de trabalhadores permanentes por precários; o desenvolvimento do falso emprego independente (os «recibos verdes»); os abusos na contratação a prazo; o recurso injustificado à subcontratação.

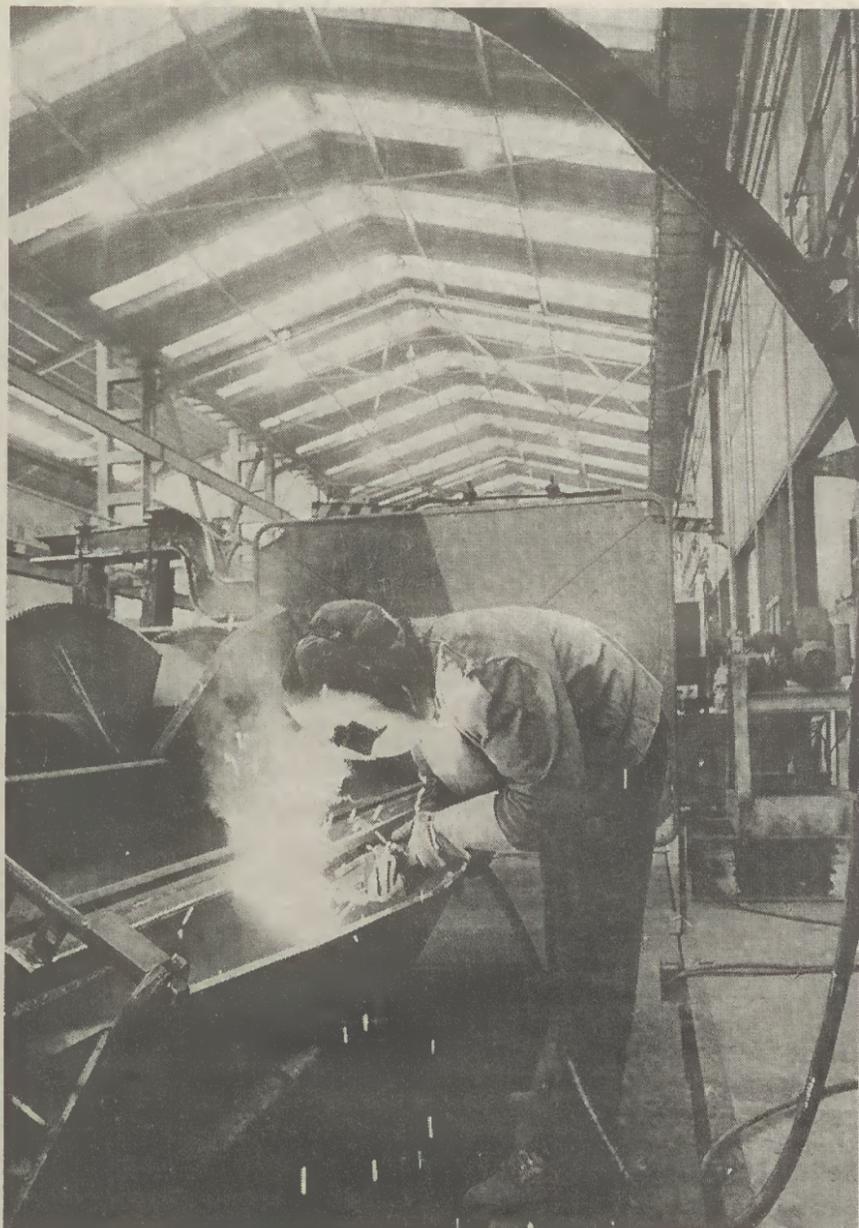
«Têm-se também desenvolvido as chamadas «novas formas de emprego», nome que, com frequência, oculta formas de emprego caracterizadas por uma maior instabilidade, por baixos salários e por más condições de trabalho. É assim que estão em expansão o emprego a tempo parcial, o trabalho temporário, o trabalho independente e o teletrabalho. As mudanças tecnológicas constituem a principal razão invocada para justificar o desenvolvimento dos contratos não permanentes. O novo paradigma tecnológico imporia estes con-

tratos; os governos nada poderiam fazer, para além de estabelecerem algumas normas reguladoras. Esquece-se que os governos – em Portugal como noutros países – têm incentivado o desenvolvimento destas formas, através da subsidiação destes empregos, sendo exemplo expressivo o emprego a tempo parcial.

«Para a CGTP-IN, a questão de fundo não está no dilema da aceitação, logo da regulamentação destas formas de emprego, face à sua não aceitação. O problema está em defender o princípio da estabilidade de emprego, que a Constituição e normas internacionais de trabalho consagram. A segurança no emprego tem efeitos positivos no clima laboral e no incentivo à formação, tendo portanto consequências favoráveis no crescimento da produtividade. A estabilidade de emprego não é contraditória com a mobilidade do trabalhador, já que esta é entravada sobretudo pelo baixo nível de qualificação dos trabalhadores.»

(A precariedade e as novas formas de emprego, ponto IV.3.)





Onde está a produtividade?

«O facto de Portugal ter uma estrutura produtiva atrasada, com um grande peso de activos não assalariados, nomeadamente nos sectores da agricultura, pequeno comércio e restauração, pesa negativamente na média nacional da produtividade e não constitui uma indicação realista do que se passa nos sectores da indústria transformadora, por exemplo.

«A nível de empresas, e mesmo nalguns sectores, a situação pode ser bem diferente. São conhecidos os exemplos de algumas multinacionais recentemente instaladas em Portugal cujos responsáveis reconhecem que os níveis de produtividade alcançados no nosso País são semelhantes aos alcançados nos seus estabelecimentos de países mais desenvolvidos. Por exemplo, no caso da Ford-Volkswagen, com o equipamento moderno e com a organização de trabalho existente, incluindo os cursos de formação profissional ministrados, os níveis de produtividade alcançados são semelhantes aos da Alemanha, embora os salários em Portugal sejam cerca de um quarto dos salários na Alemanha. Também o caso da Continental Mabor é um significativo exemplo de elevado nível de produtividade obtido hoje, depois da reestruturação. E, curiosamente, cerca de 70 por cento dos recursos humanos são os mesmos que lá laboravam quando a empresa estava em crise.»

(...)

«O caso de trabalhadores do sector da construção civil, que emigram de Portugal para a

Suíça e aí encontram emprego no mesmo sector, é outro exemplo retirado da vida real. Depois de seguirem uma formação profissional adequada e de se integrarem na organização de trabalho da empresa suíça, são capazes de alcançar níveis de produtividade próximos dos restantes trabalhadores. Ou seja, a razão essencial que explica as diferenças nos níveis de produtividade vem, talvez mais, da organização do trabalho e do equipamento disponível, do que das capacidades e da formação de base dos trabalhadores, embora este factor seja muito importante para permitir a absorção da formação profissional.

«A maior responsabilidade dos atrasos dos níveis de produtividade da economia portuguesa poderá situar-se, por um lado, nos responsáveis da gestão das empresas que não investiram seriamente na sua modernização, preferindo manter a competitividade baseada nos baixos salários (ou na desvalorização do escudo, quando se verificou para favorecer o sector exportador). Poucas vezes é referido que os níveis médios de escolarização dos patrões e trabalhadores isolados são tão baixos como o dos trabalhadores assalariados e que esta limitação marca negativamente a organização das empresas e as suas possibilidades de modernização. Por outro lado, terá de se considerar também os atrasos na reestruturação administrativa e em dificuldades de relacionamento do Estado com empresas.»

(A questão da produtividade, ponto IV.5.4.)

Novas tecnologias velhas ameaças

«Os conteúdos do trabalho têm-se vindo a modificar em resultado de evoluções nas estruturas produtivas, da introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho. Nas últimas décadas, verificou-se uma forte quebra dos empregos agrícolas, aliada a uma perda relativa do emprego industrial, a favor de actividades de serviços. Por outro lado, intensificou-se a concorrência entre as empresas, a pressão sobre os custos de trabalho e ganharam força na sociedade os valores da competitividade.

«Uma das consequências principais destas evoluções foi a deslocação dos empregos para actividades com uma carga nervosa mais acentuada, ainda que se mantenha o trabalho que requer um maior esforço físico. Por outro lado, observam-se tendências para a intensificação do trabalho, derivada da maior concorrência entre as empresas e da redução dos efectivos (políticas de "racionalização").

«Daqui resultou um forte agravamento do nível de stress no trabalho, que já não é característico de determinadas categorias profissionais ou de funções profissionais com maiores exigências de responsabilidade, mas que é praticamente inerente a todas as profissões, apresentando um carácter estrutural ou endémico, cujas consequências estão longe de estar avaliadas, quanto mais combatidas.

«A organização do trabalho está cada vez mais condicionada à competitividade. A amortização rápida dos equipamentos está a conduzir ao aumento do trabalho

por turnos e nocturnos; os horários de trabalho estão cada vez mais sujeitos às flutuações da actividade das empresas ou dos serviços; a flexibilidade funcional é cada vez mais um meio de redução de custos com o pessoal; a precariedade de emprego leva a que os trabalhadores aceitem trabalho sem direitos e com condições de trabalho regressivas. O princípio de que

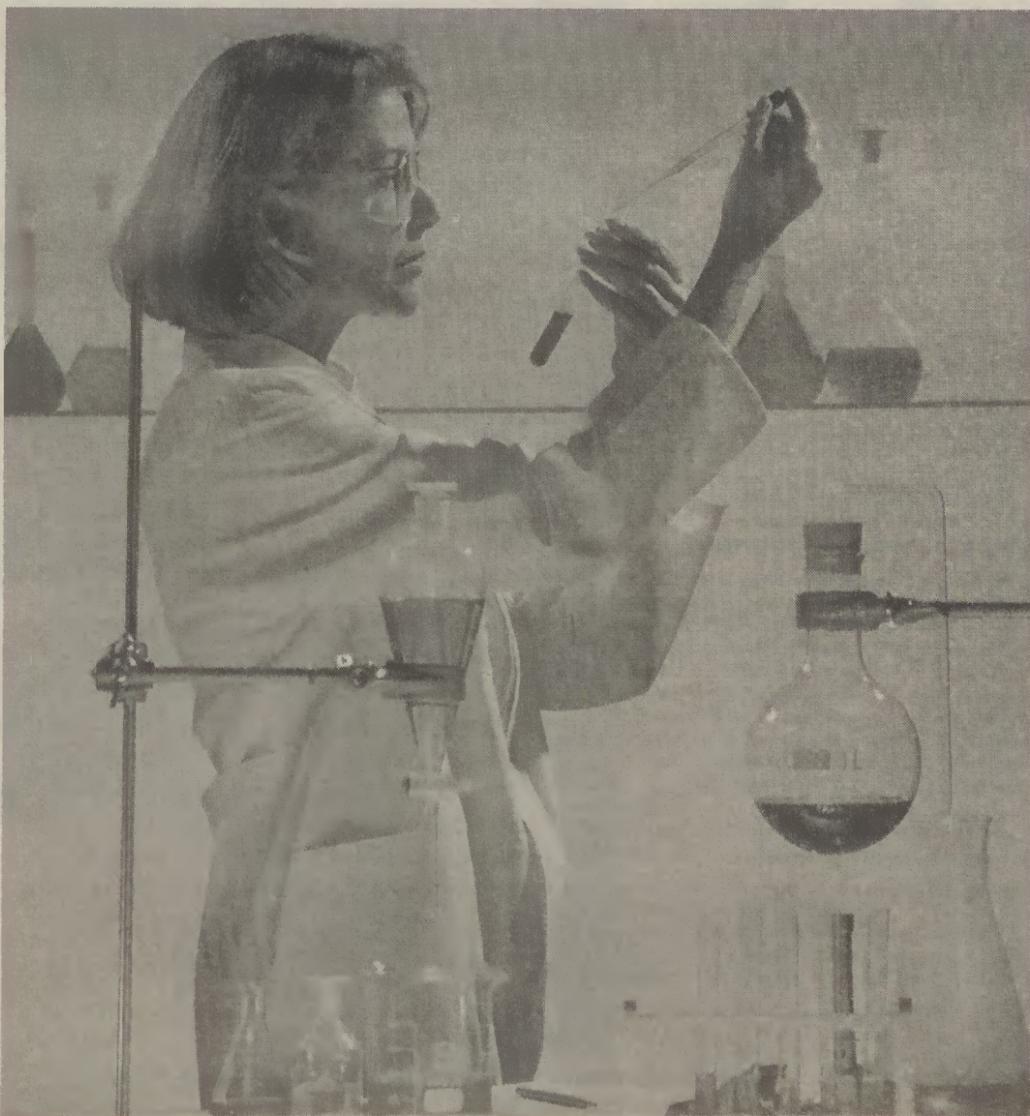
a organização do trabalho se deve subordinar às necessidades das pessoas é ignorado.

«A introdução de novas tecnologias tem também um profundo impacto sobre o emprego e sobre o conteúdo e as condições de trabalho: reorganizações produtivas, alterações no conteúdo das profissões, nos condições de trabalho, nos horários, etc. Tais

impactos não são tecnologicamente determinados, porque dependem de escolhas sociais. Por isso, a CGTP-IN defende um maior papel da convenção colectiva e da lei na regulação social, em particular: nas consequências das reestruturações; na protecção da saúde no trabalho; na direito à formação contínua; na fixação dos horários de trabalho; no trabalho com écrans de visualização com a fixação de pausas ou mudanças de actividade por forma a reduzir a pressão do trabalho com o visor.

«Um problema particular respeita à protecção dos dados pessoais dos trabalhadores, cujo tratamento deve obedecer aos limites e condições impostas pela Constituição e pela lei. São, em princípio, abusivas quaisquer formas de recolha, tratamento e utilização de dados pessoais dos trabalhadores no interior das empresas, incluindo a vigilância electrónica, cuja finalidade exceda as necessidades de processamento de remunerações ou outros procedimentos administrativos de mera gestão dos serviços, sobretudo se forem susceptíveis de violar o princípio da proibição do tratamento de dados sensíveis (convicções políticas ou religiosas, origem étnica ou racial, vida privada, saúde).»

(Organização do trabalho e o impacto das novas tecnologias sobre os direitos dos trabalhadores, ponto IV.8.)



Euro-2004

A escolha de Portugal para a realização do campeonato de futebol Euro-2004, decidida recentemente pela UEFA, desencadeou um coro de protestos na generalidade dos órgãos de comunicação social espanhola, quer através de artigos, opiniões e comentários de jornalistas e comentadores profissionais com lugar cativo nesses órgãos, quer veiculando posições dos mais diversos responsáveis e eminências do país de «nuestros hermanos». De tão irreprimivelmente ferida, a indignação destes espanhóis roçou o patético e estendeu-se ao desbocamento puro e simples, ora ridicularizando com grosseira sobrançeria as alegadas fragilidades de Portugal no capítulo das infra-estruturas desportivas, viárias e hoteleiras, ora desenrolando mirabolantes e presunçosas «teorias da conspiração» que teriam por alvo a excelsa Espanha, repentinamente cercada por conspiradores internacionais cujo grande objectivo na vida seria prejudicar o grande país ibérico.

PONTOS
CARDEAIS

Apenas duas notas. Primeira. Se a Espanha é assim tão grande e grandiosa (o que não configura, exactamente, a mesma coisa - e estes «indignados» espanhóis reivindicam ambas), porquê reagir tão primariamente à preterição de uma simples candidatura de futebol? É que se a grandeza de Espanha fica assim tão derreada por não albergar o Euro-2004, cresce a suspeita de que o seu tamanho - pelo menos na cabeça destes seus patrióticos defensores - não vai além do pontapé na bola... Segunda. No meio de tanta revolta e denúncias de «conspiração», estes indignados espanhóis esqueceram-se de referir a inacreditável basófia dos seus representantes no escrutínio, e em vésperas da decisão final, afirmando publicamente que a Espanha já tinha garantidos 11 dos 16 votos que, no júri da UEFA, iriam escolher uma das três

candidaturas. Afinal quem é corrupto, conspirador... e subdesenvolvido?!...

«Seguranças»

Num comunicado enviado do Bailundo para a agência Lusa, a UNITA de Jonas Savimbi faz saber que a criação de um escritório das Nações Unidas em Angola, decidida pelo Conselho de Segurança, resulta de um «acordo bilateral» com o Governo de Luanda e persegue «fins inconfessos», dado que a UNITA «não foi consultada». Assim sendo, a dita cuja UNITA sente-se «desobrigada de respeitar os mecanismos de segurança do pessoal da ONU», pelo que «não pode garantir que o pessoal internacional se movimente em segurança» no território de Angola. Mais do que uma declaração, estamos perante uma autêntica confissão. A confissão, pela própria UNITA, de que é ela a responsável

pelo crime, a violência e a insegurança que campeiam em Angola...

A carta

Uma carta do século XVII, assinada por um padre jesuíta da corte de Pequim e dirigida ao rei de Portugal, atesta a legitimidade da presença portuguesa em Macau e contraria os historiadores que garantem não haver qualquer documento escrito que ateste ou testemunhe que o território foi dado a Portugal. E não se trata de um jesuíta qualquer: o autor da carta é o padre jesuíta Ferdinand Verbiest, personalidade muito conceituada junto do imperador Kang-hsi e por este nomeado presidente do Tribunal de Matemáticas. É claro que esta carta não aquece nem arrefenta ao actual processo de devolução do território à República Popular da China, nem ela nem o documento mais categórico que por aí pudesse aparecer a confirmar a tese, sempre defendida em Portugal, de que o território de Macau fora doado e não tomado pela força. De qualquer modo, não deixa de ser interessante o aparecimento deste documento, quanto mais não seja por indiciar que, neste episódio histórico, afinal os mentirosos não estavam do lado de cá...

Mais barato?

Parece que o preço da electricidade vai baixar, a fazer fé na entidade reguladora do sector, que anunciou esta semana uma proposta para baixar as tarifas em 0,6% para o próximo ano. Só que (ai, as adversativas...) tal baixa não se vai reflectir no consumidor individual, mas nas empresas. Pois claro, em quem se havia de reflectir? É como os telefones ou a água, os combustíveis ou os transportes, as isenções fiscais ou seja lá o que for: tudo é anunciado (de preferência em épocas pré-eleitorais) com baixas em «benefício ao consumidor» mas, depois e na prática, este continua sempre a pagar o mesmo (quando não mais) e os «benefícios» vão para os do costume, a minoria que manda e detém o poder económico...

PONTOS
NATURAIS

■ Mário Castrim

Luís

I
Eu súbito infantil
no balancé
da hora

A hora em que
o dia
abre aquele sorriso
de quem pede desculpa
por alguma coisinha
aquela hora em que se estabelece
(ai como é que os pernósticos dizem...)
uma certa cumplicidade
não se sabe bem
com quem
ou a razão
aquela hora
de algum distante adeus.

Aquela hora em que deve ter nascido
Deus.

II
Eu era até
um homem
um cidadão
relativamente
sossegado
digerindo
o resultado
das eleições.
A CDU voltava a ser
terceira força
(ah, a magia do pódio!)
vingava-me
(maneira de dizer...)
de ouvir o Portas:
«O voto no CDS-PP é eficaz porque
nos faz ficar à frente
dos comunistas»...

Eu sei que estes são
os pobres jongleurs
dos circos pobres das feiras.
A História passa
nem olha.

Acabam a sessão
dobram a manta
sacodem o pó
(ou não sacodem)
lá se vão
para outra
e ninguém mais
se lembra deles.
Danar-me?
Eu sei que é mau.

Mas que diabo, um homem
não é de pau.

III
Eu estava por acaso
ligado
ao CNL.
O canal
vai no princípio de vida
o crítico precisa
de ir acompanhando
eu digo até: com alegria
a alegria de ver
uma planta nascer
crescer
lance após lance
(se ser poeta é isto
então eu sou capaz
de ter alguma chance).

Foi quando
o relâmpago
caiu.
Luís, disse eu,
Luís
não tinhas o direito
não, tu não nos podias
fazer isso!

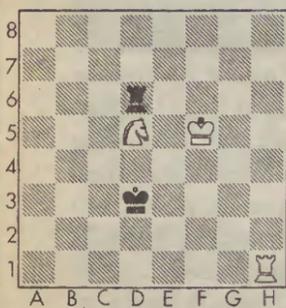
Dentro dos olhos
a lágrima ficou
uma pedra de gelo.

XADREZ

DCCXXVI - 21 DE OUTUBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X37

Por: Henri Rinck
«Basler Nachrichten» - 1950

Pr.: [2]: Td6 - Rd3
Br.: [3]: Cd5 - Th1 - Rf5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999X37 [H. R.]

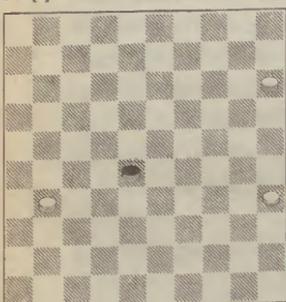
1. R65, Td8 / d7; 2. Td1 +, R-; 3. Cc3 / Cc3 + e.g.
A. de M. M.

DAMAS

DCCXXVI - 21 DE OUTUBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D37

Por: Charles Alix - França, 1860

Pr.: [1]: 28
Br.: [3]: 15-31-35



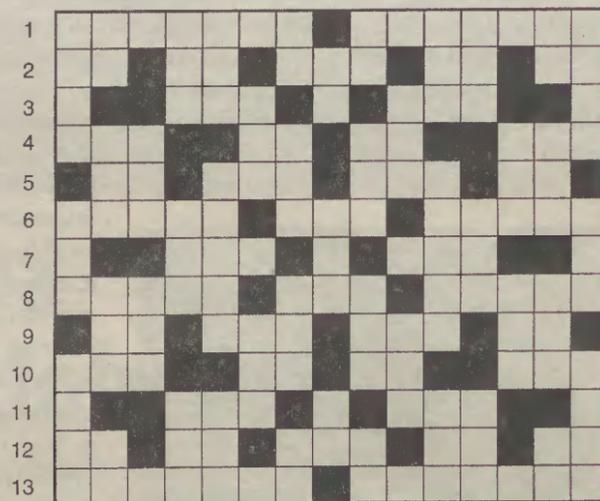
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999D37 [Ch. A.]

1. 15-10, (28-33)*; 2. 10-5, (33-39); 3. 5-28, (39-43); 4. 31-26, (43-48 = D); 5. 28-37 e.g.
(43-49 = D); 6. 5-28-44 e.g.
7. 31-26, (38-43); 8. 5-28-5-28 e.g. como antes.
9. 31-26, (38-42); 4. 5-37, (42-31); 5. 26-37 e.g.
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Antiga máquina hidráulica, em que o movimento da água produz sons semelhantes à voz do melro (pl.); planalto pequeno (pl.). 2 - Alumínio (s.q.); olhei; eternidade; antiga nota dó; acusada. 3 - Aqueles; carta ou documento escrito numa só folha. 4 - Parte inferior ou pendente de certas peças de vestuário; comparecia; Cromo (s.q.); a primeira mulher. 5 - Também (arc.); parte inferior do pão; o sonho dos meninos (pl.); forma arcaica de mim. 6 - Magnetiza; dez vezes dez; deseja ardentemente. 7 - Composição poética, própria para o canto; bolo chato e circular feito de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia. 8 - A cor do sol; chefe etíope; ter tonturas de cabeça. 9 - Ósmio (s.q.); passa para fora; aqui está; Érbio (s.q.). 10 - Aférese de para; carta de jogar; Rádio (s.q.); aguardente de melação. 11 - Esplendor (fig.); suavidade (fig.). 12 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; grito (bras.); graceja; utensílio de cozinha. 13 - Iluminar; chuparam.

VERTICAIS: 1 - Mamífero americano da fam. dos roedores; igualdade (pref.); parte anterior do navio. 2 - Artigo antigo; felicidade; o rubor das faces; Cloro (s.q.). 3 - Unidade das medidas de capacidade para secos, usada em Damão; grande barbatana peitoral de alguns peixes. 4 - Bago da videira; ponto de inserção das folhas nos ramos ou no caule (pl.); o tio americano. 5 - Atilho; parte esquerda ou direita de qualquer objecto (pl.); elemento de formação que exprime a ideia de boca. 6 - Senhora (bras.); formosa porcelana amarela fabricada na China, no séc. XVII. 7 - Igreja episcopal ou patriarcal; apelido de heróina francesa; moças, antiga cidade da Caldeia. 8 - Nome de letra; ave corredora semelhante à avestruz; o mais (ant.). 9 - Pedra de moinho; na companhia de; criatura; aqueles. 10 - Rezo; dirigiam-se (fig.). 11 - Ponto cardeal oposto ao norte; batráquio anuro semelhante à rã (pl.); unidade de trabalho em todas as suas formas. 12 - Nome da sétima letra do alfabeto grego; grande embarcação; bagaço de que se faz aguapé. 13 - Nome de letra; rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodo. 14 - Modo (fig.); cruel; sapo do Amazonas; rapaz (pop.). 15 - Enxuta; principal rio suíço; gemem (pop.).

SOLUÇÃO:
15 - Seca; Art; miam.
10 - Oro; jam; 11 - Sul; sapos; erg; 12 - Eta; nau; ita; 13 - Eme; rec; 14 - Art; vil; art; pa.
5 - Lio; ladost; ori; 6 - Sít; ad; 7 - Sc; Art; rsi; Lt; 8 - Vei; ema; al; 9 - Mú; com; ser; os.
VERTICAIS: 1 - Marta; iso; proa; 2 - Em; bem; con; Cl; 3 - Art; asa; 4 - Uva; mós; Sam; mart; sugaram.
9 - Or; sst; eis; Er; 10 - Pra; as; Ra; rum; 11 - Sol; ml; 12 - Oc; art; ul; r; 13 - Alu-
Cr; Eva; 5 - Er; lart; ois; ml; 6 - Imara; com; anela; 7 - Ode; apa; 8 - Ocaso; rsi; ouara;

HORIZONTAIS: 1 - Mértias; mesetas; 2 - Al; vi; evo; ur; ré; 3 - Aosi; oia; 4 - Abat; lat; 5 - Lio; ladost; ori; 6 - Sít; ad; 7 - Sc; Art; rsi; Lt; 8 - Vei; ema; al; 9 - Mú; com; ser; os.
VERTICAIS: 1 - Marta; iso; proa; 2 - Em; bem; con; Cl; 3 - Art; asa; 4 - Uva; mós; Sam; mart; sugaram.
9 - Or; sst; eis; Er; 10 - Pra; as; Ra; rum; 11 - Sol; ml; 12 - Oc; art; ul; r; 13 - Alu-
Cr; Eva; 5 - Er; lart; ois; ml; 6 - Imara; com; anela; 7 - Ode; apa; 8 - Ocaso; rsi; ouara;

PUB

AGENDA

Álvaro Cunhal

A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril

(A contra-revolução confessa-se)

edições
Avante!

publicadas em colaboração com a Associação de História da Revolução de Abril

Preço: 2,460\$00

Desejo receber o livro
«A VERDADE E A MENTIRA NA REVOLUÇÃO DE ABRIL», de Álvaro Cunhal
Junto envio cheque n.º Banco

Nome

Morada

Código Postal Telef:

Enviar para: Edições «Avante!», SA
Al. St. António dos Capuchos, 6-B • 1169 - Lisboa

(Da Introdução)

Na acção política, a verdade constitui um valor identificador de uns e a mentira uma prática viciosa e sistemática de outros. Dos partidos e fora dos partidos. Revelaram-se, na Revolução de Abril e na contra-revolução, como elementos característicos da identidade de cada partido e das suas diferenças. Também dos vários sectores militares. A novidade, sobretudo a partir do 20.º aniversário do 25 de Abril, é que, destruídas muitas das principais conquistas da Revolução e em vias de institucionalização os objectivos estratégicos contra-revolucionários já alcançados pela prática de sucessivos governos, as forças da contra-revolução e seus protagonistas *abriram-se em confissões*.

Confissões individuais, abundantes e prolixas, soltas, incompletas, parciais e dispersas. Esclarecedoras também, seja cada uma por si, seja quando, cerzidas as mil e uma peças do *puzzle*, se completam umas às outras.

Valiosas para a história da Revolução de Abril e da contra-revolução. Valiosas para que se conheçam e reconheçam verdades sempre afirmadas pelo PCP, então desmentidas pelas mentiras da contra-revolução.

Daí a ideia deste ensaio: *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*.

Reuniões e plenários

PORTO

Reunião distrital de eleitos autárquicos com a participação do camarada Daniel Branco
Sábado, 23, às 15h, no CT da Boavista

Reunião de militantes do Sector Intelectual com a participação do camarada Henrique de Sousa
Segunda-feira, 25, às 21h30, no CT da Boavista

SACAVÉM

Plenário do Sector de Empresas de Loures e Odivelas com a participação do camarada Jerónimo de Sousa
Sexta-feira, 22, às 18h30, no CT de Sacavém

ALMADA

Plenário de militantes da freguesia do Laranjeiro sobre os resultados eleitorais e as perspectivas de intervenção do PCP: sábado, 23, às 16h, no Centro de Trabalho do Laranjeiro. Convívio no final.



LISBOA

Plenário de militantes da Organização dos Bancários de Lisboa, sobre a situação política e social, resultados eleitorais e conclusões da reunião do CC: sexta-feira, 22, às 17h30, no CT Vitória

OEIRAS

Reunião da Comissão Concelhia sobre os resultados eleitorais e as tarefas do Partido, com a participação do camarada António Andrez: segunda-feira, 25, das 19h30 às 22h, no Centro de Trabalho de Algés.

PALMELA

Plenário concelhio de militantes para análise de resultados eleitorais e discussão de tarefas prioritárias, com a participação de Jorge Pires: sexta-feira, 22, às 21h30, no Centro de Trabalho de Pinhal Novo.

SEIXAL

Plenário da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal, para análise dos resultados eleitorais, questões da Organização e tarefas em curso, com a participação do camarada José Casanova: segunda-feira, 25, às 17h30, no auditório do Centro de Trabalho

SINTRA

Plenários de militantes para discussão dos resultados eleitorais no concelho e planos de trabalho e intervenção do Partido em cada uma das freguesias:

- em **Queluz**: hoje, quinta-feira, às 21h30, no CT de Queluz, com a participação do camarada Alexandre Teixeira;
- no **Algueirão**, sexta-feira, 22, às 21h30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada António Andrez;
- em **Mira Sintra**, sábado, 23, às 15h, plenário da organização local no «Desportos e Juventude de Mira Sintra»

PEDRO RAMOS DE ALMEIDA

SALAZAR

BIOGRAFIA DA DITADURA

Um livro de análise histórica, construído numa base cronológica (servido por dezenas e dezenas de páginas de índices onomásticos e analíticos), é proposto pelo autor como via predominante de conhecimento e arquivo de factos: porque assim se pode acompanhar, mais global e pessoalmente o processo de crescimento, transformação e definição do ser, acção e consciência de António Oliveira Salazar, na sua intervenção ideológica, social e política, na afirmação e desenvolvimento contraditórios do Estado

fascista e colonialista português: Uma via de crescimento e de mudança que culminará já depois da morte, na sua derrota, numa ampla e multifacetada crise revolucionária.

Preço: 5,565\$00

Desejo receber o livro
«SALAZAR - Biografia da Ditadura», de Pedro Ramos de Almeida
Junto envio cheque n.º Banco

Nome

Morada

Código Postal Telef:

Enviar para: Edições «Avante!», SA
Al. St. António dos Capuchos, 6-B • 1169 - Lisboa

TELEVISÃO

Quinta, 21

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 09.15 Malha de Intrigas
 10.00 Praça da Alegria
 11.25 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.40 A Usurpadora
 16.00 Amigo Público
 17.00 Infantil
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.05 A Lenda da Garça
 21.45 Lições do Tonecas
 22.25 Grande Entrevista
 24.00 24 Horas

Sexta, 22

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 09.15 Malha de Intrigas
 10.00 Praça da Alegria
 11.25 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.40 A Usurpadora
 16.00 Amigo Público
 17.00 Infantil
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.05 Lenda da Garça
 21.45 Companhia do Riso
 22.30 Dragão de Fumo
 23.30 Passeio da Fama



Beethoven é esta semana o compositor retratado na excelente série britânica em transmissão ao domingo na RTP2

00.50 Morte no Paraíso (Longa-Metragem)

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.45 Derrick
 16.30 Tesouros do Mundo Antigo
 17.30 Matas, Bosques e Brenhas
 18.00 Informação Religiosa
 19.00 Juvenil
 20.30 Riscos
 21.00 Conrad Bloom
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.40 Acontece
 23.05 Juízo Final
 23.35 No Rasto do Mal
 00.30 1914/18 - A Grande Guerra e o Nosso Século

- SIC**
 08.00 Buêré
 10.00 Sic 10 Horas
 12.00 Zázá
 12.30 Malucos do Riso
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 15.40 Fátima Lopes
 18.00 Andando nas Nuvens
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Suave Veneno
 22.00 Esta Semana
 23.30 Loucuras de um Recruta (de Howard Zieff, EUA/1980, com Goldie Hawn, Eileen Brennan, Armand Assante. Comédia)
 01.30 Último Jornal
 02.05 Dra. Quinn
 03.05 Portugal Radical

- TVI**
 09.00 Animação
 11.45 Estrela de Fogo
 12.15 Sangue do Meu Sangue
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 14.30 Samantha
 15.30 Colégio Brasil
 16.00 Animação
 18.30 S.O.F. - Força especial
 19.30 Directo XXI
 20.00 Tiro e Queda
 21.00 Directo XXI
 21.15 República & Bananas
 21.45 Um por Todos
 23.15 A Bola É Nossa
 01.00 Testemunha em Perigo (de Jean Bodon, EUA/1993, com Scott Hayes, Wally Taylor, Patrick Cherry, Meg Foster. Drama)
 02.50 Will & Grace
 03.20 Aventuras no Pacífico
 04.20 A Balada de Hill Street
 05.20 Mulher Perigosa

Sábado, 23

- RTP 1**
 08.00 Infantil/Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Top +
 15.00 Máquinas
 16.00 Estrada Viva
 16.40 Star Trek VI - O Continente Desconhecido (de Nicholas Meyer, EUA/1991, com William Shatner, Leonard Nimoy, De Forrest Kelley, James Doohan. Ver Destaque)
 18.55 Futebol: Guimarães-Porto
 21.00 Telejornal
 22.10 Santa Casa
 22.00 Nash Bridges
 01.00 24 Horas
 01.40 Liga dos Campeões
 02.40 Debaixo de Olho 2 (de John Badham, EUA/1993, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez, Rosie McDonnell, Dennis Farina. Comédia Policial)
 04.40 A Vida por um Fio (de Jerry Jameson, EUA/1996, com Jill Eikenberry, Michael Tucker, Robert Wisden, Jimmy Marsden. Policial.)

- RTP 2**
 09.00 Universidade Aberta
 12.00 Quem Sai aos Seus
 12.35 Juvenil
 13.40 Dinheiro Vivo
 14.00 Gente da Cidade
 14.30 Desporto 2
 18.55 2001
 19.30 Onda Curta (A Mãe, de Ruggero Di Paola, It/1997; A Viúta, de Orla Walsh, Ir/1992. Curta Metragem)
 20.00 Os Aventureiros - Hillary e Tenzing
 20.55 Departamento de Homicídios
 22.00 Jornal 2
 22.50 O Lugar da História
 23.40 Allô, Allô!
 00.10 Crimes do Pior
 00.40 Smith and Jones
 01.10 Um Realizador em Apuros (de Tom DiCillo, EUA/1994, com Steve Buscemi, Catherine Keener, Dermot Mulroney. Ver Destaque)

- SIC**
 08.00 Zip Zap
 11.55 O Nosso Mundo
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Três Ninjas, Punho de Aço (de Simon S. Sheen, EUA/1995, com Victor Wong, Charles Napier, Max Elliott Slade. Acção)
 16.00 Big Show Sic
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Mundo VIP
 22.20 Pequenos e Terríveis
 23.30 Os Pássaros (de Alfred Hitchcock, EUA/1963, com Rod Taylor, Tippi Hedren, Jessica Tandy, Suzanne Pleshette. Ver Destaque)
 01.50 Afrodísia
 02.50 Último Jornal
 03.25 Portugal Radical

- TVI**
 09.00 Animação
 12.20 Top Rock
 13.30 Contra-Ataque
 14.30 Caras Lindas
 16.30 Coragem de uma Mulher (de Harry Winner, EUA/1992, com Eileen Brennan, Steven Lang, Shelley Hack. Drama)
 18.30 Acção no Alasca (de Bruce Pittman, EUA/1996, com Winston Reker, Alyssa Milano, Duncan Fraser. Aventuras)
 21.00 Directo XXI
 21.10 Tim, um Amigo Especial (de Glenn Jordan, EUA, com Richard Kiley, Thomas McCarthy, Candice Bergen. Drama)
 23.00 Desafio Mortal (de Joseph Wstin, EUA. Drama)
 00.40 Histórias Fantásticas
 01.40 A Balada de Hill Street
 03.00 Mulher Perigosa



Domingo, 24

- RTP 1**
 08.00 Infantil / Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Made in Portugal
 15.10 Heróis em Acção
 16.10 A Guerra dos Botões (de John Roberts, Fr./Jap./Gr.Br./1994, com George Fitzgerald, John Coffey, Liam Cunningham. Comédia / Dramática)
 18.40 Destinos de Sofia
 19.25 Domingo Desportivo
 20.00 Telejornal
 21.15 Os Principais
 22.45 Jet Set
 23.20 Domingo Desportivo
 00.45 20 Mill Léguas Submarinas
 01.45 24 Horas
 02.25 Um Homem para Ruby Jean (Longa-metragem)

- RTP 2**
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.20 Infantil / Juvenil
 13.05 Quem Sai aos Seus
 13.30 Saber e Fazer
 14.00 Jornal d' África
 14.30 Rotações
 15.00 Desporto 2
 19.30 Bombordo
 20.00 Artes e Letras - "Beethoven"
 21.00 O Amigo Comum
 22.00 Jornal 2
 22.50 Horizontes da Memória
 23.20 Faenas
 23.50 Raparigas de Sucesso (de Mike Leigh, Gr.Br./1996, com Katrin Cartlidge, Lynda Steadman, Kate Byers, Mark Benton. Ver Destaque)

- SIC**
 08.00 Zip Zap
 12.00 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Meu Primeiro Beijo (de Howard Zieff, EUA/1991, com Dan Akyroyd, Jamie Lee Curtis, Macaulay Culkin, Anna Chlumsky. Comédia)
 16.00 Rex, O Cão Polícia
 17.00 Um Dia em Grande (de Michael Hoffman, EUA/1996, com Michelle Pfeiffer, George Clooney, Mae Whitman. Comédia)
 19.00 Futebol: Benfica-Boavista
 21.00 Jornal da Noite
 22.00 Pesadelo Cor de Rosa (de Fernando Fragata, Port., com Diogo Infante e Catarina Furtado. Drama)
 24.00 Crash, Choque Final (de Charles Wilkinson, EUA/1995, com Michael Biehn, Leilani Ferrer, Matt Craven, Miguel Sandoval. Acção)
 02.00 Último Jornal
 02.35 Médicos sem Fronteiras
 03.35 Portugal Radical

- TVI**
 09.00 Animação
 11.00 Programa Religioso
 11.50 Missa
 13.00 Promessa (de Susan Rohrer, EUA/1998, com Kellie Martin, Mary Steenburgen, Diane Baker, Marion Ross. Drama)
 15.00 Caras Lindas
 17.30 Segredo das Estrelas
 19.00 Soltem as Estrelas
 21.00 Directo XXI
 21.15 Todo o Tempo do Mundo
 22.05 Causa Justa
 23.05 Quando o Berço Cai (de Paul Schneider, EUA/1997, com Brígida Dau, Scott Reeves, Martha Byrne. Drama)
 01.00 O Melhor Amigo do Homem (de John Lafja, EUA, com Alley Sheedy, Frederic Lehne, Lance Henriksen. Drama)
 02.50 A Balada de Hill Street
 03.50 Mulher Perigosa

Segunda, 25

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 09.15 Malha de Intrigas
 10.00 Praça da Alegria
 11.240 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.40 A Usurpadora
 16.00 Amigo Público
 17.00 Infantil
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.20 A Lenda da Garça
 22.00 Esquadra de Polícia
 23.10 Jogo Falado
 01.00 24 Horas



A "Grande Guerra de 14/18", hoje na RTP2, a iniciar uma série sobre os grandes conflitos que flagelaram a humanidade neste século

01.50 Ponto de Ruptura (Longa-metragem)

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.30 Novas Aventuras de Robin Hood
 16.30 Tesouros do Mundo Antigo
 17.30 Matas, Bosques e Brenhas
 18.00 Informação Religiosa
 18.35 Açores
 19.00 Juvenil
 20.30 Riscos
 21.00 Conrad Bloom
 22.00 Jornal 2
 22.50 Acontece
 23.05 Juízo Final
 23.35 Segredos Reais
 00.05 Perigo iminente
 01.00 Retratos: «Gerard, o Fotógrafo»

- SIC**
 08.00 Buêré
 10.00 Sic 10 Horas
 12.00 Zázá
 12.30 Malucos do Riso
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 15.40 Fátima Lopes
 18.00 Andando nas Nuvens
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 Clube dos Campeões
 21.20 Suave Veneno
 22.30 Roda de Milhões
 00.40 Águia de Ferro II (de Sidney J. Furie, EUA/1989, com Louis Gossett, Jr., Mark Humphrey, Stuart Margoli. Guerra / Acção)
 02.40 Último Jornal
 03.15 Heróis Esquecidos (de Raoul Walsh, EUA/1939, com Humphrey Bogart, James Cagney, Priscilla Lane, Jeffrey Lynn. Ver Destaque)
 05.15 Portugal Radical

- TVI**
 09.00 Animação
 11.45 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 14.30 Samantha
 15.30 Colégio Brasil
 16.00 Animação
 18.30 S.O.F. - Força Especial
 19.30 Directo XXI
 20.00 Tiro e Queda
 21.00 Directo XXI
 21.10 Quero Justiça
 22.50 Ficheiros Secretos
 24.00 O Bar da Esquina (de Steve Buscemi, EUA/1996, com Daniel Baldwin, Samuel L. Jackson, Steve Buscemi. Comédia Dramática)
 02.05 O Rei do Bairro
 02.35 Terra: Conflito Final
 03.35 A Balada de Hill Street
 04.35 Mulher Perigosa

A Balada de Hill Street, que deu cartas no seu tempo, voltou à TVI - regra geral entre as 3 e as 4 da manhã...

Terça, 26

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 09.15 Malha de Intrigas
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.40 A Usurpadora
 16.00 Amigo Público
 17.00 Infantil
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.20 A Lenda da Garça
 22.00 Herman 99
 24.00 Jesse
 00.30 Liga dos Campeões

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.45 Derrick
 16.35 Tesouros do Mundo Antigo
 17.30 Matas, Bosques e Brenhas
 18.00 Informação Religiosa
 18.35 Ilhas Vivas
 19.00 Juvenil
 20.30 Riscos
 21.00 Conrad Bloom
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.50 Acontece
 23.05 Juízo Final
 23.35 Guantanamera (de Tomás Gutierrez, Alea e J. C. Tabio, Cuba/Esp./Ale/1995, com Carlos Cruz, Mirha Ibarra, Raúl Eguren. Comédia)
 01.20 No Rasto dos Rinocerontes

- SIC**
 08.00 Buêré
 10.00 Sic 10 Horas
 12.00 Zázá
 12.30 Malucos do Riso
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 15.40 Fátima Lopes
 18.00 Andando nas Nuvens
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Jornalistas
 22.15 Suave Veneno
 23.15 Legionário (de Sheldon Lettich, EUA/1990, com Jean-Claude Van Damme, Harrison Page, Deborah Rennard. Acção)
 01.15 Toda a Verdade
 02.15 Último Jornal
 02.50 Portugal Radical

- TVI**
 09.00 Animação
 11.45 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 14.30 Samantha
 15.30 Colégio Brasil
 16.00 Animação
 18.30 S.O.F. - Força Especial
 19.30 Directo XXI
 20.00 Tiro e Queda
 21.00 Directo XXI
 21.10 A Testemunha (de Yves Simoneau, 1997, com Tori Paul, Blu Mankuna, Molly Parker, Piper Laurie. Drama)
 00.40 Intenção Criminosa (de Gregory Goodell, EUA/1995, com Lesley Ann Warren, Lisa Darr, Michael Goodwin. Drama)
 02.30 O Rei do Bairro
 03.00 Terra, Conflito Final
 04.00 Desporto
 04.30 A Balada de Hill Street
 05.30 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Quarta, 27

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 09.15 Malha de Intrigas
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.40 A Usurpadora
 16.00 Amigo Público
 17.00 Infantil
 19.00 Regiões
 19.35 Futebol: Rosenborg-Boavista
 21.45 Telejornal
 23.05 A Lenda da Garça
 23.45 Liga de Campeões

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.45 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
 16.30 A Matemática e o Homem
 17.30 O Donho de Voar
 18.00 Informação Religiosa
 18.35 Juvenil
 20.40 Riscos
 21.00 Conrad Bloom
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.50 Acontece
 23.05 Juízo Final
 23.35 Sinais do Tempo ou Zoom
 00.35 Ópera: "Um Turco em Itália"

- SIC**
 08.00 Buêré
 10.00 Sic 10 Horas
 12.00 Zázá
 12.30 Malucos do Riso
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 15.40 Fátima Lopes
 18.00 Andando nas Nuvens
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Jornalistas
 22.15 Suave Veneno
 23.15 Legionário (de Sheldon Lettich, EUA/1990, com Jean-Claude Van Damme, Harrison Page, Deborah Rennard. Acção)
 01.15 Toda a Verdade
 02.15 Último Jornal
 02.50 Portugal Radical

- TVI**
 09.00 Animação
 11.45 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 14.30 Samantha
 15.30 Colégio Brasil
 16.00 Animação
 18.30 S.O.F. - Força Especial
 19.30 Directo XXI
 20.00 Tiro e Queda
 21.00 Directo XXI
 21.15 Ri-te Ri-te
 22.40 A Outra Face do Espelho (de Charles Correll, EUA/1996, com Alexandra Paul, Clare Carey, Jack Wagner. Drama)
 01.10 O Rei do Bairro
 01.40 O Corvo
 02.50 Terra: Conflito Final
 03.50 A Balada de Hill Street
 04.50 Mulher Perigosa

TELEVISÃO



Um fotograma de «Star Trek VI: O Continente Desconhecido», de Nicholas Meyer



Um cartaz de «Os Pássaros», obra-prima de Hitchcock

Por isto e por aquilo...

Heróis por Acaso (Sexta, 02.35, SIC)

Uma equipa de especialistas em «espionagem» (que trabalham marginalmente, «à tarefa») são encarregados de roubar uma misteriosa caixa preta que contém segredos importantíssimos — uma missão que vai provocar as cenas mais inesperadas que contribuem para transmitir a este desenvolvimento filme de entretenimento, excelentes momentos de suspense e humor. Entre outros, com Robert Redford, Dan Akyroyd, Ben Kingsley e Mary McDowell.

Star Trek VI: O Continente Desconhecido

(Sábado, 16.40, RTP1)

Na série das várias sequelas de Star Trek, assistimos, neste episódio seis, à tentativa de condenação injusta do capitão Kirk e do médico Dr. McCoy por alegadamente terem assassinado o chanceler Gorkon na ocasião em que este se preparava para assinar, pela Federação dos Planetas, um tratado de paz com os Klingons. Independentemente da maior ou menor imaginação da história, o que acontece, mais uma vez, é que os amantes do género e da saga, encontrarão aqui fortes motivos de interesse para se agarrarem aos televisores, tanto mais que o espectáculo (e também o humor) parece continuarem garantidos.

Os Pássaros (Sábado, 23.30, SIC)

Henri Guieysse conta, com saborosos pormenores, a história da campanha publicitária que rodeou o lançamento deste filme, com o próprio Hitchcock a protagonizar um filme-anúncio dando um curso sobre ornitologia, ao mesmo tempo que saboreava com malícia um suculento frango! Está tudo dito sobre os bastidores que rodearam este filme conhe-

cidíssimo que alcançou imenso êxito junto do público. Mas, para além desta irónica manobra publicitária, digna de Hitchcock, deve salientarse que, recuando no tempo, muitos vêm na mancomunada revolta da passarada, que o filme é, uma fabulosa parábola ecológica tendo, como pano de fundo, a luta entre Bem e o Mal. Uma inquietante banda sonora (com Bernard Herrmann a tratar musicalmente os ruídos), uma truca-gem impecável (que ficou como marco decisivo na história dos «efeitos especiais») e alguns «insuportáveis» planos da famosa «câmara subjectiva» de Hitchcock, a par do espantoso domínio do tempo para o crescimento da angústia, fazem deste filme uma obra-prima indispensável.

Um Realizador em Apuros

(Sábado, 01.10, RTP2)

Um cineasta de segundo plano roda um filme de orçamento baixíssimo e é atormentado, durante a noite, por pesadelos directamente relacionados com as personagens do filme e seus respectivos intérpretes. Uma história que se diz ser um achado e em que transparecem as dificuldades (mas também os bastidores) do chamado «cinema independente». Realizado por Tom DiCillo, com o excelente Steve Buscemi no principal papel.

Raparigas de Sucesso

(Domingo, 23.50, RTP2)

Como avisadamente salienta o Boletim de Programas da RTP, «um dos grandes méritos do cinema do britânico Mike Leigh é a sua incontestada mestria para conseguir criar filmes absolutamente fascinantes e absorventes a partir de «faits divers»». Pois aqui, a história de duas amigas que voltam a encontrar-se muito tempo depois de terem sido colegas na universidade, ao mesmo tempo que suscita memórias e curiosidades e o confronto de caminhos diversos que cada uma empreendeu, traz a primeiro plano, sobretudo, o calor da amizade. Estreia na televisão, eis um filme também a descobrir.

Heróis Esquecidos

(Segunda, 03.15, SIC)

Após a desmobilização militar, três amigos empreendem vias diferentes para a sua vida: Eddie, motorista de táxi, e George, proprietário de um bar, tornam-se sócios no tráfico de álcool, enquanto o terceiro, Lloyd, é colaborador do procurador público. Mas a vida tem os seus caprichos e bem cedo os três amigos irão confrontar-se entre si... Mais uma vez na tradição da Warner, o grande cineasta Raoul Walsh debruça-se aqui com grande eficácia sobre o mundo dos gangsters mas o rasgo de génio chegaria apenas dez anos mais tarde, com a sua insuperável obra-prima (também protagonizada por James Cagney) White Heat.

A Febre da Selva

(Terça, 23.30, SIC)

Interessando-se nos seus filmes, como sempre, pelos problemas das relações inter-raciais, o realizador afro-americano Spike Lee aborda nesta obra as vicissitudes pelas quais passa o quotidiano de um casal constituído por um negro e por uma branca, ensombrado por uma «aventura» passageira do primeiro com uma secretária. Mas este é o lado mais superficial do filme. Ao fim e ao cabo, Spike Lee serve-se destas duas personagens e das que as rodeiam para ir mais fundo, ana-

lisando o comportamento, as motivações, os orgulhos e os complexos (até de ordem sexual) das duas comunidades: por um lado, a afro-americana, por outro lado, a italo-americana. Enfim, A Febre da Selva é um exercício com alguma dose do virtuosismo e da excelente escrita cinematográfica a que o realizador nos habituou mas de resultados algo irregulares, não totalmente satisfatórios.

Psico; O Terceiro Tiro; A Mulher Que Viveu Duas Vezes

(Terça, a partir das 02.35)

Que dizer mais do que já muito aqui foi escrito acerca destas três obras maiores de Hitchcock (que a SIC hoje comemora pela noite fora) senão que, na extrema variedade e diversidade de todas elas, apesar de tudo reside e se mantém, em termos de construção de histórias, encaenação dos sentimentos e emoções e sua extraordinária tradução filmica, tudo aquilo que delas fez (entre outras) autênticas pedras de toque, essenciais na filmografia do Mestre? A rever, mais uma vez, ou a gravar sem qualquer hesitação.

Angie, Uma Mulher Só (Terça, 03.20, RTP1)

Realizado pela cineasta norte-americana Martha Coolidge, Uma Mulher Só conta-nos a história de Angie, uma jovem que nasceu e cresceu no bairro de Brooklyn, em Nova Iorque, no seio da comunidade italo-americana, e cujo maior sonho é libertar-se desse ambiente, seduzida que é pelo modo de vida de um advogado de origem irlandesa. Interpretado brilhantemente por Geena Davis, o filme é uma deliciosa crónica do quotidiano, com momentos de forte sensibilidade, humor e diversão.

CABO & SATELITE

Um tesouro no fundo dos mares

Por entre a dificuldade que foi hoje escolher, nas televisões por cabo ou satélite, qualquer coisa de particularmente interessante, a decisão acabou por recair, como é habitual, num documentário que se anuncia de grande qualidade e que, intitulado, «Le Trésor da la Jonque Engloutie», se debruça sobre o achado casual que, em 24 de Maio de 97, os engenheiros da companhia petrolífera Elf fizeram durante os estudos sísmicos que realizavam do subsolo marítimo nos mares da China. Foi então que descobriram um verdadeiro tesouro no bojo de um junco chinês de alto mar que se julga ter-se afundado no século XV e que é constituído por nada menos do que 13 500 peças chinesas, tailandesas, vietnamitas e indonésias de utilização diária ou em rituais religiosos, na maior parte intactas. É deste achado e dos trabalhos da sua preservação realizados em Agosto de 98 que trata este documentário de uma hora de duração, realizado por Marc Jampolsky. A não perder!



Steve Buscemi, na pele de um cineasta independente em «Um Realizador em Apuros», de Tom DiCillo



Spike Lee e seus parceiros numa imagem do filme «A Febre da Selva»

O gosto pela música

Chamava-se assim, muito simplesmente, um célebre programa de rádio que João de Freitas Branco tão bem escrevia e dizia, na companhia de Maria Leonor (já lá vão bastantes anos!), aos microfones da ex-Emissora Nacional – programa que hoje é de novo revivido de forma recatada e competente pelo filho do saudoso musicólogo, numa excelente ideia da actual RDP-Antena 2.

O facto é que, ao assistir pessoalmente nas duas últimas semanas à transmissão de dois programas da série «Os Grandes Compositores», que a RTP 2 vem transmitindo na sua quase sempre recomendável rubrica «Artes e Letras», não deixa de ser significativo ter-me lembrado daquele programa e da sua indelével influência e efeito persuasor exercido nos muitos ouvintes de rádio que, através da sua audição, foram sendo ao longo dos anos paulatinamente captados e atraídos pelo amor da chamada «arte dos sons».

o facto de se tratar de uma rubrica à qual a RTP atribuiu uma designação genérica e abrangente, não se tratando desta vez de uma série que, na origem, tivesse esse mesmo título unificador – o que significa que, nela, pudemos descobrir programas de estéticas e origens diferentes (embora coincidindo na chancela de quem os produziu ou encomendou, a BBC) e planificados e concebidos de forma muito diversa entre si.

E isto prova como podem ser ricas e incontáveis, na sua concepção, as formas de fazer chegar ao público o conhecimento dos grandes Mestres.

Por exemplo, a ideia que presidiu à concretização do documentário sobre **Wolfgang Amadeus Mozart** contemplava claramente os vários aspectos que, do ponto de vista da origem familiar e de classe, da evolução dos acontecimentos históricos e da progressiva e até empolgante transformação

das ideias reinantes à sua época, foram acompanhando os curtos mas intensamente ricos e vividos 35 anos da passagem do genial compositor por este mundo, bem como os nítidos reflexos desse percurso e dessas transformações no seu próprio pensamento criativo, não sendo ao mesmo tempo relegadas para segundo plano outras decisivas considerações relacionadas com a técnica de composição ou de interpretação da sua obra.

Revelou-se, assim, sempre interessante o cruzamento de opiniões e informações que historiadores, musicólogos, psicólogos, mas também reputados e conhecidos instrumentistas, cantores ou maestros (de várias nacionalidades), nos foram dando ao longo do programa, às vezes «dialogando» e «discutindo» indiretamente entre si, através de uma sábia e bem ponderada e ritmada montagem dos vários depoimentos – ao mesmo tempo que se revelava sempre fascinante a descoberta dos documentos de arquivo que enriqueciam a estrutura final do programa. Isto para além dos inúmeros exemplos musicais de elevado nível interpretativo e também eles provenientes de várias origens e arquivos, sempre acompanhando o pano de fundo histórico, sociológico e artístico.

Um outro caminho totalmente diferente foi aquele escolhido pelos autores do documentário sobre o grande compositor polaco **Frederic Chopin** – optando por fazer acompanhar os exemplos musicais das suas obras aparentemente mais simples ou transcendentais pela narração, às vezes comovente, outras vezes apaixonada, quando não até irónica ou mesmo altamente mordaz, atribuída a um célebre intérprete e especialista de excepção da obra do grande pianista e compositor: **András Schiff**.

Substituindo-se, assim, à apreciação multifacetada e pluridisciplinar que experimentáramos ao seguir o documentário sobre **Mozart**, aquilo que sobretudo nos foi dado ver e ouvir, no caso de **Chopin**, acabava por ter a sua máxima expressão na própria música criada e na vertente técnica (sublime embora) de uma única individualidade que era, simultaneamente, um só narrador e intérprete de uma vida singular e de uma obra excepcional – ou seja uma forma certamente mais tocante (mas também mais redutora e subjectiva) de nos fazer partilhar sobretudo do acto criador que aproxima compositor e intérprete, deixando para segundo plano as condicionantes políticas, sociais, económicas e históricas que inevitavelmente moldaram o pensamento, a vivência e a criatividade do grande mestre polaco.

Importante é termos estado, em ambos os casos, perante dois grandes momentos televisivos.

TVISTO

Francisco Costa



Mais razões

Em cinco dias os comunistas e todos os seus amigos conheceram uma grande alegria e foram atingidos pelo mais profundo desgosto. A alegria nasceu dos resultados muito positivos da CDU nas eleições de 10 de Outubro. O profundo desgosto foi provocada pela notícia brutal do súbito falecimento do camarada Luís Sá, ocorrido a 15 de Outubro.

Estes dois sentimentos não se contrapõem como pode parecer: constituem ambos mais razões para intensificarmos a luta pelos nossos objectivos e ideais.

Os resultados positivos da CDU, a que Luís Sá esteve estreitamente associado, quebraram uma sucessão de resultados negativos que a Coligação Democrática vinha sofrendo há mais de década e meia.

Traduzindo um ponto de viragem, estes resultados representam um grande encorajamento para o prosseguimento e aprofundamento das orientações que o tornaram possível, tanto mais que o aumento da percentagem da votação e o aumento do número de deputados melhoram a capacidade de intervenção dos comunistas e dos seus aliados.

O doloroso desaparecimento do camarada Luís Sá deixa nas nossas fileiras um vazio, que pela sua extraordinária generosidade, capacidade, saber e dedicação será por muito tempo dificilmente preenchido. Deixa-nos, contudo, muito vivo o seu exemplo do revolucionário apostado na melhoria da vida do nosso povo e no aprofundamento da democracia no nosso país que, como com muita clareza demonstrou, passam pelo fortalecimento do nosso Partido e por um permanente trabalho de unidade com os aliados efectivos e potenciais. Deixa-nos, também, o exemplo do militante que sabia, como poucos, empenhar-se nas tarefas práticas e ao mesmo tempo aprofundar e desenvolver a teoria, por isso mesmo aberto à vida e aos seus ensinamentos, atento às necessidades de renovação, firme nos princípios e sempre disponível para os rasgos inovadores.

A prematura morte de Luís Sá deve, por tudo isto, fazer-nos cerrar os dentes na dor com o propósito de tudo fazermos para seguir o mais inspirador da sua memória e preencher o melhor possível o seu lugar.

Isto acontece numa situação de grandes desafios como é a do presente quadro político resultante das recentes eleições para a Assembleia da República.

A direita foi insofismavelmente derrotada. Pode dizer-se, também, sem temeridade, que o eleitorado puniu a política de direita seguida pelo Governo, nomeadamente a sua política anti-operária. Reside aqui a razão maior do revés eleitoral do PS no tocante ao seu principal objectivo - a

maioria absoluta. O parlamento inclinou-se para a esquerda por clara vontade da maioria dos portugueses.

Apesar da clareza destas conclusões, os comentadores de serviço na noite das eleições e nos dias seguintes e ainda mais os líderes partidários da direita não se cansam de insistir no desafio de que as grandes reformas de que o país carece - fiscal, segurança social e saúde - é à direita que têm que ser feitas. Ora António Guterres e a direcção do PS estão naturalmente mortinhos por ceder a estas pressões. Para já começam por pretender condicionar as oposições com a ameaça de eleições antecipadas a curto prazo, o que por razões constitucionais e políticas não passa de pura chantagem.

Mas é vital que se tome rapidamente iniciativa. Que se avance no plano parlamentar, como o Comité Central deliberou na passada quinta-feira, com iniciativas sobre o salário mínimo, o aumento das pensões, a melhoria do Serviço Nacional de Saúde, a despenalização do consumo da droga. Que se dê larga divulgação às posições do PCP em relação à reforma fiscal e à reforma da segurança social. Que avance a luta dos trabalhadores na defesa dos seus direitos.

A luta por uma viragem à esquerda na política nacional não se trava apenas no plano da acção prática, também se trava no plano das posições teóricas. Estas são da maior importância quando se discutem as grandes reformas do Estado. Aqui nos encontramos de novo com o labor desenvolvido pelo camarada Luís Sá. É da máxima importância valorizar a sua obra neste domínio. Além dos livros publicados, deixou numerosos dispersos em artigos de jornais e revistas e comunicações em reuniões de vários tipos. Seria muito importante seleccioná-los e reuni-los em volume.

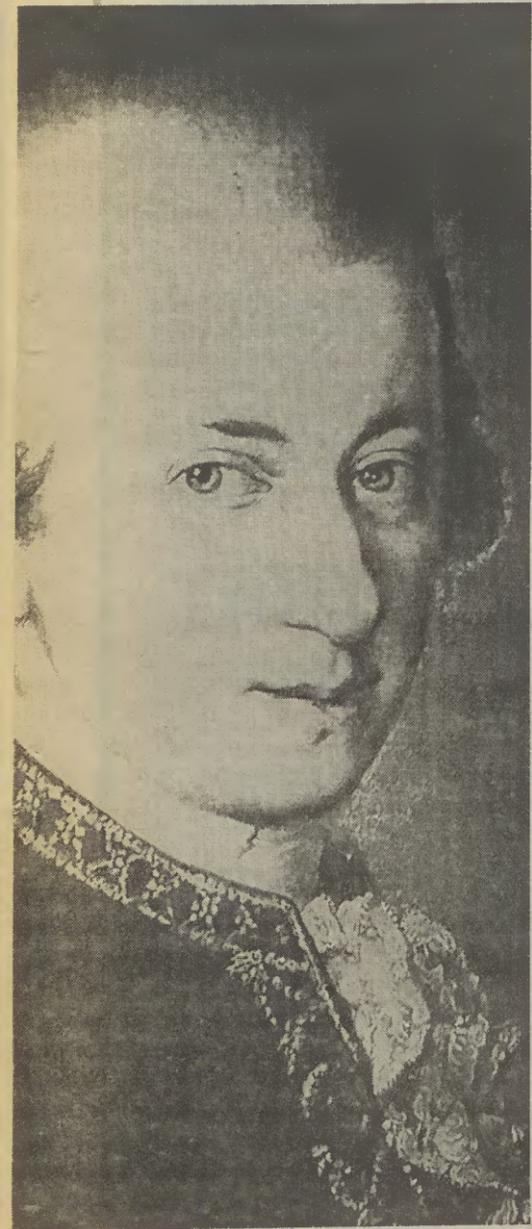
É largamente reconhecido o grande alcance da sua obra em tantos domínios, que vão desde o papel fundamental das autarquias locais no nosso sistema democrático, até ao reforço do lugar da Assembleia da República na relação com os outros órgãos do poder, passando por todas as matérias ligadas à descentralização, à regionalização e ao desenvolvimento regional.

Que melhor homenagem poderíamos prestar à memória de Luís Sá do que organizar a curto prazo um seminário sobre a sua obra e as grandes pistas que ela aponta para o futuro da democracia em Portugal?

Por tudo que nos deixou, o camarada Luís, que a morte arrebatou brutalmente ao nosso convívio, continua, como na canção do MUD juvenil, ao nosso lado. Mas estará connosco ainda mais se valorizarmos os seus livros e a sua obra teórica, quando há mais razões para revigorarmos a luta em todas as frentes.

VARIANTES

Carlos Brito



E isto porque, ao apreciarmos as várias formas pelas quais autores, guionistas ou realizadores nos conduzem, num outro contexto de comunicação e informação, à descoberta dos insondáveis caminhos da criação musical, ficamos de novo um pouco mais ricos por dentro e não podemos deixar de pensar, mais uma vez, no que seria o vazio e a estupidificação massiva da paisagem radiofónica e televisiva portuguesa, se alguma vez fossem dados ouvidos às criminosas intenções de alguns primatas da esfera política e económica, sempre procurando instigar na opinião pública a aceitação passiva do desaparecimento do serviço público nestas áreas, fundamentais para a preservação da Cultura.

Entretanto, o que me parece também assinalável no caso destes programas televisivos é

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES

Fundação Serralves

Estão neste momento patentes ao público, prolongando-se até ao próximo mês de Novembro, diversas exposições promovidas pela Fundação Serralves.

Assim, por exemplo, «El Lissitzky – Para Além da Abstracção», no Museu de Arte Contemporânea, é uma exposição que reúne algumas das mais significativas obras gráficas e fotográficas de Lissitzky, «um dos artistas mais relevantes das vanguardas russas do princípio do século.»

«Po-Ex: O Experimentalismo Português entre 1964 e 1984», no mesmo museu, mostra uma série de trabalhos de um grupo de artistas e poetas que, a partir de meados dos anos 60, «configuram a partir da Poesia Visual um momento de ruptura que redefine os conceitos de texto e de objecto artístico fazendo coincidir um discurso poético com um discurso político e a elaboração conceptual do espaço e dos objectos como transformadores da percepção e

da sociabilidade». Artistas e poetas como, entre outros, Abílio, Alberto Pimenta, Ana Hatherly, António Aragão, António Barros, Ernesto Melo e Castro, Fernando Aguiar, José Alberto Marques, Liberto Cruz, Salette Tavares e Silvestre Pestana.

Num outro registo, «Merce Cunningham» é uma exposição que reúne, no mesmo Museu de Arte Contemporânea, uma série de documentos, filmes, desenhos ou partituras relacionadas com a obra daquele que é um dos grandes mestres contemporâneos da dança.

Entretanto, em outros dois museus, estão patentes duas outras importantes exposições que se completam e que nos dão uma visão da nossa arte contemporânea. É o caso de «Arte Portuguesa dos Anos 80» e «Arte Portuguesa dos anos 90 na Colecção da Fundação Serralves», respectivamente no Museu do Abade Rabaçal e no Museu Alberto Sampaio.

BAILADO



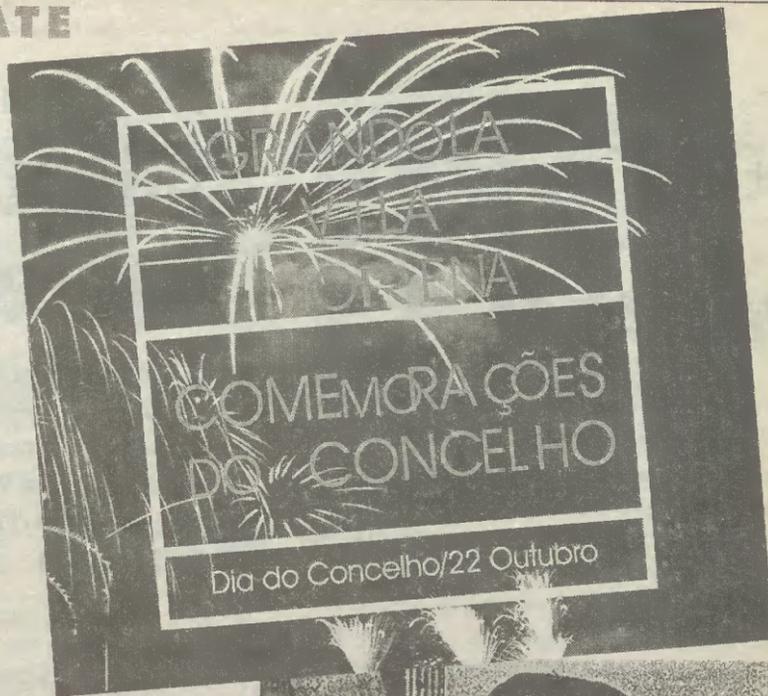
Alvin Ailey no CCB

Como é habitual todos os anos, o Alvin Ailey Dance Theater, uma das mais célebres companhias de bailado de todo mundo, organiza uma digressão internacional. Desta vez, os amantes portugueses da dança contemporânea serão contemplados com a apresentação desta companhia já nos próximos dias 26, 27 e 28 com três espectáculos no Grande Auditório do CCB preenchidos com os bailados «Night Creature», «Cry», «Bad Blood» e «Revelations», estando previstos para os dias 29, 30 e 31 outros três espectáculos em que serão dançados «Streams», «Ascencion», «Grace» e, de novo, «Revelations».

TEATRO

Idas ao Teatro regressam em Outubro

Tem reinício no próximo dia 28 do corrente uma excelente iniciativa da Câmara Municipal do Barreiro – as idas ao teatro – para as quais a autarquia disponibiliza transporte em autocarro. Desta vez, o espectáculo escolhido será «Agosto», pelo Grupo de Teatro «A Barraca» que subirá à cena no Teatro Cinearte em Lisboa. O autocarro sairá junto à estátua Alfredo da Silva pelas 20 e 30 e os bilhetes deverão ser reservados até hoje à noite, por telefone, para a Câmara Municipal do Barreiro (2068645/50) e para a Galeria Municipal de Arte do Barreiro (2079776).



É já amanhã, sexta-feira, que o concelho de Grândola comemora 455 anos desde a data em que D. João III lhe concedeu Foral. Mas a Câmara Municipal desta cidade, em conjunto com várias colectividades e associações do concelho, vai estender as comemorações deste aniversário a um programa mais prolongado de realizações festivas e culturais.

Assim, já hoje à noite, a partir das 21 horas, no Recinto das Feiras, realizar-se-á um espectáculo de homenagem ao poeta



Comemorações em Grândola

José Carlos Ary dos Santos com a participação do grupo Cantares da Resistência (Coimbra), durante o qual será atribuído o «Prémio Revelação de Poesia Ary dos Santos», realizando-se no próximo sábado à noite um espectáculo pelo grupo de Sérgio Godinho.

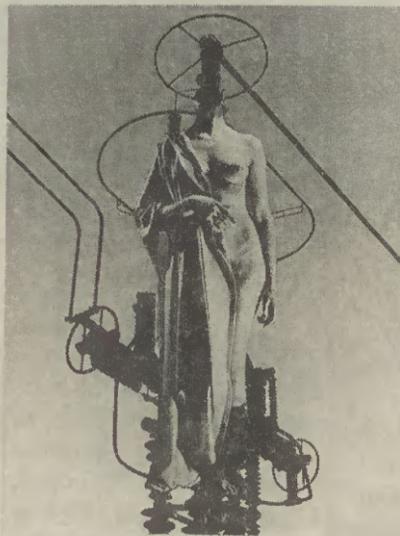
Entretanto, a Biblioteca Municipal (que comemora 10 anos de existência) será o local onde será inaugurada, às 16 horas do dia 22, uma exposição de artes plásticas de Jorge Vieira, cuja última obra antes do seu faleci-

mento – o Monumento à Liberdade – foi inaugurada no passado dia 25 de Abril nesta cidade.

No campo da música popular – e para além de outras realizações – o destaque maior vai ainda para o Encontro de Bandas Filarmónicas a realizar no dia 24, com uma arruada em que estas partem ao meio-dia das sete freguesias do concelho para depois convergirem, às 16 horas, para o Recinto das Feiras de Grândola. Um programa que promete.

FOTOGRAFIA

O Século do Corpo, na Culturgeste



É este o título de uma exposição de trabalhos fotográficos datados entre 1900 e 1999, comissariada por William Ewing, director do Museu do Eliseu em Lausana (Suíça).

Segundo o texto de apresentação da exposição (que estará patente ao público até 19 de Dezembro nas Galerias 1 e 2 da Culturgeste «ao longo do século XX foi criado, neste âmbito (a reestruturação e o repensar do corpo), um vasto arquivo de imagens fotográficas. Um arquivo que reúne imagens com finalidades muito diferentes, servindo as mais variadas áreas da Ciência, da Tecnologia, da Política, da Medicina, do Comércio, dos Espectáculos e da Arte. Beleza, glamour, erotismo, saúde, até mesmo noções de identidade pessoal – são traços humanos que, juntamente com muitos outros, foram trabalhados através do dom da fotografia.»

Bienal em Vila Franca de Xira

É inaugurada no próximo sábado 23 a VI Bienal de Fotografia de Vila Franca de Xira, numa organização conjunta da Câmara Municipal, da Associação de Artistas Plásticos do concelho e do GART – Grupo de Artistas e Amigos da Arte. De um número total de 113 concorrentes e de um conjunto de 678 obras fotográficas, esta Bienal apresentará os 42 candidatos e as 252 obras seleccionadas no Celeiro da Patriarcal.

Entretanto, como vai sendo habitual, serão inauguradas em várias galerias, conjuntamente com esta Bienal, um conjunto de exposições fotográficas de artistas consagrados, como é caso de Sebastião Salgado, Aníbal Lemos, Gérard Castello-Lopes, Claire Cantais, Renato Roque, Armando Isaac, Colette Douillard, Conde Falcão, Tiago Santos, Manuel Magalhães, João Bafo, João Mariano e José António Chambel.

FUNDAÇÃO SERRALVES
MUSEU ALBERTO SAMPAIO
ARTE PORTUGUESA DOS ANOS 90 NA COLECCÃO DA FUNDAÇÃO DE SERRALVES
02 OUT - 28 NOV 1999

MUSEU SERRALVES
PO-EX:
O EXPERIMENTALISMO PORTUGUÊS ENTRE 1964 E 1984
17 SET - 28 NOV 1999

MUSEU DO ABADE DE BACAL
ARTE PORTUGUESA DOS ANOS 80 NA COLECCÃO DA FUNDAÇÃO DE SERRALVES
25 SET - 21 NOV 1999

MUSEU SERRALVES
MERCE CUNNINGHAM
10 SET - 07 NOV 1999

ÓPERA

Uma obra-prima de Verdi, no Coliseu

É já hoje à noite que os amantes da ópera – e são muitos e saudosos os frequentadores dos grandes e populares espectáculos de canto no Coliseu dos Recreios (em Lisboa) – poderão assistir à primeira récita de uma das obras-primas de Giuseppe Verdi, a espectacular ópera «Nabucco».

Desta vez, a companhia que vai interpretar esta obra será a Ópera Internacional do Danúbio. Haverá mais duas récitas, sempre às 21 e 30, na sexta-feira 22 e no sábado 23.

COLISEU LISBOA

NABUCCO

Giuseppe Verdi

INTERNACIONAL DONAU ÓPERA

OUTUBRO

dias 21, 22, e 23 às 21.30 h.

ATALHE DE FOICE Desastres

O acidente ferroviário ocorrido há pouco tempo numa das linhas mais movimentadas de Londres – exactamente a que estabelece ligação entre a capital inglesa, o aeroporto e subúrbios densamente povoados – provocou dezenas de mortos e feriu o prestígio dos caminhos-de-ferro britânicos, celebrados em décadas de literatura e de cinema como exemplares na sua eficácia, pontualidade e segurança.

Acresce que o acidente não foi novidade: há menos de dois anos, outro acidente na mesma linha provocou dezenas de mortos.

Como é habitual, os responsáveis da linha lançaram de imediato a suspeita de erro humano. Culpar os trabalhadores foi sempre o caminho mais curto para qualquer administração alijar responsabilidades. Só que as peritagens obedecem a critérios de objectividade e alimentam-se de factos confirmados no terreno. E a peritagem a este acidente apurou irrevogavelmente que as causas da tragédia se resumiam ao desinvestimento nos sistemas de segurança da linha verificado nos últimos dois anos e à decorrente degradação da fiabilidade dos mais diversos materiais presentes numa estrutura de transportes desta envergadura.

Identificadas as causas, passou-se directamente às explicações. E como os factos demonstraram a ausência de erro humano nos procedimentos operacionais envolvidos na tragédia, a administração da empresa teve a admirável generosidade de elidir a responsabilização humana nas averiguações. Compreende-se porquê: uma falha humana operacional aponta exclusivamente para os trabalhadores, enquanto o desinvestimento e a incúria estrutural só podem ser assacados às administrações... Daí a Grã-Bretanha ter assistido, estupefacta, à «explicação» avançada pela administração da empresa a dizer, simplesmente, que o carácter privado desta não a «vocacionava» para investimentos com características de serviço público!

Ou seja: ao receberem há dois anos do Estado, e de mão beijada, estas linhas ferroviárias para a exploração privada que tanto reclamavam em nome de todos os paraísos de «competência» e «comodidade», os senhores empresários britânicos entenderam assumir apenas o que lhes estava na «vocação» - os movimentos de bilheteira. Quanto à segurança dos equipamentos, da linha e dos cidadãos, isso é um «serviço público» de que agora se declaram desobrigados, apesar de terem exigido e aceitado a apropriação total da empresa. O resultado está à vista: em apenas dois anos, a enaltecida «iniciativa privada» transformou o modelar sistema ferroviário britânico numa armadilha assassina.

Do alto da sua «terceira via para o socialismo», o Governo de Tony Blair entrou mudo e saiu calado na tragédia. A verborreia esgotou-se-lhe a papaguear as vantagens do negócio que há dois anos privatizou esta linha ferroviária, directamente promovido e realizado por ele e o seu Governo em nome dos cidadãos, do «interesse público» e do seu original «socialismo», enquanto na Grã-Bretanha subiram os protestos dos que entendem que os serviços públicos tão estratégicos como os transportes, a saúde ou a educação não podem ser entregues à voracidade do capital privado. Em Portugal, um negócio semelhante já está em andamento pelas mãos do Governo PS, decidindo o desmantelamento da CP em várias empresas e entregando as linhas mais rentáveis à «eficácia» destes senhores da iniciativa privada.

Resta-nos aguardar que o novo Governo privatize a CP na certeza de que António Guterres, ao contrário de Tony Blair, não nos há-de deixar sem uma palavra amiga na hora do desastre anunciado. Ele é um homem de diálogo.

■ Henrique Custódio

Encontro de sindicatos do Norte e da Galiza Injustiças nas pescas sentem-se mais em Portugal

O Conselho Sindical Inter-regional do Norte de Portugal e da Galiza analisou a situação das pescas e dos pescadores, num primeiro encontro que teve lugar segunda-feira em Vigo, com a participação de dirigentes da CGTP-IN, das Comisiones Obreras e da UGT espanhola.

A saída de pescadores do Norte de Portugal para Espanha e França, onde os salários são muito mais atractivos, foi um dos problemas focados. «Enquanto um pescador português de arrasto costeiro ganha 27500 escudos por mês, em França tem um salário garantido de 240 contos», referiu o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte. António José Macedo, que apresentou a exposição portuguesa sobre o tema em debate, salientou que esta «é uma questão que deve preocupar o Governo e os armadores».

«Temos conhecimento de embarcações que permanecem acostadas por falta de trabalhadores», frisou António Macedo, em declarações à Agência Lusa, salientando que o seu sindicato tem conhecimento e que, em apenas duas empresas francesas, estão a trabalhar cerca de meia

centena de pescadores portugueses da região Norte.

No comunicado sobre a reunião de Vigo, o STPN/CGTP informa que, ao compararem a situação da pesca com a de outros sectores, os participantes no encontro concluíram que os salários são muito baixos e as condições de trabalho são precárias, «particularmente quando se tem em conta a penosidade e os riscos do trabalho na pesca, acentuando-se estas injustiças e desigualdades em Portugal, onde os pescadores ganham 3 a 4 vezes menos» que em Espanha.

Os sindicalistas galegos e portugueses reclamam uma melhor defesa dos direitos dos trabalhadores da pesca e o aumento das suas remunerações, bem como o fim da actual situação, em que a maior parte do salário dos pescadores está dependente do volume de pescado. Na informação distribuída

pelo sindicato sediado em Matosinhos, aponta-se ainda a diferença entre os governos da Galiza, que este ano decretou, pela primeira vez, um mês de paragem biológica com o devido apoio aos pescadores, e de Portugal, que este ano reconheceu como forma de defesa dos recursos a paragem biológica efectuada voluntariamente há mais de 40 anos pelos pescadores da sardinha no Norte... mas ainda não concedeu qualquer ajuda pela perda de salários.

UE ignora

Ao analisarem a Política Comum de Pescas da União Europeia, «as partes foram unânimes em reconhecer que esta não tem em conta as realidades e especificidades das regiões», refere o comunicado. É também chamada a atenção para o contraste entre a política de liquidação de cerca de 40 por cento da frota pesqueira, adoptada em Portugal após a adesão à CEE, em 1986 - o sindicato recorda que foram abatidas muitas mais embarcações do que o que era exigido - e a aposta espanhola na

renovação, «possuindo uma frota muito maior que a nossa, mais moderna e mais competitiva».

Entre 1995 e 1998 registaram-se em Portugal 7320 acidentes no sector da pesca, que provocaram 55 mortes, lembra o Sindicato da Pesca do Norte, referindo que estes números foram citados porque a reunião coincidiu com o naufrágio de uma embarcação espanhola ao largo de Cascais.

A reunião de Vigo destinou-se a preparar um plenário de dirigentes e delegados sindicais, que o Conselho Sindical Inter-regional vai realizar no dia 17 de Dezembro, em Viana do Castelo. A União dos Sindicatos de Braga, cujo coordenador encabeçou a delegação portuguesa na Galiza, recordou que, no âmbito daquela estrutura foram já realizados encontros sobre os sectores da saúde e da construção civil, estando previstos para os próximos meses dois debates sobre o sector têxtil e os segundos debates sobre saúde e construção civil, para «conhecer e debater as realidades e os direitos dos trabalhadores das duas regiões e, em particular, dos trabalhadores transfronteiriços».

Greve na Vimeca

Com 95 por cento de adesão, os trabalhadores da Vimeca/Lisboa Transportes entraram em greve na madrugada de terça-feira e decidiram manter a paralisação até às três horas da manhã de quarta - informou a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos.

Reunidos anteontem em plenário, os trabalhadores decidiram reafirmar junto da gerência que esta, tal como se comprometeu, deve tomar medidas para criar um novo acordo de empresa que unifique as relações de trabalho de todos os trabalhadores.

Desde 1995 - com a aquisição de parte da Rodoviária de Lisboa pela Vimeca -, que os trabalhadores da nova empresa, designada Vimeca/Lisboa Transportes, assentam as suas relações de trabalho em condições diferenciadas. Por exemplo; um motorista da antiga Vimeca, ganha 97500 escudos, com um subsídio de refeição de 450 escudos, enquanto que outro da ex-Rodoviária de Lisboa tem um salário de 90950 escudos e um subsídio de refeição de 1115 escudos. Para a direcção do sindicato, a «situação discriminatória» de ter salários e direitos diferentes para trabalho igual «é ilegal, porque contraria a lei da contratação colectiva» e «é ilegítima, porque põe em causa direitos constitucionalmente garantidos».

Caso a empresa não responda positivamente, os trabalhadores

reinciam a greve no próximo dia 28, deixando desde já a garantia de que «o conflito só terminará quando a empresa assumir as suas responsabilidades e respeitar os seus compromissos».

A direcção da Festrú/CGTP salienta que a Vimeca «não só não cumpre os direitos dos trabalhadores, como arrecada milhares de contos à custa desse incumprimento», citando como exemplos o subsídio de agente único e o pagamento do trabalho suplementar.

Para ontem, representantes da federação e da empresa estavam convocados para uma reunião no Ministério do Trabalho.

AZAI

Os trabalhadores da fábrica da AZAI, na Azambuja, marcaram uma greve para segunda e terça-feira.

Reunidos em plenário no dia 13, os trabalhadores decidiram endurecer a luta que vêm travando por melhores salários. Exigem, segundo uma nota do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, que os salários praticados na empresa sejam idênticos aos que vigoram nas demais unidades do grupo Exide em Portugal (Tudor e Deta) e dos quais estão «muito distantes».

O SIESI reivindica que, para além da actualização de 2,6 por cento efectuada em Abril, sejam aplicados mais 2 por cento, com retroactivos a partir daquele mês.

Jakarta aceita independência de Timor-Leste

Quase 24 anos após a invasão, Jakarta aceitou o inequívoco voto de independência dos timorenses. Um facto já saudado por todo o mundo e que abre uma nova fase na luta do povo timorense por uma pátria, permitindo-lhe, finalmente, concretizar a enorme «ânsia de reconstrução» de que fala Xanana.

A aceitação, pelo parlamento indonésio, dos resultados da consulta aos timorenses, acontece quase 24 anos depois da invasão do território e 23 anos após Timor ter sido reduzida a uma província da Indonésia.

Este o resultado de uma longa luta clandestina e de guerra de guerrilha contra o invasor. Luta ignorada e que só veio a ganhar visibilidade quando, em Novembro de 1991, o massacre do cemitério de Santa Cruz, em Díli, é filmado e mostrado ao mundo.

Timor volta às primeiras páginas dos jornais em 1996, quando o Prémio Nobel da Paz é atribuído a D. Ximenes Belo e Ramos Horta.

Dois anos depois, com a substituição de Suharto por Habibie na presidência da Indonésia, Jakarta admite abandonar o território, caso a população timorense recuso um simples estatuto autonómico.

Em Maio do mesmo ano, em Nova Iorque, Portugal e a Indo-

nésia assinam três acordos que estabelecem o direito à autodeterminação dos timorenses, as regras para o referendo e as medidas necessárias para a paz.

A consulta popular a 30 de Agosto, a participação em massa do povo timorense, apesar de um ambiente claramente intimidatório, o voto inequívoco pela independência, o terrível massacre que se lhe seguiu ainda está bem presente na memória de todos nós.

As marcas dessa violência estão por todo o país, mas a vida retoma os seus direitos e, neste momento, de par do garantir condições de segurança e o regresso de milhares de refugiados (muitos deles empurrados para fora das fronteiras de Timor-Leste), é de reconstrução que se trata.

O conselho de transição, que o CNRT criou para coordenar a participação timorense na administração da ONU no período de transição já está definido. É presidido por Xanana Gusmão e inclui seis outros elementos da liderança da resistência timorense.

